

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FELIPE LEÃO MIANES

**PRODUÇÕES IDENTITÁRIAS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NO ORKUT**

Porto Alegre
2010

FELIPE LEÃO MIANES

**PRODUÇÕES IDENTITÁRIAS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NO ORKUT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dra. Lodenir Becker Karnopp

Linha de Pesquisa: Estudos Culturais em Educação

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M618p Mianes, Felipe Leão

Produções identitárias das pessoas com deficiência visual no Orkut / Felipe Leão Mianes; orientadora : Lodenir Becker Karnopp. – Porto Alegre, 2010.

110 f. : il.

Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010, Porto Alegre, BR-RS.

1. Identidade. 2. Diferença. 3. Deficiência visual. 4. Redes sociais. 5. Estudos culturais. I. Karnopp, Lodenir Becker.
II. Título.

CDU – 37.015.4

Bibliotecária Dirce Maria Santin – CRB 10/1792

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar, através da perspectiva dos Estudos Culturais em Educação, os processos de produção de identidade das pessoas com deficiência visual no site de relacionamentos Orkut.

Sendo assim, analiso os processos históricos e de representação referente às pessoas com deficiência visual. Apresento outras possibilidades de representações sobre as pessoas com deficiência visual,

Essa perspectiva, diante das recentes políticas de inclusão educacional, permite que problematizemos as questões relativas à deficiência visual não apenas vinculadas a concepções clínico-médicas, ou da aprendizagem através de recursos pedagógicos, mas também, compreender essas representações que permeiam os processos educacionais, sejam no âmbito escolar ou não.

Em seguida, debato sobre os conceitos de diferença e deficiência, e suas implicações no que tange aos processos educacionais e de escolarização das pessoas com deficiência visual, e as diferentes implicações desses significados para a educação. Articulo estas, com os pontos de convergência entre pessoas com deficiência e sujeitos surdos. E para analisar esses processos, utilizo como exemplo os sujeitos surdos com baixa visão.

Por fim, apresento algumas discussões sobre o conceito de identidade encontradas nos Estudos Culturais, principalmente, sob o ponto de vista da identidade como reivindicação da diferença. Assim, analiso as produções de identidade das pessoas com deficiência visual no Orkut, predominantemente com as ideias de superação e retóricas compensatórias, pois, as pedagogias culturais tem cada vez mais importância para a educação. Proponho novas possibilidades de análises sobre o tema, vinculadas a perspectivas culturais e reivindicação da diferença.

Palavras-chave: Estudos Culturais em Educação. Produção de identidade. Deficiência visual. Redes sociais.

MIANES, Felipe Leão. **Produções identitárias das pessoas com deficiência visual no Orkut.** 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze, through the perspective of Cultural Studies in Education, the production processes of identity of persons with visual impairments in social networking site Orkut. Therefore, I analyze the historical processes and representation related to persons with visual impairments. Present other possible representations of people with visual impairments, This perspective, given the recent policies of inclusion, allows that questions the issues of visual impairment apernas not linked to clinical and medical concepts, or learning through educational resources, but also understand these representations that permeate the educational processes are in the school or not. Then I discuss the concepts of difference and disability, and their implications in regard to educational processes and education of the visually impaired, and the implications of these different meanings for education. Articulate these with the points of convergence between disabled persons and deaf subjects. And to analyze these processes, I use the example of the deaf with low vision. Finally, I present some discussions on the concept of identity found in cultural studies, mainly from the point of view of identity as a claim of difference. Thus, I analyze the production of identity of persons with visual impairments in Orkut, predominantly with the ideas of resilience and compensatory rhetorical, because the cultural pedagogies is becoming increasingly important for education. Propose new possibilities for analysis on the subject, linked to cultural perspectives and claims of difference.

Keywords: Cultural studies in education. Production of identity. Visual impairment. Social networking.

MIANES, Felipe Leão. **Produções identitárias das pessoas com deficiência visual no Orkut.** 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Sumário

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1 DEFICIÊNCIA VISUAL: OLHARES POSSÍVEIS. | |
| 1.1 Da institucionalização à Educação Especial, tortuosos caminhos | 16 |
| 1.2 Deficiência Visual: Definições Clínicas..... | 21 |
| 1.3 Concepções Culturais | 25 |
| 2 DEFICIÊNCIA VISUAL E SURDEZ: DIFERENÇA/DEFICIÊNCIA E PONTOS DE CONVERGÊNCIA | 44 |
| 2.1 Diferenças: Paralelas ou Congruentes..... | 45 |
| 2.2 Surdos com Baixa Visão/ Surdos e Pessoas com Deficiência Visual: Convergências e Possibilidades | 51 |
| 3 PRODUÇÕES IDENTITÁRIAS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ORKUT..... | 61 |
| 3.1 Concepções de Identidade..... | 63 |
| 3.2 Navegando pelo Ciberespaço: Pessoas com Deficiência Visual e o Orkut..... | 68 |
| 3.3 No Mundo de Poliana: da medicalização/cura às retóricas compensatórias | 91 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 104 |
| REFERÊNCIAS | 106 |

INTRODUÇÃO

O pior cego é o que quer ver.

Ao contrário do que habitualmente acontece em uma pesquisa, não fui eu quem escolheu o tema, mas, sim, ele se apropriou de mim no instante em que abri os olhos pela primeira vez e vi o mundo bem diferente do modo como normalmente se vê. Meus olhos enxergam de modo diferente, movimentam-se incessantemente de um lado a outro, talvez por isso eu seja tão curioso em conhecer e experienciar tudo à minha volta.

Minha baixa visão permite um olhar diferente sobre o que me rodeia, afinal, mais importante que enxergar é aprender a ver. A visão, um tanto embaçada, me traz a necessidade de tocar as coisas, de senti-las, percebê-las pelo tato aguçado, deslizando sobre suas formas, encontrando suas belezas e imperfeições, o que me obriga a ver tudo mais de perto em busca da precisão adequada.

Por isso, não há muita distinção entre o pesquisador e objeto de sua pesquisa, posto que exerço as duas funções concomitantemente. Desde a infância a deficiência visual faz parte da minha vida, e mesmo sem ser o fator mais importante, foi fundamental na formação do que sou atualmente.

Mas somente agora passei a vê-la de fato como um “problema” concreto, já que faz parte das problematizações desta investigação.

Então, como se processam as produções identitárias das pessoas com deficiência visual no Orkut?

Para responder ao problema, é preciso antes de tudo dizer em que lugar me situo. Vinculado à perspectiva dos Estudos Culturais, entendo cultura como diferentes modos de vida e espaço de reivindicação da diferença, ou seja, um campo de conhecimento comprometido com posicionamentos políticos – ainda que sem um caráter de militância – tendo nos estudos de representação, significação, identidade e diferença, algumas de suas bases fundamentais.

Uma das características principais dos Estudos Culturais é a possibilidade de transitar por diversos caminhos, e de investigar artefatos que outrora não poderiam ser debatidos “à luz da ciência”. Mesmo assim, esses

novos artefatos culturais são agora entendidos como instâncias de culturas, de formação representacional, logo, também atuam pedagogicamente sobre os sujeitos: são as pedagogias culturais. As novas tecnologias têm contribuído muito para a expansão dessas novas pedagogias culturais e dos recursos de análise.

Mas, por que o Orkut? Que produções são essas e como elas podem acontecer? Estas são perguntas que necessitam ser respondidas de antemão.

Escolhi o site de relacionamentos Orkut, com o objetivo de verificar como e por que neste espaço as pessoas com deficiência visual interagem entre si, sentem-se na maioria das vezes “em casa” pelo fato de terem a possibilidade de inter-relação com outros indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social. Excetuando-se as associações para pessoas com deficiência visual – freqüentadas ainda por um número restrito de indivíduos – e os espaços clínicos, ainda existe uma carência no que tange a instâncias nas quais essas pessoas possam debater sobre suas situações, criarem laços e formarem grupos que lhes permitam uma identificação.

O ambiente virtual é aquele que se apresenta com uma gama de caminhos para apontar na direção de uma identidade não mais pelo grau de deficiência ou pela “doença” de cada um, e sim, por aspectos eminentemente sócio-culturais. É, portanto, uma porta que se abre a essas possibilidades.

Para tanto, além das pesquisas bibliográficas com a finalidade de debater sobre temas como deficiência, diferença, representação e identidade, fiz uma rigorosa pesquisa no site de relacionamentos Orkut. Procurei comunidades que tivessem a temática da deficiência visual, utilizando termos como: deficiência visual, deficiente visual, baixa visão, visão subnormal, cego, cegueira, ceguinho. Descartei as comunidades que tivessem menos de 50 membros e que não tivessem conteúdo postado há menos de três meses, para tentar garantir um número maior de discussões e de opiniões de usuários diferentes. Diante disso, focalizei 43 comunidades, a partir destes critérios.

Mais do que afirmar o que é ou não essa identidade, pretendo trazer à tona alguns temas que possibilitem sua consolidação, elementos a partir dos quais seja possível formar uma rede de identificações, marcas identitárias nas quais cada sujeito possa assumir para si ou deslocar-se destas posições – e até mesmo as duas coisas ao mesmo tempo

Procuro, então, efetuar essas aproximações e distanciamentos ao longo do texto. Aproximo-me de muitas dessas marcas culturais no momento em que exponho minhas vivências e posicionamentos referentes a certos temas. Mas, quando pretendo conferir um caráter mais coletivo ao que é exposto, utilizo-me do pronome “nós” ou da expressão “as pessoas com deficiência visual” incluindo-me nessa coletividade.

Pretendo com isso evidenciar de que lugar me manifesto; não pretendo tomar o meu ponto de vista como o de todas as pessoas com deficiência visual, pois correria o risco de fazer uma generalização indevida.

Trago algumas de minhas vivências como forma de exemplificar situações e de entrecruzar a prática e os referenciais teóricos com o objetivo de demonstrar que não correspondem a instâncias desconectadas umas das outras. Pretendo também que seja uma pesquisa com a qual as pessoas com deficiência visual possam se identificar, por compartilharmos esta mesma característica/condição.

Por isso, optei pelo Orkut como campo de análise, já que poderia colher ali diferentes opiniões e posicionamentos das próprias pessoas com deficiência visual, em uma tentativa de “dar voz” àqueles que, mesmo subjetivados por um discurso dos “enxergantes”¹ sempre tiveram poucas oportunidades de se manifestarem nas diferentes pesquisas que buscavam, justamente, investigar sobre os mesmos.

A investigação é voltada fundamentalmente para questões culturais relativas à deficiência visual, porém, é preciso – mesmo que rapidamente – abordar algumas concepções clínico-médicas, pois são elas que, de um modo ou outro, ainda balizam toda e qualquer constituição de sujeitos ou marcas culturais das pessoas com deficiência visual. Elas são sempre o ponto de partida de qualquer narrativa que se faça sobre estes sujeitos, e o que de algum modo aspiro é demonstrar que existem outras possibilidades.

No século XIX, a deficiência visual passou de desvio tolerável a anomalia curável. O investimento sobre esses sujeitos para que obtivessem a sua cura foi tão grande e sem qualquer resistência por parte dos mesmos, de

¹ Comumente se utiliza o termo vidente para caracterizar aquele que enxerga “normalmente”. Porém, levando-se em conta que a palavra vidente advém de “ver”, e ver não é a mesma coisa que enxergar – afinal, muitos que vêem não enxergam e muitos que enxergam não vêem - resolvi usar essa nomenclatura para marcar esta diferenciação.

tal forma que ainda hoje perduram essas idéias que fazem dessa diferença, algo redutível e eliminável. Sabemos que na História as grandes rupturas começam pelos pequenos passos, e por isso utilizo-me do caráter clínico da deficiência visual apenas como um impulso para “alçar voos maiores”, sem a menor vontade de retornar ao ponto de partida.

No primeiro capítulo, intitulado *Deficiência visual: Olhares possíveis*, inicio fazendo um breve histórico sobre como a deficiência visual foi entendida ao longo dos tempos, desde seu significado quase mítico, na Antiguidade, até sua captura pelas teorias clínico-médicas vigentes atualmente.

Posteriormente, faço uma análise mais aprofundada sobre essa trajetória histórica e suas implicações para a constituição dos processos de representação dos sujeitos com deficiência visual. Além disso, analiso a forma como eles foram encerrados em instituições “normalizadoras” no século XIX, até sua “liberação” em meados do século XX, quando passaram a ficar isolados uns dos outros, dificultando os processos de resistência e identificação.

Na seção: *Deficiência visual: definições clínicas*, discuto as concepções clínico-médicas que durante muito tempo – e ainda hoje – foram/são fortes constituidoras das representações e da constituição dos sujeitos com deficiência visual, seja pela delimitação conceitual do que é a deficiência visual e de quem são as pessoas com deficiência visual, seja pelos parâmetros de normalização utilizados para com esses sujeitos.

Em seguida, *Concepções Culturais*, realizo a análise do que considero ser a base para a construção de concepções culturais sobre a deficiência visual, ou seja, questões relativas às representações, estereótipos, estigmas e discursos que atuam sobre esses indivíduos com deficiência visual. Abordo também algumas alternativas para a superação de barreiras arquitetônicas e atitudinais, em direção a uma “cultura das pessoas com deficiência visual”, sem perder de vista que tal construção não é fixa e tampouco fechada em si mesma, muito menos algo definitivamente concluído nesta pesquisa.

Deficiência visual e surdez: diferença/deficiência e pontos de convergência é o segundo capítulo que compõe esta dissertação. Tenho como objetivo propor discussões sobre diferença partindo de um olhar daquele que

integra a diferença/deficiência, sem qualquer pretensão de capturá-la ou torná-la redutível.

Penso aqui nos conceitos de deficiência como uma característica de certos indivíduos, construídas culturalmente e não algo indelevelmente marcado como uma anomalia ou defeito.

Por isso, lanço um olhar distinto sobre a diferença, utilizando o diferente/com deficiência visual não como forma de categorização ou forma redutível a qualquer outra diferença, mas sim vejo que existem diferenças que têm em algumas ocasiões vários pontos de convergência em suas trajetórias, começando pelo fato de serem diferentes daquilo que se convencionou chamar de “norma”.

Fazendo uma analogia com a geometria, um ponto é o cruzamento de infinitas retas e uma reta é formada por infinitos pontos – se considerarmos cada um de nós como uma reta, cada ponto seria uma de nossas identidades ou marcas culturais. O que pretendo analisar é o exato instante em que determinados pontos dessas retas se entrecruzam. Ou seja, pretendo analisar a questão da diferença sabendo sempre que não analiso as pessoas ou as diferenças por inteiro, mas sim, enfocando a convergência de certas identidades e/ou diferenças.

Em 2007, graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), já estava interessado em iniciar uma pesquisa sobre deficiência visual para além dos princípios clínicos; então, cursei a disciplina chamada *Problemas Educacionais Contemporâneos*, ministrada pela Prof Dra Lodenir Becker Karnopp, em que pude realizar uma série de leituras referentes à inclusão e as relações da mesma com as diferenças. Pude perceber naquele momento o modo como as culturas surdas lidavam com estas questões, semelhanças entre surdez e deficiência visual, e passei a influenciar-me diretamente por muitas dessas idéias de consolidação e produção de identidades.

Sendo assim, optei por demonstrar tais pontos de convergência a partir de possíveis entrecruzamentos entre deficiência visual e as culturas surdas, tomando, como exemplo dessas análises, alguns indivíduos que para a finalidade desta pesquisa considero como “fronteiriços”, por pertencerem tanto ao grupo dos surdos quanto ao das pessoas com deficiência visual, como é o

caso dos surdo-cegos e dos surdos com baixa visão. Mas como se identificam esses sujeitos? No grupo dos surdos? Das pessoas com deficiência visual? Em ambos? Pretendo responder a estas questões também durante o decorrer da pesquisa.

Por fim, o terceiro e último capítulo *Produções identitárias das pessoas com deficiência visual no Orkut* tem como objetivo analisar algumas das formações possíveis de laços identitários das pessoas com deficiência visual. Primeiramente, faço uma síntese sobre os ciberespaços e um histórico sobre o Orkut e seus modos de utilização.

Em seguida, analiso determinadas concepções de identidade, principalmente as construções e debates sobre a mesma a partir dos Estudos Culturais, conforme a Linha de Pesquisa a que estou vinculado e referencial teórico a que me filio nesta pesquisa.

De acordo com determinados critérios, investigo especificamente quarenta e três (43) comunidades em que se debatem os mais diversos assuntos, como a diferença entre cegueira e baixa visão, o uso do braile e novos recursos tecnológicos, a interação entre o grupo das pessoas com deficiência visual, a bengala, os audiolivros e tantas outras representações que promovem identificação entre as pessoas com deficiência visual, com as quais muitas vezes me identifico, e das quais me aproximo ou distancio.

Portanto, convido-os a compartilharem comigo esta caminhada rumo a mares talvez nunca antes navegados, buscando outras perspectivas e possibilidades para a deficiência visual, muito além da escuridão.

DEFICIÊNCIA VISUAL: OLHARES POSSÍVEIS.

*“saibam que deixam o céu por ser escuro;
E vão ao inferno a procura de luz”*

Lupicínio Rodrigues

Neste capítulo, pretendo traçar um breve histórico da maneira como a deficiência visual foi compreendida ao longo do tempo. Procuo, então, privilegiar a análise de representações e concepções voltadas para uma perspectiva cultural, que aparecem de diferentes formas e em diversos artefatos, seja nos filmes, nas novelas, nos livros e também no site de relacionamento Orkut, principal fonte de pesquisa desta dissertação.

Na primeira seção, *Da Institucionalização à Educação Especial, caminhos tortuosos*, descrevo e analiso os processos de institucionalização das pessoas com deficiência visual, bem como a transição para a Educação Especial, que marcou o princípio de inserção social e educacional desses sujeitos, culminando nos atuais processos de inclusão.

Já em *Deficiência visual: Definições Clínicas* analiso as definições médicas sobre a deficiência visual, bem como os processos de representação delas advindos. Na seção *Concepções Culturais*, apresento e reflito sobre algumas das representações possíveis sobre a deficiência visual a partir de um olhar voltado para questões culturais.

Os primeiros relatos históricos referentes à deficiência visual compreendiam apenas a cegueira, sem qualquer referência à baixa visão, talvez porque esta fosse enquadrada como uma “pequena” anormalidade, ou contida no conceito de cegueira ou por ser uma condição pouco encontrada na época, já que as afecções visuais não teriam, até aquele momento, tratamentos mais adequados e os casos de baixa visão evoluíam invariavelmente para a cegueira. Na antiguidade, o Egito era considerado o “país dos cegos”, e lá foram encontrados entre 1553 e 1550 a.C., os primeiros

documentos que referiam a tratamentos e cura da cegueira listando cerca de vinte enfermidades oftalmológicas².

Existe, na grande maioria das civilizações, menção a sujeitos cegos e modos de tratá-los. Muitos eram eliminados sumariamente quando se descobria sua condição, seja por representarem perigo à harmonia social, seja por personificarem o pecado e a punição, sendo necessário seu sacrifício para que o castigo divino não recaísse sobre todos. Quando ocorriam as intempéries e as más colheitas, os sujeitos com deficiência eram os primeiros a serem responsabilizados e sacrificados para que os deuses trouxessem tempos de fartura.

Por outro lado, em algumas cidades-estado gregas como Creta, por exemplo, existiam rituais míticos para cura dos cegos, bem como chás e infusões alucinógenos e os sujeitos eram trancados em locais escuros por certo tempo com a finalidade de cura – um tanto irônico este método. Algo que gostaria muito de saber é quais foram os resultados desses tratamentos. E o que se fazia com aqueles que continuavam cegos? Em outros casos, cegos tinham funções transcendentais e se achava que eram oráculos que conheciam o “mundo da escuridão” e, portanto, poderiam guiar determinadas ações e exercer papéis de adivinhos, profetas e videntes³ que reforçavam o caráter supersticioso com que se via os sujeitos cegos (SOUZA, 2004, p.50-51).

Com o alvorecer da Idade Média, prevaleceu a influência da Igreja Católica na cultura européia, em que os rituais de outrora passaram a ser entendidos como “coisas do demônio” e acabaram abandonados. Assim, com a própria sorte ficaram os indivíduos cegos. A deficiência denotava um sinal de impureza, passível da punição e da ira divina e, portanto, eles eram merecedores da mendicância e da miséria; a escuridão em que viviam por não enxergar refletia as trevas da alma destes seres.

Com o Renascimento e a Reforma no século XVI aconteceu a laicização das relações sociais em que a visão científica passou a predominar e o Estado se tornou responsável por estes sujeitos anormais e defeituosos. No século XIX, a medicina foi se apropriando da vida e da enfermidade dos

² www.saci.com.br; acessado em 31/09/2009

³ É até curioso denominar um cego como vidente levando-se em conta que atualmente este termo é usado para denominar aqueles que enxergam.

mesmos, não sendo mais possível a eles escapar dos processos de normalização: não mais eram eliminados sumariamente, mas sua reprodução deveria ser condenada e impedida. Como diziam educadores e higienistas daquele período, uma criança cega era uma imensa crueldade, e crueldade maior seria deixar que outras nascessem com o mesmo mal (LOBO, 2008, p. 121). Com os procedimentos e técnicas médicas cada vez mais sofisticadas e com as classificações clínicas mais específicas, a medicalização passou a permear a maioria das relações envolvendo pessoas com deficiência.

1.1 Da institucionalização à Educação Especial, tortuosos caminhos

A partir do século XVIII, passou a ser empreendido o projeto de institucionalização dos sujeitos considerados anormais, para que fossem educados e normalizados. Enquanto isso não ocorria, eram mantidos isolados do convívio social diminuindo os riscos de proliferação de suas anormalidades. Tais locais se ocupavam principalmente dos sujeitos surdos e dos considerados loucos, pois eram vistos como pessoas perigosas à sociedade. Os sujeitos com deficiência visual recebiam educação e assistência social, para que, isolados, não ficassem desocupados ou em mendicância nas cidades (LOBO, 2008, p. 410).

Essa diferença de perspectiva fez muita diferença no modo como ambos - surdos e cegos foram compreendidos pela “normalidade” desde esse período. Enquanto os surdos são considerados, na maioria das vezes, um risco iminente contra a normalidade, as pessoas com deficiência visual são quase sempre vistas com um olhar benevolente e assistencialista.

Em 1784 é inaugurado em Paris, por Valentin Haüy, o Instituto Real dos Jovens Cegos. Algum tempo depois, esse lugar mudou o nome para Instituto Nacional de Cegos de Paris, por conta da Revolução Francesa, a qual tinha como um de seus princípios a educação para todas as pessoas. Logo, criou-se uma condição de possibilidade para que esses institutos – tanto de cegos como de surdos - aos poucos se tornassem mais do que um mero espaço de reclusão, e fossem um espaço educacional.

Jovens de outros países passaram a estudar nesses institutos em Paris, assim como fez José Alvarez de Azevedo, que lá estudou por seis anos e, ao retornar ao Brasil, em 1850, iniciou tentativas para empreender o mesmo instituto no país. O médico Xavier Sugaud – cuja filha fora aluna de Alvarez de Azevedo, pelo fato de também ser cega – reivindicou a criação de um “hospício oftalmológico” para abrigar os cegos do Rio de Janeiro. Não tendo êxito em um primeiro momento, levou Alvarez de Azevedo para uma audiência com D. Pedro II, que, admirado com a eloquência do escritor, decidiu apoiar a ideia criando em 1854, o Imperial Instituto de Meninos Cegos⁴ (LOBO, 2008, p 412).

O maior objetivo da instituição era promover educação e assistência aos jovens cegos que vivessem em situação de miséria, através de um regime de internato, onde além da aprendizagem escolar, científica e literária, teriam a oportunidade de aprender uma profissão que pudesse lhes prover alguma renda para seu sustento próprio (www.ibr.gov.br).

Os recursos disponibilizados eram poucos, bem como as instalações eram muito precárias, com um prédio “em ruínas”, falta de material e de professores preparados para lidar com esses sujeitos. A ideia inicial é de que cada província tivesse uma filial do instituto, mas essa foi uma medida que jamais foi levada adiante (LOBO, 2008, p. 412).

Ao final do período de escolarização e profissionalização, a imensa maioria dos alunos permanecia no instituto, pois não tinham condições financeiras de se manterem fora do local. Muitos recebiam os cargos de instrutores ou de professor para que continuassem vivendo ali, onde passavam o restante de suas vidas isolados, sob o controle estatal que dispndia recursos para a reclusão desses indivíduos que, acreditava-se, não proporcionariam nenhum retorno deste investimento que não fosse a manutenção da ordem social com a contenção das anormalidades.

Inicialmente, o instituto dispunha de trinta vagas para ambos os sexos, sendo que até 1872, apenas 64 alunos haviam passado pela instituição. Mas o que é mais interessante é que, de acordo com o censo da época, existiam 15.843 indivíduos contabilizados como cegos (LOBO, 2008, p. 412), o que

⁴ Teve seu nome modificado para Instituto Nacional de Meninos Cegos quando da dissolução da monarquia brasileira em 1889, mudando novamente de nome em 1912, para Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem a seu ex-diretor que ficara no cargo por 20 anos.

demonstra que a imensa maioria dessas pessoas não foi “contemplada” com uma dessas vagas.

E o que acontecia àqueles que não eram institucionalizados? A hipótese que aqui proponho - ainda que não seja o objetivo principal da pesquisa – é de que, dadas as condições econômicas do país, empregar muitos recursos para a educação de pessoas, que se acreditava não poderiam dar qualquer contrapartida ao erário público, não seria prioridade.

Sendo assim, esta institucionalização, no que tange às pessoas com deficiência visual, funcionava muito mais como uma espécie de simulacro, do que propriamente como uma ação direta do Estado sobre os sujeitos. Ou seja, esse processo era uma demonstração simbólica de como a sociedade brasileira deveria agir diante de sujeitos com deficiência visual, mantendo-os isolados do convívio social ao mesmo tempo em que deveriam contar com a benevolência e a caridade de todos.

A reclusão dessas pessoas em instituições mantidas pelo Estado mostrou-se, com o passar dos anos, muito onerosa e ineficaz. Ao mesmo tempo, no final do século XIX, a medicina se consolidava como instância normalizadora e reguladora dos corpos e das condutas consideradas anormais, demonstrando ter resultados e abrangência maiores do que as instituições de reclusão.

A medicina teve um importante papel no começo dos processos de educação dos sujeitos com deficiência, iniciado ainda no princípio do século XIX, com a chamada pedagogia terapêutica implantada pelo médico Jean Itard.

Itard foi diretor durante vários anos do Instituto para Surdos-mudos, em Paris. Discípulo de Pinel, ficou famoso por cuidar do caso de Victor de Aveyron, conhecido como o “menino selvagem” que foi encontrado vivendo isolado em uma floresta francesa. Acreditava que, por mais “precária” que fosse a condição física ou comportamental do indivíduo, se educado, o menino poderia melhorar sua interação social e até mesmo minimizar as características que o tornavam anormal.

O Estado francês forneceu um auxílio ao médico para levar adiante suas experiências com Victor, o que ocorreu durante quase uma década com grande intensidade, descritas em seus relatórios ao governo francês, onde afirma os avanços e estagnações na aprendizagem do menino. E por mais que tivesse

desistido de continuar este trabalho, por achar que nada mais poderia fazer por Victor, deixou um legado que foi aproveitado pela vindoura Educação Especial (BANKS-LEITE; GALVÃO, 2001, p. 58).

No final do século XVIII, o cientificismo teve papel fundamental nas formações de novas relações sociais, seja pela ruptura dos laços do estado com as religiões – ao menos na Europa – ou pela crença de que a liberdade seria o valor mais importante para cada indivíduo, e esta seria alcançada na medida em que os sujeitos recebessem educação independentemente de seu contexto social, econômico e até físico. Assim, a educação que era para poucos e se encontrava diretamente ligada às religiões passou a ser controlada pelo Estado.

Primeiro, politicamente ficava clara a ideia pós Revolução Francesa de educação a todos os indivíduos, financiada pelo Estado, bem como a atuação deste sobre cada um, concomitantemente ao modelo de reclusão institucional. E segundo, por demonstrar a possibilidade de normalização a partir da educabilidade dos indivíduos.

As bases da Educação Especial fundaram-se muito mais nos paradigmas médicos e nos sentimentos de caridade do que nas perspectivas pedagógicas (SKLIAR, 1999, p. 17). Buscava-se a correção da anormalidade dos sujeitos a partir de técnicas médicas que compensassem a perda ou limitação causadas pela deficiência do sujeito.

Por isso, ainda que houvesse o componente pedagógico, na maioria das vezes, a educação especial era um instrumento de normalização (BEYER, 2005, p. 19). Dois dos principais precursores desse campo, no começo do século XX, Montessori e Decroly, por exemplo, tiveram suas formações vinculadas às áreas médicas.

Para Montessori era fundamental existirem ambientes e materiais adequados para as necessidades específicas dos alunos, baseando-se nos relatórios de Itard para construir o conhecido *Método Montessori* que consiste, principalmente, no estímulo motor e sensorial dos alunos. Já para Decroly, era preciso adaptar os programas escolares e criar centros de interesses de acordo com as possibilidades de cada sujeito (LOCKMANN, 2009, p. 102).

Sendo assim, Montessori criou escolas voltadas para os sujeitos considerados anormais onde o ambiente e os programas curriculares eram

adaptados às suas necessidades. A aprendizagem não se resumia aos conteúdos escolares, eram ensinadas práticas de convívio social e modos de adaptação dos mesmos ao cotidiano, de acordo com suas limitações físicas e/ou intelectuais. Para tanto, foram criadas técnicas e recursos adaptativos que auxiliassem nesse processo.

A Educação Especial foi construída principalmente no contexto Europeu, em meados do século XX e, por isso, vale a pena lembrar que a I Guerra Mundial teve um importante papel no desenvolvimento e disseminação desse campo de conhecimento. Isso porque, além do elevado número de mortes, foi ainda maior o contingente de pessoas mutiladas ou que adquiriram alguma deficiência durante a guerra, seja por estar no front, por ser vitimada em algum conflito, ou mesmo por alguma consequência indireta.

Isso fez com que aumentasse sensivelmente a quantidade de crianças e jovens com deficiência, sendo necessário prover educação a essas pessoas, o que proporcionou uma série de iniciativas nesse sentido, fomentando este campo de conhecimento.

Assim, começaram a surgir muitas escolas especiais⁵ voltadas para a aprendizagem específica para alunos com deficiência. Muitas delas tinham muito de terapêuticas e pouco de escolas, dado que funcionavam mais como um espaço de normalização do que de ensino.

Hoje entendida muitas vezes como espaço de exclusão, as escolas especiais foram importantes por atuarem como uma das primeiras instituições a se preocuparem com a inclusão desses sujeitos. Durante muito tempo serviram como uma das únicas possibilidades de convívio entre as pessoas com deficiência e ao mesmo tempo almejavam ser um elo de ligação dessas pessoas com a sociedade. Porém, essa ideia de escola especial como uma das primeiras instâncias dos processos de inclusão tem se dissipado nos discursos ao longo do tempo (BEYER, 2005, p. 25).

Até que, em meados da década de 90, aconteceu uma série de iniciativas culminando com a Declaração de Salamanca, em 1994, no sentido de incluir os alunos das escolas especiais nas escolas regulares. A educação

⁵ Ao tratar de escolas para pessoas com deficiência, estou claramente deixando as escolas de surdos de fora desses comentários, pois, ainda que façam parte das escolas especiais, têm uma série de especificidades, sendo consideradas no âmbito da educação bilíngüe.

Especial, de modalidade específica de ensino, tornou-se uma das especificidades incorporadas pela chamada educação comum.

Em 2008, no Brasil, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, os sistemas de ensino foram orientados a transformar as escolas especiais em centros de atendimento educacional especializado, complementares à escola regular.

O que continuou mais ou menos semelhante ao século XVIII foi o sentimento de piedade, misericórdia e compaixão para com os cegos. Sendo assim, durante muitos anos proliferaram as instituições religiosas de caridade para atender aos indivíduos com deficiência visual – afinal, ajudar um cego passou a ser "moda" e rendia uma grata sensação de dever cumprido.

O Instituto Santa Luzia de Porto Alegre é um dos exemplos que demonstram as mudanças ocorridas na educação especial ao longo das últimas seis décadas. Trata-se de instituição que foi fundada em 1940 com o objetivo de atender, em regime de internato, a crianças e jovens com deficiência visual. Inicialmente voltada para a assistência social e algumas iniciativas educacionais, passou por uma série de reformulações. Na última década do século passado, tornou-se uma escola em regime de externato, e passou a aceitar também alunos sem deficiência visual. Por não ter mais diferenciação entre as turmas, adaptou-se à legislação e não mais é considerada como Escola Especial (BRUMER; PAVEL; MOCELIN, 2004, p. 311).

Ainda assim, até hoje é possível perceber que medicalização e benevolência são os principais fundamentos dos discursos que constituem os sujeitos com deficiência visual.

1.2 Deficiência Visual: Definições Clínicas

No que diz respeito a definições clínicas da deficiência visual talvez seja mais comum dizer que deficiente visual é aquele que não enxerga ou que enxerga muito pouco. Esta divisão simplista foi sendo aprimorada e desenvolvida a partir do momento em que a medicina passou a classificá-la em diferentes níveis, criando parâmetros específicos e aferíveis cientificamente do

que seria "enxergar bem". Tanto que atualmente é incontável o número de exames e procedimentos possíveis para se detectar enfermidades ou afecções oculares. Digo isto porque ao longo de minha vida já pude experimentar mais de uma dezena destes exames.

Considera-se pessoa com deficiência visual o indivíduo que possui acuidade visual menor ou igual a 20/200⁶ no pior olho com a melhor correção (BRASIL, 2007, p. 10). São classificadas também como cegueira ou baixa visão (conhecida também como visão subnormal), sendo a primeira entendida como perda total ou severa das funções e/ou estruturas do sentido visual.

De acordo com o Conselho Nacional de educação de deficientes visuais, aquele que tem baixa visão enxerga, mas tem dificuldades maiores para enxergar o que seria o convencional, em pelo menos um dos olhos, com baixa acuidade e/ou campo visual, podendo ter maior ou menor influência, de acordo com os fatores ambientais que proporcionam ou não a capacidade de executar tarefas cotidianas (BRUNO, 2009, p. 37). Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), a baixa visão se caracteriza por uma acuidade visual menor que 20/70. Não define uma tipificação visual única, pois de acordo com as circunstâncias em que se encontram os indivíduos pode variar bastante. Mas é consenso de que, para fins de políticas públicas, a deficiência visual é entendida como perda ou falta da acuidade visual, sendo essa a forma de balizar suas ações a partir de critérios objetivos (FREIRE, 2005, p. 4).

Para tanto, o critério principal são as classificações do Código Internacional de Doenças (CID), bem como o Código Internacional de Funcionalidade (CIF), cujo diferencial é deslocar a incapacidade do sujeito para o ambiente no qual está inserido. O primeiro diferencia os níveis tanto da cegueira quanto da baixa visão, determinando um código específico para cada doença que as causou. Já o segundo, aponta as implicações causadas por essas doenças, e suas limitações de funcionalidade física e comportamental. É possível verificar na tabela 1 que cada nível corresponde a uma determinada acuidade visual atingida pela pessoa em seu melhor olho com a melhor correção. Na tabela 2, estão os códigos e suas respectivas definições, que

⁶ A medida 20/200 assim como as demais medições de acuidade visual, significa a aferição da capacidade de uma pessoa enxergar a uma distância de 2 metros, o que alguém considerado "normal" enxergaria a 20 metros.

variam entre H54.0 que caracteriza cegueira em ambos os olhos sem percepção de luz, até H54.7 classificada como perda visual não especificada em apenas um dos olhos⁷. Por exemplo, como tenho cegueira em um olho e baixa visão em outro minha classificação é H54.1. Além disso, cada doença e/ou síndrome tem seu código específico. Nesse caso, pouparei o leitor de classificar cada uma de minhas numerações, pois isso tornaria o texto quase uma enfadonha sentença matemática.

Tabela 1: Classificação dos níveis de deficiência visual

| Classificação da deficiência visual | | Acuidade visual com a melhor correção possível | |
|-------------------------------------|---|--|----------------------------|
| | | Máximo inferior a | Mínimo igual ou melhor que |
| Baixa Visão | 1 | 3/10 (0,3) | 1/10 (0,1) |
| | 2 | 1/10 (0,1) | 1/20 (0,05) |
| Cegueira | 3 | 1/20 (0,05) | 1/50 (0,02) |
| | 4 | 1/50 (0,02) conta dedos a 1 m | Percepção de luz |
| | 5 | Sem percepção de luz | |
| 9 | | Indeterminada, não especificada | |

Tabela 2: Códigos Internacionais de classificações da deficiência visual

| Código Internacional | Nível de deficiência visual |
|----------------------|---|
| H54.0 | Cegueira ambos os olhos |
| H54.1 | Cegueira em um olho e baixa visão no outro olho |
| H54.2 | Baixa visão em Ambos os olhos |
| H54.3 | Perda Visual Indeterminada em ambos os olhos |

⁷ <http://www.deficienciavisual3.com.sapo.pt/x-classificOMS.html>; acessado em 22/09/2009.

| | |
|-------|--|
| H54.4 | Cegueira em um olho e Visão normal no outro olho |
| H54.5 | Baixa visão em um olho e visão normal no outro olho |
| H54.6 | Perda visual indeterminada em um olho e visão normal no outro olho |
| H54.7 | Perda Visual não especificada |

Os principais modos de conceituar e definir parâmetros da deficiência visual sob o ponto de vista da medicina são os diagnósticos das causas e a profilaxia contra as mesmas. São entendidas como principais causas da deficiência visual os fatores hereditários e congênitos, além dos quais são relacionados também fatores do ambiente de vida, das condições socioeconômicas do local em que residem determinados sujeitos⁸. Outro fato que merece relevante menção é o aumento de pessoas com deficiência visual vítimas da violência social, como acidentes automobilísticos, por exemplo.

As doenças mais conhecidas e de maior incidência são: catarata, astigmatismo, hipermetropia, glaucoma e miopia – excetuando-se a última, fui diagnosticado em algum momento com todas as citadas. Cada uma delas tem suas especificidades, que prefiro deixar que os especialistas nas mesmas as expliquem; porém, cabe dizer que podem ou não ser progressivas, e que são detectadas em sua maioria na idade escolar. Cada vez mais estas doenças estão sendo diagnosticadas, em alguns casos, antes mesmo do nascimento da criança.

Quando alguém com deficiência visual deseja ter um filho, a primeira pergunta que normalmente as pessoas fazem é se não existe o medo de que o filho nasça “assim...com o mesmo problema” e recomendam muitas e muitas idas ao médico e as prescrições mais radicais até “pedem” para que não tenhamos filhos. É como se a deficiência visual fosse algo catastrófico, uma anomalia com a qual não se pode conviver e, por isso, deve ser evitada a todo custo.

Poderia escrever longamente sobre as partes que compõem o olho, bem como detalhar cada uma das doenças existentes e suas conseqüências; ou

⁸ <http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=1682>, acessado em 21/09/2009

então discorrer sobre os mais recentes e “revolucionários” tratamentos que prometem - até miraculosamente – resolver todos os problemas de um indivíduo que não enxerga normalmente. Mas, prefiro deixar tudo isso para as publicações científicas especializadas, bem como os laboratórios que ganham grandes quantias financeiras prometendo uma cura que muitas vezes não acontece, mas que sempre se procura manter viva a chama de esperança de que um dia chegará.

Ainda que discorde destas abordagens clínicas é preciso mencioná-las por ser a partir delas que se criou uma rede de representações que historicamente foi tomando o lugar de todas as demais na detenção de certos discursos referentes a deficiência visual. Mas é fundamental deixar claro que existem outros caminhos a trilhar neste sentido e que outras definições podem ser analisadas. Afinal, um diagnóstico ou um número no código internacional de doenças não é suficiente para definir com exatidão o que ou quem é determinado sujeito ou grupo social.

Neste capítulo, tenho o objetivo de responder as seguintes questões: o que é a deficiência visual? Quem é a pessoa com deficiência visual? Na seqüência, desenvolvo concepções culturais sobre esses questionamentos.

1.3 Concepções Culturais

Durante longo tempo, a deficiência visual foi dogmaticamente definida como uma condição constituidora de indivíduos mais que anormais, defeituosos. Mas, ainda que perdure esse discurso, já não é tão hegemônico quanto há algumas décadas atrás. Desde a década de 1960, com a “virada cultural” surgiram novas perspectivas de entendimento que afirmam o caráter discursivo e cultural das relações que nos constituem como sujeitos, de nossas identidades e diferenças que marcam as distinções entre determinados grupos sociais (HALL, 1997, p. 19). O estudo desses processos culturais ampliaram-se e questões antes tidas como de outras áreas de conhecimento ou que ainda não haviam sido devidamente pesquisadas começaram a ser investigadas de um modo diferente, ou seja, a partir de pressupostos culturais.

Sendo assim, até mesmo as concepções sobre a deficiência visual, ainda muito vinculadas aos critérios da medicina, podem ser caracterizadas como culturais, já que pertencem a um determinado contexto no qual surgiram.

Um caminho pelo qual poderia ter optado também era de investigar estas questões sob a perspectiva dos estudos sobre Educação Especial, onde se concentra a imensa maioria das pesquisas sobre o tema, mas optei pelos Estudos Culturais em Educação por ter um campo mais amplo de análise no que diz respeito ao entendimento sobre a deficiência visual como processo discursivo de representação e de constituição de identidades.

Os Estudos Culturais interseccionam-se ao pensamento de Foucault no instante em que desestabilizam as verdades absolutas por afirmar que estas nada mais são que componentes de uma série de discursos vigentes advindos de relações sociais de poder. O discurso produz um conjunto de significados que constroem os sujeitos, exercendo sobre eles práticas de controle (GUARESCHI; BRUSCHI, 2003, p. 41).

Desde o século XVIII, com o advento da modernidade e o predomínio de um outro pensamento científico, produziram-se novas verdades que deveriam nortear nossas ações, redefinindo o que está ou não dentro da normalidade (FOUCAULT, 2005, p. 17).

Por outro lado, diferenciar normalidade e anormalidade depende de quem detém a hegemonia discursiva. Há no Brasil 1% de pessoas com deficiência visual, logo, 99% não a têm. Se pensássemos por um instante na inversão destes números, seriam normais aqueles que têm deficiência visual ou aqueles que não? Tal qual na obra de José Saramago: *Ensaio sobre a cegueira*⁹ em que quase toda a população de uma cidade se torna momentaneamente cega, exceto uma moradora do local.

Esses discursos não podem ser essencializados por serem também permeados por uma série de outros fatores que lhes conferem modos diferentes em cada grupo ou indivíduo. Mas algo que lhes permite ter certa unidade são as representações que se constroem a partir dos mesmos. A diferença é a principal avalista dos sistemas de significados e classificações,

⁹ Obra essa também adaptada para o cinema em 2008, pelo cineasta Fernando Meireles.

por constituir a ordem simbólica que denominamos como cultura. (HALL, 1997b, p. 229)

As representações são construídas individual e coletivamente, pois são significações coletivamente compartilhadas. São significações que produzem os mais diversos sentidos, traçam diretrizes de pensamentos e conceituações que têm como objetivo diferenciar determinadas situações e por meio da linguagem, torná-las inteligíveis e passíveis de enquadramentos. São até ambíguas se pensarmos que, ao mesmo tempo em que diferenciam, “aprisionam” os significados (JOHNSON, 2004, p. 103). Estas práticas sociais ficam ainda mais reforçadas quando se trata de formar representações sobre aquilo que é diferente da maioria:

Representação é algo complexo, especialmente quando se trata da “diferença”, implica sentimentos, atitudes e emoções e mobiliza medos e ansiedades. [...] ¹⁰ Mas não existe um único significado verdadeiro, os significados “flutuam”. Não podem ser definitivamente estabelecidos. Todavia, estabelecê-los é tarefa da prática representacional, que intervêm nos vários significados em especial de uma imagem na tentativa de privilegiar alguma.

Assim, em vez de um significado “certo” ou “errado” o que precisamos perguntar é qual significado pretendemos privilegiar? Qual o significado preferido? [...] As pessoas que são de alguma forma significativamente diferente da maioria – “eles” em vez de “nós” – são frequentemente expostos a uma forma binária de representação. [...] bom/ruim civilizado/primitivo [sadio/deficiente] Frequentemente exige-se que sejam as duas coisas ao mesmo tempo (HALL, 1997a; p 224). [grifo meu]

Logo, as representações podem ser uma arena de lutas por significados, em que se estabelecem aqueles que são ou não normais, hierarquizando e inventando a existência de certas instâncias que funcionam como marcas de determinados grupos.

Entendo que os sujeitos “significativamente diferentes”¹¹ (AMARAL, 1995, p. 28) são como pinturas surrealistas em que as cores são mais fortes e as situações retratadas geram angústia pelo estranhamento que provocam.

¹⁰ Utilizo este sinal para marcar a supressão de determinada passagem dos textos.

¹¹ Ainda que o adjetivo “significativamente” remeta a uma idéia de hierarquização de certas diferenças não utilizo o termo neste sentido, mas como forma de ressaltar o enfoque à diferença/deficiência.

Ainda fazendo uma analogia com as artes plásticas, pode-se definir os processos de representação como sendo uma galeria de quadros no qual a sociedade pinta suas diferentes significações em cada um deles, e em cada um de nós – ao mesmo tempo em que somos os artistas, somos também o público – tentamos copiá-los em telas menores já sabendo que ao final cada um terá pintado um quadro diferente do original, pois depende do olhar e do enfoque de cada um.

As representações são os meios que utilizamos para nos identificar (SILVA, 2003, p. 199). Mas, por que assumimos algumas identidades em detrimento de outras? Estas escolhas fazem parte das malhas do poder, já que ao optarmos por algumas delas estamos fazendo escolhas e isso faz parte das políticas de identidade.

Entendo que uma das representações que atuam com mais força sobre as pessoas com deficiência visual é a de que estas pessoas vivem em uma eterna escuridão pelo fato de não enxergarem. O momento em que vivemos talvez seja propício a isso, já que cada vez mais o mundo está se tornando um “paraíso” visual, em que o mercado faz de tudo um espetáculo do que se enxerga. Marcas de multinacionais cada vez maiores, mais coloridas e nos mais variados locais, propagandas cada vez mais repletas de estímulos visuais, letreiros que passam cada vez mais rápido, com as letras cada vez menores para conter um número maior de informações em um espaço cada vez menor: uma espécie de culto muito mais à beleza que se vê do que ao que se sente.

Como seria viver “sem” todo este espetáculo visual? Para muitos, algo aterrorizante, ainda que muitas vezes os bens que adquirimos é para que os outros enxerguem que temos e não para que nós os vejamos. Conforme o senso comum, é uma “tortura” imensa viver em um mundo sem cores, sem marcas, sem luz e sem sensações visuais. Viver na escuridão é considerado um dos piores “castigos”, também porque consigo traz uma idéia de que se vive nas trevas tal qual deve ser a eternidade daqueles que sofrem a ira divina. É fruto também de uma dicotomia luz/escuridão em que os primeiros podem viver o máximo de sensações possíveis enquanto os outros estarão sempre limitados por não “ver”.

Por outro lado, diz-se que por tudo isso os cegos têm uma capacidade maior de abstração, de criação e de sensibilidade que a vida no escuro lhes proporciona. No filme *Ray*¹², sobre a vida do cantor Ray Charles, cego desde a infância, na maioria das vezes em que ele aparece compondo suas músicas está sempre presente a idéia de que o faz devido à escuridão intimista em que vive.

Mas são representações que não condizem exatamente com a experiência de todas as pessoas com deficiência visual, pois a tendência é de imaginar que todas as pessoas com deficiência visual são iguais, tem as mesmas necessidades e os mesmos desejos, que constituem um grupo de indivíduos em que o “não enxergar” os uniformiza e os toma por inteiros.

Acredita-se que não enxergar é um passaporte para um mundo “preto” por completo. Conversando com muitos cegos e por minha própria experiência, posso afirmar que a cegueira não é exatamente assim. No meu caso, enxergo algo parecido com marrom, repleto de algumas figuras sem forma definida - como um aparelho de televisão não sintonizado - mais ou menos como alguém que enxerga e, ao olhar diretamente para o sol e fechar os olhos, percebe que sua visão não fica totalmente preta, mas cheia de figuras que seguidamente mudam de forma. Logo, a escuridão e a ausência de cor são muito mais uma representação do que um fato concreto.

Dentre as diversas formas de representação, a que mais acentua e marca as diferenças são os estereótipos produzidos pela normalidade. Minorias são entendidas como aqueles grupos que não estão de acordo com um padrão estabelecido socialmente. Atualmente, os grupos considerados minoritários são tantos que, em verdade, a dita “maioria” tornou-se um grupo minoritário. (DELEUZE, 2002, p. 40).

Os estereótipos essencializam os indivíduos e os reduzem a características simples, impondo-lhes categorizações que muitas vezes não correspondem adequadamente às suas capacidades e possibilidades. Separam o normal do anormal, delimitam fronteiras e excluem tudo aquilo que não lhe convém na manutenção da ordem social vigente (HALL, 1997a, p. 234). São, portanto, representações que se criam para tipificar e tornar tudo

¹² Ray (2004) teve direção de Taylor Hackford e o ator Jamie Fox interpretando o músico.

aquilo que é diferente decifrável, quase uma prática social enciclopédica – tal qual era corrente na Idade Moderna, talvez seja uma “herança” iluminista.

O preconceito é mais uma das faces do estereótipo através do qual se emite o julgamento ou se disseminam determinadas atitudes diante dos diferentes, no caso dos indivíduos com deficiência visual. É uma espécie de marca com a qual estas pessoas têm que conviver, como a aversão ou a misericórdia. O “defeito” do outro representa nossas limitações e “imperfeições”, o que gera um grande incômodo. Nestes casos, os estereótipos são como barreiras atitudinais que não permitem uma relação franca entre ambas as partes, o que retroalimenta o preconceito e assim entramos em um ciclo difícil de ser rompido (AMARAL, 1994, p. 18). Há três instâncias de que dificilmente a pessoa com deficiência escapa, que é o papel de vilão, vítima e/ou herói (AMARAL, 1998, p. 18).

A vilania do sujeito com deficiência advém do fato de ser considerado culpado por sua anormalidade, seja por ter sido castigado por pecados que houvera cometido, seja por ser relapso com sua saúde ou mais ainda por representar a personificação do errado, defeituoso e imperfeito, enfim, alguém que deve ser rejeitado, pelo medo do “contágio” ou por não merecer uma maior atenção, já que é entendido como cidadãos de segunda categoria. Algo como ter deficiência visual é constituir-se como um ser sobre quem sempre paira a dúvida do sucesso, sempre reside a expectativa do fracasso.

Nessa pesquisa me proponho a analisar as recorrências discursivas encontradas no site de relacionamentos Orkut que constroem e expõem muitas formas de representação e de identidade das pessoas com deficiência visual. Diante disso, pude coletar algumas manifestações sobre as representações, embora as relativas à vilania sejam poucas, devido, em grande parte, à atuação ostensiva do politicamente correto. Mas, ainda assim, podemos verificar diversas manifestações como essas abaixo, em que a usuária demonstra sua decepção quanto à “ingratidão” e “frieza” de pessoas com deficiência visual, bem como a “culpa” por suas dificuldades diante dos obstáculos encontrados nas ruas:

Meg: Fiquei 41 anos vivendo no meio de deficientes visuais e destes 15 anos profissionalmente dedicando-me integralmente percebi que muitos não conseguem sentir o outro, mesmo com o olhar auxiliar são frios e acham que tudo podem [...] eu convivi os 41 anos apostando em todos, foi decepcionante.

Tópico: Obstáculos (11/01/07)

Meg: O problema não são os obstáculos... o problema é VOCÊ!!! Se vc tem baixa visão e não vê o que tem pela frente: obstáculos, pessoas, postes, buracos e etc... vc é o responsável pela sua própria segurança!!!! APRENDA A USAR UMA BENGALA!!! Vc vai ver que nunca mais vai se machucar.

Existem muitas opiniões semelhantes a essa, responsabilizando a pessoa e não o meio por suas dificuldades de acesso arquitetônico e até mesmo atitudinal. Escolhi estas manifestações por demonstrarem que muitos estereótipos ainda se perpetuam mesmo entre pessoas que lidam com esses indivíduos diretamente.

Nos últimos anos, estereotipar diretamente estas pessoas como vilãs tem sido cada vez menos comum devido às novas políticas de inclusão e da proliferação do politicamente correto no interior de nossas relações. Com isso, passa-se a utilizar os estereótipos de vítima e herói. Ambos estão quase sempre associados e intrínsecos no atual pensamento e desejo de inclusão a que pouco a pouco todos estão sendo seduzidos, pois o indivíduo com deficiência é entendido como um “pobre coitado” que teria provavelmente como destino uma vida sombria e triste. Mas quando este se supera, torna-se um exemplo a ser seguido, um herói.

Tomar-se como vítima é aderir ao “coitadismo”, que é um sentimento de piedade e compadecimento que traz consigo quase um atestado de incapacidade e de pré-destinação de uma existência marcada pelo sofrimento e pela dor. Tudo isso, ao meu ver, é mais uma forma de compreender-nos como pessoas de segunda categoria a quem se deve ter sempre uma “palavra de consolo” por sua condição.

É possível notar a diminuição de postagens no Orkut que caracterizem esses sujeitos no papel de vítimas, talvez um pouco camuflada pelos discursos de superação que trataremos mais adiante. Também, por não ser algo que se fale abertamente ou mesmo porque existe uma certa percepção de algumas

peças que a deficiência visual não é mais uma sentença de isolamento e incapacidade.

Tornar-se herói que supera suas limitações apesar de todas as dificuldades pode até ser cômodo, gerar um sentimento de dever cumprido e de alívio pela (pseudo)aceitação, mas ainda assim é uma forma de perpetuação de uma hierarquia em que estamos sempre em uma condição inferior. Muito se exaltam as qualidades daqueles que “apesar de tudo” têm uma vida “quase” normal, que enfrentam e vencem os obstáculos. Como em algumas comunidades do Orkut:

Comunidade: Eu admiro os cegos (697 Membros)

Tópico: pq vc admira os cegos (14/02/2009)

Amandinha: Sua força de vontade de determinação de lutar apesar de todas as limitações e apesar de uma das piores discriminações o preconceito mas a maioria sempre tenta e vão a luta sempre com alegria de viver são especiais

Paulinho: São muito corajosos alguém já experimentou ficar um dia com um cego? Acho que ninguém que tem 1000% da visão tem desenvolvimento algum quando esta com os olhos vendados.

De um lado, se festeja que esta pessoa consiga, ao menos em parte, apagar ou minimizar sua deficiência e se aproxime tanto quanto possível da normalidade. Tais estereótipos ressaltam alguém que quase é normal, que quase faz tudo, que de “perfeito” não tem nada. Esse “quase” marca, delimita a fronteira entre eles e nós – e mesmo que sejamos considerados heróis, seremos sempre os “quase” normais, nunca fazendo parte do todo social.

Mesmo que não tenha conhecimento de nenhum personagem de telenovela que tivesse baixa visão, os únicos de que me recordo são, o desenho animado, que posteriormente tornou-se um filme de comédia, protagonizado e com homônimo de Mr Magoo¹³ e mais recentemente a personagem Dorinha, criada por Mauricio de Souza para integrar a *Turma da Mônica*, publicação de desenhos em quadrinhos, a partir da década de 1990, que paulatinamente começou a abordar temas relativos à inclusão, criando

¹³Criado em 1949 pela United Production of American, Mr Magoo é um homem idoso que por não admitir enxergar com muita dificuldade se envolve em muitas situações embaraçosas ainda que consiga livrar-se de todas com êxito. É interessante perceber que o mais conhecido personagem com baixa visão não se aceita como tal. Como gênero humorístico centra-se na estereotipação dos indivíduos; tanto o desenho como o filme são também fontes de perpetuação desses estereótipos relativos a pessoas com deficiência visual.

alguns personagens com deficiência. Dorinha é uma homenagem a Dorina Nowill, ex-professora do desenhista, cega e criadora da Fundação Dorina Nowill que há décadas presta consultoria e tem uma série de atividades que beneficiam as pessoas com deficiência visual. Esporadicamente a indústria cinematográfica também nos apresenta alguns personagens cegos ou com baixa visão como nos filmes *Perfume de mulher* e *À primeira vista*¹⁴, mesmo assim, ainda marcam com muita força certos estereótipos. Por que se marca com tanto vigor as linhas que separam normais e anormais? (estas serão cenas dos próximos capítulos).

Esses personagens, especialmente os cegos, são apresentados como dóceis, amigos de todos e considerados muito cultos ou ainda sensíveis. Por isso, todos passam a gostar deles, pois sempre conseguem de um modo ou outro resolver seus conflitos facilmente, superar suas dificuldades iniciais e obter relativo sucesso naquilo a que se dedicam. Por exemplo, o personagem Jatobá da novela *Mulheres Apaixonadas*¹⁵ da TV Globo, em algumas cenas, apareceu dirigindo um automóvel. Tais representações provocam uma identificação dos cegos com esses personagens e sua situação de vida.

Comunidade: Deficientes visuais.

Tópico: Que acharam do Jatobá na novela? (08/05/2005)

Valdir: será que não existe um único ator cego ou com visão subnormal?? Daria, já que faltou laboratório, um aspecto mais real ao fato.

Ana: Ele é teatral demais... fora isso concordo plenamente que deveriam ter colocado um ator com o problema, Eu mesma conheço alguns.

Fabricia: não me preocupei em observar o aspecto teatral como muitos comentaram, mas sim o o trabalho sobre os cegos. Achei super legal a divulgação do Braille e de outros métodos usados por nós. Essa independência me conquistou. Mostra que não somos diferentes, que podemos fazer mais que muita gente hoje em dia

Em 2009, foi ao ar, na TV Globo, a novela *Caras e Bocas*, em que a atriz Danieli Haloten teve uma atuação muito comentada por sua qualidade como atriz, recebendo alguns prêmios por sua atuação como uma personagem cega.

¹⁴ *Perfume de mulher* (1992), dirigido por Martin Brest, teve como protagonista Al Pacino que interpretou um personagem cego. Já o filme: *À primeira vista* (1999), dirigido por Irwin Winkler teve como protagonista também um personagem cego, desta vez interpretado por Val Kilmer.

¹⁵ A novela foi exibida em 2006, e o personagem Jatobá foi interpretado pelo ator Marcos Frota.

Iniciou como uma mulher cega vendedora de flores em restaurantes tratada com excesso de zelo pela família, passando em seguida a uma fase de questionamentos quanto a essa situação, vindo a conquistar sua autonomia profissional e pessoal. Nessa obra, Danieli e Walcyr Carrasco (autor da telenovela) almejam dissipar alguns dos estereótipos relativos à deficiência visual, como a dependência e a não inserção no mercado de trabalho. Diferente do personagem Jatobá, Anita (interpretada por Danieli) tenta aproximar-se mais do cotidiano enfrentado pelas pessoas com deficiência visual, seja por suas limitações e/ou potencialidades possíveis.

Uma última informação relevante é que Danieli Haloten é cega, sendo a primeira atriz com deficiência visual a participar de uma novela em um papel de destaque na trama. Se é verdade que a retórica da inclusão atua como fator importante para que tal espaço fosse aberto, também é preciso ressaltar ainda mais que Danieli soube aproveitar muito bem a oportunidade para desconstruir muitos estigmas relativos a pessoas com deficiência visual, assim como tornar sua interpretação mais verossímil e com isso proporcionar uma sensação maior de identificação com essas pessoas.

Uma das coisas mais interessantes de se perceber com a repercussão de sua atuação na telenovela é que a imprensa, quando se referia a ela, na maioria das vezes dizia: a “cega atriz”, como se a deficiência visual da mesma estivesse em primeiro plano, e seu sucesso se devesse muito mais ao exótico da situação do que à sua qualidade profissional. Em várias entrevistas ela afirmou ficar incomodada com esse rótulo, não pelo fato de ser cega, mas por essa ser a principal característica nela ressaltada, como se isso fosse o mais importante, quando para ela o fundamental era sua participação como atriz, que tem como uma de suas particularidades físicas o fato de não enxergar.

A partir do momento em que os estereótipos se radicalizam tornam-se estigmas, já que dadas atitudes ou atributos transformam a pessoa que os detêm como totalmente más, fracas ou incapazes (GOFFMAN, 1982, p. 12). Tais marcas tornam os estigmatizados seres inaptos a uma aceitação social completa, por meio do qual se seguem os processos de segregação e de discriminação. Como se o fato de ter deficiência visual o incapacitasse para todo tipo de serviço, de modo que jamais conseguiria cumprir corretamente função alguma. Para Amaral (2004, p. 40):

Era e é ainda às vezes, a sensação de que nada que se faça realmente conta. O que conta é o pressuposto básico na cabeça do outro, de que o deficiente é a sua deficiência, e vive em função dela: se se magoa, se se irrita, se fracassa, é porque é complexado, se se sobressai é porque precisa compensar, muitas vezes me senti assim, encurralada.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, apesar das cotas reservadas a pessoas com deficiência, estas ou não são cumpridas, ou os cargos são sempre secundários e considerados de valia inferior – não tenho conhecimento de muitas pessoas com deficiência visual em posições de comando – ainda que sua qualificação seja, às vezes, melhor do que muitos dos que estão hierarquicamente superiores. Ao menos aqueles com deficiência visual que se encontram nessas posições superiores parecem ser exceções, ainda que estejam se tornando cada vez mais comuns com a trajetória histórica empreendida por esses sujeitos. Muitos concursos públicos atualmente estabelecem vagas determinadas para estes sujeitos. Claro que não estou dizendo que um cego pode concorrer a uma vaga de motorista, mas sim, que não deve ser obrigado a concorrer apenas a vagas para telefonista.

É nesse sentido que a educação deve se preparar e ser dotada dos meios necessários para contemplar as especificidades de cada uma dessas pessoas, seja com livros em Braille ou alto-relevo, seja com materiais ampliados ou audiolivros e, é claro, profissionais minimamente preparados para lidar com as mais diferentes situações, que mesmo sem especialização no tema tenham ferramentas para procurar e disseminar certos conhecimentos para lidar nessas situações. Além do conteúdo e da forma como o ensino é ministrado, o que entendo mais importante na escolarização das pessoas com deficiência visual é uma relação de identificação e confiança com as escolas e com os profissionais que nela estão. Dado que, se os meios ainda são deficitários, no que diz respeito aos conteúdos e aos materiais, acolher este aluno seria uma das formas mais simples e eficazes de começar este processo.

Atualmente, na maioria das vezes, acredita-se que é suficiente disponibilizar recursos materiais como lupas, programas de computador ou material em braile, para promover a inclusão. Mas, se sabe que também é

importante o acolhimento de suas diferenças, tanto nos currículos como nos processos de relacionamento com o contexto escolar.

Recordo-me de quando ainda estava nas Séries Finais do Ensino Fundamental e na escola em que estudava, na grande maioria das vezes, tratavam-me como alguém considerado “normal” - um pouco porque as pessoas achavam que isso me faria bem, e muito porque desejavam que eu o fosse. Embora eu tivesse alguma dificuldade em enxergar no quadro, fazia a leitura de determinados materiais que nos eram passados mesmo que ainda estivesse na época usando óculos – que, em verdade, desde então não serviam para muita coisa. Quantas vezes, jogando futebol, eu nem via a cor da bola – literalmente -, quantas vezes nos passeios deveria ler algo escrito longe e me perguntavam se eu havia lido ou visto tal coisa e eu respondia um tanto sem graça que sim.

Certa vez, recebi uma medalha e um diploma por meu desempenho na escola; foi muito agradável a sensação de, por um dia, me sentir a “celebridade” da escola, mas quando aconteceu a cerimônia de entrega do tal prêmio, eis que o diretor diz dentre tantas coisas, que: “se até este menino conseguiu, todos podem”. Na época nem percebi direito o que aquilo queria dizer, mas me incomodou de alguma forma. Agora eu entendo perfeitamente aquelas palavras, que pareciam tão gentis, como – diretamente ou não – uma alcunha a mim e aos demais sujeitos com deficiência visual ou como alguém de uma classe inferior. Naqueles tempos, creio que eu mesmo achava isso, pois a escola fingia que eu era normal, e eu também gostava de fingir que aquilo me fazia feliz, mesmo que isso não fosse sincero.

Outro fator muito influente na formação das pessoas com deficiência visual e na constituição das mesmas como um grupo social é a questão socioeconômica. Aqueles que possuem um poder aquisitivo maior têm mais alternativas de recursos e acessibilidade. A maioria da população infelizmente ainda não possui recursos, como computadores dotados de softwares leitores ou ampliadores de tela, cães-guia, lentes de aumento que auxiliam na leitura e na autonomia. Até mesmo as bengalas variam muito o material, conforme o preço de cada modelo, e quem não tiver condições de pagar por elas têm bastante dificuldade em adquirir uma.

A questão de autonomia e acessibilidade é algo complexo de se tratar, e não quero dizer com isso que a deficiência visual não traga consigo algumas limitações que ocasionam conseqüências para aqueles que a possuem. Mas, quero afirmar que as limitações não são tão grandes que nos incapacitem ou que tornem necessária a segregação a certos níveis sociais, econômicos ou profissionais. Mesmo com a “moda” da inclusão, ainda se acredita que a incapacidade é a companheira inseparável dessas pessoas – quase como um Sancho Pança e Dom Quixote. Estamos sempre no “fio da navalha”, tendo que afastar a todo instante as expectativas – inclusive internas – de um fracasso retumbante, e por mais que façamos tudo a contento, no momento em que algo não sair como o esperado, a deficiência será o primeiro aspecto a ser utilizado com justificativa para o insucesso. Cabe dizer também que muitas vezes estes argumentos são utilizados inclusive pelas próprias pessoas com deficiência.

Tudo que venho afirmando até aqui deve ser considerado como uma via de mão dupla, já que um estigma ou um estereótipo só tem êxito no momento em que os grupos e as pessoas se deixam representar desta forma e até assumem estas como sendo suas próprias representações e identidades. Com isso, não estou descartando nem esquecendo de mencionar o poderio subjetivador da “maioria normal” dita detentora do discurso hegemônico, assim como a dificuldade de resistir a certos apelos em adotar posicionamentos. Não para substituí-lo [o discurso] por completo, mas para criar um modo de interação e construção compartilhada.

Assim, muito se diz que cego é aquele que não enxerga nada ou mesmo todos aqueles que têm uma dificuldade visual maior. A baixa visão (ainda há pouco tempo chamada de visão subnormal) ou não é mencionada ou é entendida como uma deficiência parcial de alguém que enxerga muito pouco, mas que ainda tem algum resíduo visual. Porém existe uma grande curiosidade em saber como e quanto cada um de nós enxerga. Um pensamento hierarquizante por determinar que quanto mais a pessoa enxerga, menos é considerada como deficiente e incapacitada; por outro lado, quanto menor for sua visão, são consideradas maiores as suas limitações e diminuídas suas possibilidades de integrar os quadros da normalidade.

Uma das perguntas que as pessoas fazem com maior freqüência – e que até já cansei de responder - é o quanto ainda enxergo. É difícil saber

levando-se em conta que jamais tive uma visão normal como a maioria das pessoas para estabelecer um parâmetro concreto. Desejam saber como é enxergar pouco e se a visão é embaçada, escurecida, turva, se vemos os objetos menores, sem detalhes, sem cores, se sou daltônico. São tantas questões que advêm da primeira que remetem a uma necessidade incessante de tomar o outro para si, de enquadrá-lo.

Muitas pessoas me perguntam se eu gostaria de enxergar “normalmente” ou se me faz falta uma visão “perfeita”. Eu respondo sempre: Não! Para muitos isso pode parecer estranho ou mesmo uma “loucura”, mas o que ocorre é que desde meu nascimento nunca soube o que é enxergar “bem” e por isso não tenho parâmetros de comparação para dizer se é melhor ou pior. Assim, é difícil sentir falta daquilo que nunca tive, foi algo que se constituiu junto comigo, não há como separar. Talvez eu estranhasse se passasse a enxergar normalmente, pois a baixa visão sempre foi minha companheira, dos meus primeiros passos até o momento em que estou escrevendo estas palavras.

Em um dos Cadernos da TV Escola¹⁶ cujo tema era deficiência visual, Gil (2000, p. 7) afirma que aqueles que têm baixa visão “*apenas distinguem vultos, claridade e objetos a pequenas distâncias*”. A não ser que eu tenha mudado de categoria sem saber, consigo ver a claridade, não vejo apenas vultos e consigo distinguir um caminhão de uma bicicleta mesmo tendo baixa visão. A autora afirma logo a seguir que: “*Para quem enxerga é impossível imaginar a vida sem qualquer forma visual ou sem cor, porque as imagens e cores fazem parte do nosso pensamento. Não basta fechar os olhos e tentar reproduzir o comportamento de um cego, pois tendo memória visual a pessoa tem consciência do que não está vendo*” (GIL, 2000, p. 8).

Em parte a afirmação perpetua a idéia da escuridão, um pensamento equivocado de que o cego não pode pensar em cores – Pensa como, então? Em preto e branco?

Porém, é verdade também que colocar um óculos com grau muito alto, ou vendar os olhos não basta para sentir exatamente o que é ser cego ou ter

¹⁶ Cadernos da TV Escola são publicações patrocinadas e editadas pelo Ministério da Educação com o objetivo de realizar a formação continuada de professores da rede pública de ensino, pondo em pauta diversos temas referentes a situações de sala de aula, bem como das particularidades dos alunos que a compõem.

baixa visão, já que as sensações são completamente diferentes, e as vivências são outras, assim como as percepções não são as mesmas. As noções de espaço, orientação e mobilidade não se podem reproduzir porque cada pessoa as interpreta de uma forma. Então, para alguém tentar realizar os mesmos movimentos de um cego, com os olhos fechados, pode ter muito mais dificuldades que o próprio cego teria em situação semelhante.

O mais comum é descrever o que e como enxergamos, conforme a acuidade visual que possuímos e a porcentagem do “resíduo” de visão que ainda temos. Muitas pessoas não se dão por satisfeitas com tal informação e sempre perguntam também sobre como utilizamos este pouco de visão que nos resta, que atividades conseguimos realizar sozinhos, quais mais precisamos de ajuda. Entendo que essas são oportunidades ímpares para conversar e demonstrar as potencialidades que as pessoas com deficiência visual possuem mesmo sem enxergar o que se considera normal. Podemos desmistificar determinadas situações e expor nossas opiniões e experiências com a finalidade de contrapor certas idéias tidas pelo senso comum, mas que não condizem com nossas experiências, por exemplo, o pensamento de que é perigoso demais para o cego andar sozinho nas ruas e por isso deve estar sempre acompanhado por outras pessoas que enxergam, mesmo que esteja usando o cão-guia ou bengala.

Existe um afastamento das pessoas por se sentirem embaraçadas ao terem que lidar com uma pessoa com deficiência visual, e por não saberem muito bem como agir, acabam segregando ou mesmo não se aproximando destas por receio de como seriam interpretadas. Encontramos em Gil (2000, p. 64) e no site <http://www.saci.com.br> algumas exortações que deveriam auxiliar na aproximação mais fácil e na diluição de certos “mitos” que ainda se têm. Tanto na obra de Gil quanto no site se faz questão de mencionar que tudo foi escrito a partir de pesquisas realizadas e sugestões de sujeitos com deficiência visual:

- ✓ Cegueira ou baixa visão não são tabus sobre os quais não se pode falar abertamente com as pessoas, nem são incapacitantes que não permitam uma vida profissional bem sucedida e a constituição de um lar e de uma família.

- ✓ Não é um “mal” contagioso que as pessoas tenham que se afastar ou evitar qualquer tipo de contato físico ou laço de amizade.
- ✓ Ao conversar com uma pessoa com deficiência visual não é preciso ter receio em comentar com ela sobre cegueira ou algo do gênero, como por exemplo, utilizar as palavras ver e olhar.
- ✓ Não exclua sumariamente a pessoa sem que ela tenha direito de decidir se pode ou não realizar sozinha determinada atividade. Devemos ter as mesmas oportunidades para expor nossas potencialidades e limitações.
- ✓ Não tenha receio – muito pelo contrário – de conversar sobre temas atuais, pois mesmo sem a visão (ou com baixa visão) vemos novelas, filmes, assistimos futebol, lemos e utilizamos a internet, enfim a deficiência não é sinal de desconexão do mundo.
- ✓ Ao falar com uma dessas pessoas sempre diga quem é, afinal, se ela não o enxergar não tem obrigação de saber quem está conversando com ela.
- ✓ Não trate todos os indivíduos com deficiência visual do mesmo modo, isso pode parecer gentil, mas cada pessoa tem sua particularidade, o melhor é perguntar que tipo de ajuda precisa. Caso a ajuda seja solicitada permita que a pessoa segure seu braço, pergunte onde ela deseja ir e descreva a situação com exatidão para que não se sinta deslocada ou receosa sem saber o que está acontecendo. Avise sobre qualquer barreira física, imperfeição do solo ou outro tipo de obstáculo.
- ✓ Quando for indicar alguma direção ou informar sobre a localização de algo, seja especificamente claro na descrição, de preferência sempre medindo a distância em metros.
- ✓ As deficiências não são associativas, então ao falar com alguém com deficiência visual não é necessário gritar para que ela compreenda. Fale diretamente com a pessoa, pois ela irá compreender tudo perfeitamente.
- ✓ Em hipótese alguma acaricie o cão-guia enquanto estiver sendo utilizado com esta função para não causar nenhum contratempo para o cego que está sendo guiado pelo cão.
- ✓ Respeite a individualidade destas pessoas, em sua maioria são pessoas independentes, responsáveis por si mesmas.

- ✓ Nem todo cego vende bilhetes de loteria, pede esmolas ou é massoterapeuta, podem exercer as mais diferentes funções profissionais e não apenas algumas pré-determinadas.
- ✓ Nem todos com deficiência visual têm dons artísticos inatos como tocar piano ou cantar, nesse caso, no que me diz respeito, se fosse assim os vizinhos não reclamariam toda vez que tento aprender a tocar guitarra.

Esse não é um guia prático ou um manual de como lidar com pessoas com deficiência visual, mas muitas dessas atitudes podem ajudar em uma convivência harmoniosa socialmente. Até porque, felizmente, cada vez mais tem aumentado o contingente desses grupos circulando pela cidade, sendo inseridos no mercado de trabalho e nas mais diferentes atividades cotidianas. Entretanto, é preciso deixar claro que não se trata de uma medida que sirva para todas as pessoas com deficiência visual, dado que cada um é diferente e tem suas próprias peculiaridades e, portanto, não será uma série de regras que facilitará o contato, mas sim a disponibilidade em compartilhar com os diferentes.

Exemplos de sucesso de pessoas com deficiência visual não faltam, como Helen Keller, Sebastian Bach, Jorge Luis Borges, Adria dos Santos (tri campeã paraolímpica e recordista mundial do 100m rasos para cegos), Danieli Haloten e tantos outros anônimos que são bem sucedidos profissional e pessoalmente.

Pode-se dizer então, que um indivíduo com deficiência visual não é mais aquele sujeito em relação a quem se tem a obrigação de nutrir sentimentos de comiseração, piedade e misericórdia devido à “catastrófica” situação em que vivem. Não se resume mais a procurar instituições religiosas ou não voltadas para seu “tratamento” e acolhimento muitas vezes forçado pelo abandono e orfandade. Muitas dessas representações continuam presentes em nosso dia-a-dia, talvez não com a mesma força de outrora. No Brasil, as políticas públicas têm gradualmente seguido no sentido de beneficiar a inserção social destas pessoas, como facultar aos cães-guia o direito de freqüentar todo e qualquer espaço onde o cego deseje ir. E ao mesmo tempo, precisa ser ampliada e implementada a com mais atenção, já que o fornecimento destes cães, por exemplo, não tem subsídio do Estado e, devido

ao alto custo de aquisição e manutenção, fica impossível à maioria da população possuir um exemplar.

As definições clínico-médicas são ainda as mais fortes e balizadoras de um enquadramento da categoria de deficiência visual, tanto que na maioria das vezes quando tratamos do tema ou mesmo nos apresentamos a alguém as questões mais comuns são o porquê ficamos “assim”? Qual a doença que nos acometeu? E o quanto ainda enxergamos? Além disso, somos sempre questionados sobre qual médico nos “trata” e se o consultamos regularmente. Em seguida surge a dúvida: “mas não tem mesmo um tratamento ou uma cirurgia que te cure?” Muitas vezes existem apelos para que inclusive procuremos visitar locais que prometem cura através de artifícios transcendentais.

Pessoalmente, prefiro agir um tanto provocativamente e não buscar a cura a todo instante, nem mesmo consultar semanalmente diferentes médicos para verificar a existência de novos exames e tratamentos. Sempre que me perguntam, digo que não vou ao oftalmologista, não procuro tratamentos miraculosos ou inovadores capazes de me “devolver” a visão normal. Isso gera certa contrariedade e uma grande surpresa para as pessoas. Afinal como é possível alguém com um defeito não procurar “melhorar”?

O que também acontece com frequência é serem que alguém com deficiência visual traz consigo uma formação em curso de especialização em oftalmologia, já que em qualquer coisa relativa a visão somos questionados sobre o que achamos ou que opinião temos, algo do tipo: “Não estou enxergando muito bem, que acha que pode ser?” Como se, por termos deficiência visual, sejamos obrigados a conhecer tudo sobre os temas oftalmológicos.

Entendido apenas pelo ponto de vista clínico, o grupo social das pessoas com deficiência visual não permite expor todas as suas possibilidades e potencialidades, ao passo que se a compreendermos enquanto diferença construída culturalmente e alicerçadas em diferentes marcas identitárias, como a bengala branca, o óculos escuro, o braille, as lentes de aumento, as letras ampliadas e tantas outras, é possível perceber que a deficiência não captura a totalidade da pessoa em sua personalidade e em suas vivências, ainda que possa ser considerada como fator de grande influência. Refletindo assim,

podemos construir outras representações que sejam mais próximas à realidade da maioria desses indivíduos. Sabe-se que jamais um processo de significação irá contemplar a diferença de todos, mas a questão é conceder o direito aos próprios cegos e pessoas com baixa visão de formarem estes significados, de participarem destes processos ativamente.

Sem dúvida que a cultura é a instância principal para esta transformação e ampliação dos discursos que constituem esses grupos. Estes novos modos de pensar que valorizam cada vez mais as diferenças também são fundamentais para esta nova proposta de uma concepção baseada na articulação entre várias formas de representação, sendo que as linhas principais seriam traçadas por aqueles que pertencem a esses grupos, tendo como membros dos mesmos, não só os cegos ou pessoas com baixa visão, mas todos aqueles que se envolvem diretamente na questão, como amigos, familiares e professores, pois ainda que não tenham a deficiência marcada em seus corpos, estão de algum modo também envolvidos com a questão.

Portanto, historicamente vigorou o pensamento de que a deficiência era constituidora de um sujeito tomado por ela em sua totalidade, e com isso esta pessoa ficaria fadada a um estigma de ser alguém incompleto, portador de uma perda irreparável, que tem sempre algo faltando. Até então, a deficiência visual definiria a personalidade e a capacidade dessas pessoas em conviver socialmente, sua capacidade cognitiva e intelectual e todas as suas instâncias psicológicas. E por isso, seria fundamental adaptar suas vidas e tentar de todas as maneiras aproximá-lo ao máximo possível dos “normais”.

Assim, compreenderíamos as deficiências como mais uma das características que nos constitui como sujeitos, e não mais a definidora de quem somos. Este é um dos caminhos para apagar a homogeneização e reescrevê-las com as cores das diferenças, pintadas pelos próprios diferentes.

DEFICIÊNCIA VISUAL E SURDEZ: DIFERENÇA/DEFICIÊNCIA E PONTOS DE CONVERGÊNCIA

*“Sê plural como o universo”
Fernando Pessoa*

*“[...] devo ter me apropriado paulatinamente do meu corpo da forma como ele era
e não da forma como eu gostaria que ele fosse.
Fui aceita com ele, rejeitada com ele, amada com ele.”
Ligia Assumpção Amaral*

Neste capítulo, debato questões relativas aos conceitos de deficiência e diferença, assim como as formas como tais diferenças podem ser muitas vezes convergentes. Para isso, na seção *Diferenças: Paralelas ou Congruentes*, discuto o conceito de diferença e suas diversas formas de entendimento, bem como a maneira como essas diferenças podem ou não convergir em determinados momentos.

Já em *Surdos com Baixa Visão/ Surdos e Pessoas com Deficiência Visual* debato os pontos de convergência ou não entre ambos os grupos sociais, bem como as possibilidades de trocas culturais e de relação entre ambos. Ao tratar dos sujeitos surdos com baixa visão tenho o objetivo de demonstrar como as fronteiras identitárias são instáveis, e como as diferenças são plurais e não podem ser categorizadas.

Diferenças estas cada vez mais numerosas e mais próximas de todos nós. De que diferença falamos? Essas aproximações proporcionam um caminho menos tortuoso em direção a diferença? Quais barreiras ainda restam e quais já foram derrubadas?

A deficiência é considerada por Amaral (1998, p. 8) como “*diferença significativa*”. Mas que significados a constroem para que receba esta alcunha de pertencer a uma hierarquia superior? De que modo a deficiência foi sendo constituída conceitualmente e qual a sua influência nas diversas esferas sociais e individuais como na apropriação – ou não – do corpo deficiente? Como a sociedade e o “deficiente” a compreendem, será da mesma forma?

Podem existir pontos de convergências entre diferenças consideradas antagônicas como a deficiência visual e a surdez? Que identidades assumem os surdos-cegos e/ou surdos com baixa visão (ou pessoas com baixa visão e

surdez)? Com as novas tecnologias de acessibilidade, como acontece a interação entre estes sujeitos e quais as suas potencialidades comunicacionais?

Este capítulo tem como objetivo analisar algumas dessas questões e problematizar outras tantas delas advindas, mesmo que nesta proposta sejam ainda apontamentos possíveis, já sabendo que novas interrogações virão.

2.1 Diferenças: paralelas ou congruentes

Todas as diferenças têm em comum o fato de trazerem traços que fogem à normalidade ou se situarem periféricamente ao que é considerado em cada grupo social como “normal”. Além disso, as diferenças estão de uma forma ou outra tentando escapar à captura desta normalidade que, embora nos pareça absolutamente clara, é mais turva do que se imagina.

No caso de pessoas com deficiência visual, supõe-se que elas têm na audição seu “principal” sentido. Já no caso dos surdos, imagina-se que a visão “substitui a falta” de audição. Também de acordo com essas suposições, surdez e deficiência visual seriam consideradas antagônicas.

Porém, as diferenças não podem ser antagônicas simplesmente pelo fato de que não podem ser comparadas ou aferidas por qualquer parâmetro, pois é tão plural como surpreendente. Exemplo disso são os sujeitos com deficiência visual e surdez – ou vice-versa como queiram. Se as duas diferenças fossem de fato antagônicas, como situar tais sujeitos?

Mas estes tempos pós-modernos nos mostram que, ao invés de paralelas, podem ser congruentes de alguma maneira, conforme as possibilidades e modos de entendimentos, que emanam dos mais diversos lugares e de alguns pontos que se entrecruzam.

Diferença é um conceito construído pelos processos discursivos e pela linguagem, e não algo inato como se acreditava. A partir do momento em que nomeamos as coisas estamos de alguma forma as diferenciando (SILVA, 2000, p. 76). São significações que acabam, de uma forma ou outra, sendo utilizadas como sistemas de classificação, o que muitas vezes confere um caráter de hierarquia a estas. Sempre se é diferente de algum modo e exatamente a

produção destas significações é que suscitam as relações de poder existentes no interior das diferenças.

Os “normais”, principais detentores dos processos discursivos e que exercem o poder das mais diversificadas maneiras, são responsáveis por diferenciar o “normal” do “anormal”, estabelecendo os padrões de distinção. Portanto, é algo eminentemente relacional. No entanto, as inter-relações individuais e entre os grupos sociais não são instauradas harmonicamente, há sempre dominações, resistências, aberturas e enclausuramentos nos mais diferentes momentos históricos.

Primeiro, o diferente era eliminado sumariamente, em outro momento fora permitida sua existência ainda que devesse viver isolado em instituições que pudessem cuidá-lo. Atualmente, com as sofisticadas formas de controle das condutas, esse diferente é tratado ambigualmente, pois, de um lado é saudado por sua diferença, integrado aos mais diversos ambientes sociais, mas, ao mesmo tempo é marcado negativamente, visto com estranhamento e, principalmente, apenas tolerado. Uma tolerância não de troca de experiências e, sim, de indiferença, de fingir que este Outro diferente sequer esteja em um mesmo ambiente. É uma relação de controle das ações desse Outro anormal, em que, estando próximo, suas ações são mais fáceis de vigiar e suas imperfeições mais simples de corrigir. (SKLIAR, 2003, p. 40)

Se outrora não era permitido a um aluno com baixa visão freqüentar as aulas em uma classe regular de ensino, hoje em dia, isso é considerado uma condição fundamental para o mesmo. Porém, o que muitas vezes acontece é que este acaba recebendo um tratamento não diferenciado dos demais alunos, o que implica dificuldades para esses sujeitos devido às suas diferenças, ou por outro lado, simplesmente permitem que dividam o mesmo espaço, sem um trabalho efetivo de acolhimento. Estão quase todos na escola, mas a questão não é mais se eles devem ou não estudar no ensino regular, mas sim como entender esses sistemas excludentes de inclusão?

Por outro lado, a globalização tem facilitado a comunicação entre as pessoas e a interação entre culturas torna-se cada vez mais evidente. Com as tentativas de homogeneização e de constantes hegemonizações culturais, tornam-se importantíssimos os processos de resistências pelos quais de forma dialética – não no sentido que a teoria crítica o emprega - acabamos formando

um produto híbrido, diferente das identidades modernas cerradas em conceitos fixos e imutáveis (CANCLINI, 2006, p. 24). Mas, os processos de globalização fazem com que os diferentes deixem de lado as marcas de suas identidades, para que cada vez mais se pareçam com todos os demais, o que se converte muitas vezes em lutas maiores pela manutenção de tais marcas identitárias.

De certa forma estamos diante também da diferença como instância política, na medida em que estas se tornam plurais, flexíveis e que precisam lutar por sua consolidação. Para que se reconheça o direito à diferença de certos grupos, estes precisam ser suficientemente numerosos para merecer alguma consideração (BAUMAN, 2003, p. 71). Exemplo disso são os discursos em torno da reivindicação dos direitos das pessoas com deficiência, que têm como um de seus principais argumentos o fato de serem um grupo consideravelmente grande dentro da população brasileira e mundial, tomando como base quase sempre os dados estatísticos que comprovam não apenas sua existência, mas a sua grande circulação e convivência social. Essa proliferação de estatísticas sobre os sujeitos entendidos como diferentes tem repercutido inclusive na produção e consumo cultural, na medida em que cada vez mais estes indivíduos são vistos não mais como uma ameaça ao mercado, mas com um imenso potencial de consumo.

A diferença toma um caráter de resistência ao mesmo tempo em que é transformada no mercado consumidor, ou seja, captura-se essa diferença para que se torne produtiva e para que se consuma. Como no caso dos audiolivros que em um primeiro momento serviam apenas para que os cegos tivessem acesso a alguns poucos livros lidos voluntariamente, a maioria deles em projetos de acessibilidade. Porém, percebeu-se que as novas tecnologias deram acesso a um novo mercado, já que os novos aparelhos eletrônicos como MP3 Player, Ipods, Iphones proporcionam que se ouçam os livros em qualquer lugar, como nas filas de banco e no trânsito, por exemplo.

Porém, é preciso ressaltar que ainda permanecem muito marcadas as distinções entre os sujeitos considerados normais e anormais.

No colapso da relação entre realidade/simulação, verdade/representação, temos a diluição da diferença entre normal e anormal, esperado e inesperado, comum e bizarro,

doméstico e selvagem, nós e os estranhos, estes já não mais autoritariamente pré-selecionados [...]

Os estranhos de hoje são subprodutos, mas também os meios de produção, incessante, porque inconcluso processo de produção de identidade.

O que faz certas pessoas estranhas e, por isso, irritantes, enervantes, desconcertantes e sob outros aspectos é um “problema” – vamos repetir – sua tendência a obscurecer e a eclipsar as linhas de fronteira eu devem ser claramente vistas. (BAUMAN, 1998, p. 37)

Diferença e deficiência estiveram sempre interligadas, na medida em que a deficiência não faz parte dos padrões criados pela normalidade. Problematizar a diferença é abrir um novo caminho para a compreensão do que é a deficiência. Ao passo que uma nova forma de entender a deficiência que não a da perda e da anomalia, pode ajudar a construir outros parâmetros constituidores de uma diferença que rumo para ver no outro não um ser exótico ou defeituoso, mas uma possibilidade de convivência harmoniosa.

Considera-se como deficiência toda perda total ou parcial de estrutura ou função, alteração física ou psicológica, que incapacite e/ou gere desvantagem a determinado indivíduo (BRASIL, 2007, p.10). A incapacidade para exercer determinadas atividades é também ressaltada como a principal consequência da mesma – por isso jamais poderei realizar meu sonho de ser um piloto de automobilismo. A implicação social e comportamental da deficiência é a desvantagem gerada por esta. Nesse caso, o problema não é do indivíduo que a possui, mas sim, da sociedade que não se adapta a ele ou que não cria mecanismos de acessibilidade que minimizem esta desvantagem, que pode ser vista a todo o momento e nos mais diversos lugares.

A deficiência é uma invenção, também vinculada historicamente a determinado tempo e espaço, assim como as implicações e dificuldades provenientes dela diferem de acordo com as possibilidades e as formas como a deficiência é tratada pela sociedade. Ela não existe *em si*, mas depende de uma rede de significações que lhe confirmam o status que atualmente lhe é atribuído.

Pensar na deficiência como algo inventado e não mais como natural ou somente biológico é rumo para uma compreensão sócio-cultural de sua constituição, o que proporciona um entendimento menos estereotipado sobre os sujeitos com deficiência:

Além disso, o papel que desempenha a deficiência na vida de uma pessoa não é o de ser o centro inevitável de seu desenvolvimento [...] não vive a partir de sua deficiência, mas a partir daquilo que resulta ser seu equivalente funcional (SKLIAR, 2001, p.13).

Compreender a deficiência como característica do sujeito e não como alguém a quem falta algo é fundamental para deslocar a deficiência como centralidade desses indivíduos. Talvez por isso, desde a década de 1980, desenvolva-se cada vez mais o campo dos *Disability Studies*¹⁷, cujas diretrizes teóricas aproximam-se consideravelmente a dos Estudos Culturais, na medida em que estudam as instâncias sociais e culturais das pessoas com deficiência (THOMA, 2005, p. 265). Isso significa que os *Disability Studies* estão menos preocupados com os recursos pedagógicos disponibilizados na educação inclusiva, e mais vinculados a estudos sobre os processos de identidade, diferença e com as produções culturais das pessoas com deficiência. Ao deslocar o foco sobre o sujeito com “defeito” para os processos de representação que o constituíram como tal, estão também questionando os parâmetros sob os quais pairam a normalidade e anormalidade.

Com relação a este enquadramento promovido pela normalidade, me recordo de uma lenda grega chamada *Leito de Procusto*, em que um homem rico chamado Procusto convidava determinadas pessoas para uma visita em sua casa. Jantavam, conversavam, e lhes era oferecida uma cama para que dormissem, porém, o anfitrião pedia que o visitante deitasse na cama, e caso não tivesse o exato tamanho do móvel, este seria esticado ou teria parte do corpo decepado a fim de caber naquele espaço. Os atuais leitos de Procusto são as representações criadas com o intuito de apagar a diferença/deficiência de cada um de nós.

Tais parâmetros controlam cada vez mais sofisticadamente nossos comportamentos, que julgamos o que é ou não normal. Mas o que é ser normal? Delimitaram-se as fronteiras entre normais e anormais, por meio de uma intensa utilização dos artefatos culturais como um conjunto de normatizações

¹⁷ Ainda não há no Brasil, tradução para este termo. Assim como são muito raros os trabalhos no país que tratam do tema, mesmo que esteja em franca expansão nos Estados Unidos, no Canadá e na Inglaterra onde está situado o *Center for Disability Studies*, na University of Leeds. (www.leeds.ac.uk/disability-studies/)

que tem o objetivo de suprimir as diferenças, de regular-nos socialmente (THOMA, 2005, p. 258).

Mas o que me questiono quanto a isso é que mesmo quando uma pessoa com deficiência tenta artificialmente suprimir a sua anormalidade, como nos implantes cocleares, nas cirurgias e implantes oftalmológicos, algumas são consideradas clinicamente normais, porém, socialmente serão sempre as “quase” normais, serão sempre os ex, ex-deficiente visual, ex-surdo... E por mais que se esforcem para alcançar a condição de normalidade, dificilmente conseguirão, estarão sempre marcados indelevelmente por sua condição, seja ela atual ou anterior.

A deficiência é entendida principalmente como uma anormalidade marcada no corpo de quem a possui. Este é considerado um corpo imperfeito, personificação do mal, da anomalia que deve ser desprezada e escondida, evitada ao máximo possível. Tornou-se fundamental eliminar as imperfeições corporais, alterar as próprias características e exibir um corpo saudável e aparentemente natural, demonstrando saúde e produtividade (COUTO, 2007, p. 42). Criou-se aos poucos um mito do corpo sadio que tira das pessoas com deficiência as possibilidades de extrair de si e do seu corpo um grande potencial de criatividade, beleza e prazer ao qual se é obrigado a renunciar. Ter um corpo perfeito é um atestado de normalidade e de aceitação que, no caso da pessoa com deficiência, se torna mais uma barreira a transpor. A busca por um corpo sadio acaba se tornando uma espécie de *modus vivendi* daqueles que não o têm (AMARAL, 2004, p. 138). A formação de um “tipo ideal” de corpo é histórica, oscila conforme as construções culturais vigentes; o que raramente se modifica é que todos aqueles que estão à margem dessas tipificações são tratados com estranhamento e com preconceitos e discriminações. Não são mais sujeitos com dada deficiência e, sim, a própria deficiência que “ostentam”.

A aceitação não é algo facilmente conquistado pelas pessoas com deficiência – talvez nem deva ser mesmo o objetivo principal de suas vidas, já que a diferença não precisa ser aceita para existir. Demanda tempo e requer certo esforço de “nadar contra a maré”. Quando isto é alcançado, confunde-se muito com resignação e com acomodação. Mas é, em verdade, um processo de acolher a sua própria imagem corporal. Durante a adolescência imaginava que todas as pessoas ficavam me fitando, apontando cada um dos meus

”defeitos” – estatura muito baixa, obeso e ainda com aqueles olhos... – a todo o momento, mas no instante em que comecei a me apropriar de meu corpo, de verificar que ele talvez não tivesse a importância que imaginasse ter, pude “livrar-me” destes estigmas. Isso aconteceu quando um amigo utilizou recursos eletrônicos para mostrar-me como seria meu corpo se fosse magro, alto e com os olhos “normais”, foi então que me perguntei: quem é esta pessoa? Pois aquela imagem definitivamente não combinava comigo.

Como veremos na próxima seção, tanto surdos como pessoas com deficiência visual são grupos que mesmo diferentes possuem pontos convergentes. O fato de compartilharem suas vivências permite uma interação entre eles. Portanto, as diferenças podem ter fronteiras diluídas e permitem um processo de interação no qual fica evidente a riqueza dos processos interculturais.

2.2 Surdos com Baixa Visão/ Surdos e Pessoas com Deficiência Visual: convergências e possibilidades

Quando comecei a interessar-me pela questão da deficiência visual, ainda na graduação em Pedagogia pela UFRGS, desejava pesquisar algo que escapasse aos estudos relativos à Educação Especial, pois tinha o objetivo de analisar o tema pelo viés cultural. Procurei alguns caminhos que poderiam ser percorridos neste sentido, mas sem que nenhum deles me levasse a um resultado a contento.

Foi no momento em que tive os primeiros contatos com a cultura surda que vislumbrei algumas possibilidades de investigação diferenciada das atuais pesquisas sobre a deficiência visual¹⁸. Percebi que as identidades surdas são um dos principais marcadores da cultura surda e, a partir de então, optei por pesquisar sobre a produção de identidade das pessoas cegas e com baixa visão.

Existem muitos pontos de convergências e possibilidades de diálogos entre estes dois grupos, que comungam mais do que o fato de pertencerem a “classe” dos diferentes e anormais. Considero esta troca cultural fundamental

¹⁸ Ao cursar a disciplina de Problemas Educacionais Contemporâneos, na UFRGS, ministrada pela Prof Dra Lodenir Becker Karnopp, pude efetuar as primeiras leituras a respeito do tema.

para ambos, pois, além de contraporem ao senso comum, essas trocas culturais, ao mesmo tempo em que ressaltam o valor das diferenças, também as interligam de alguma forma.

Atualmente, as fronteiras identitárias estão cada vez mais dissolutas; por isso mesmo, “escolhemos” várias identidades conforme determinadas situações. Mas existem situações em que talvez seja um tanto difícil de estabelecer um padrão exato de identidade, mesmo pelos outros que também as outorgam.

Alguns sujeitos podem ter traços identitários convergentes em determinadas situações. Neste sentido, seriam surdos-cegos ou surdos com baixa visão? Afinal, consideram-se surdos com cegueira? Cegos com surdez? Nenhuma das duas? Vêm-se como surdos que têm baixa visão? Ou alguém com baixa visão e surdez associada? De que modo estas pessoas se identificam? Podem demonstrar estas convergências e suas possibilidades? De que forma pode acontecer essa interação entre surdos e pessoas com deficiência visual?

De certo modo, deixarei o leitor sem respostas a algumas dessas perguntas, pois ainda não as tenho: eis então possibilidades para outras pesquisas. Mas o que posso dizer que é no que diz respeito aos termos “*surdos com baixa visão*” ou “*baixa visão com surdez*”, importa menos o modo como serão chamados e mais as formas como serão tratados. Quero dizer com isso que ainda existem poucos trabalhos que investiguem a questão da surdez e baixa visão, o que de certa forma demonstra um certo apagamento da questão o que não significa que essas pessoas não existam, bem como suas dificuldades em lidar com tais situações no cotidiano.

Essa situação “fronteiriça” – deficiência visual e surdez – em que essas pessoas se encontram demonstra que a diferença é algo muito mais complexo e volátil do que se pode pensar. Não se trata de tentar categorizá-los, mas pelo contrário, de problematizar as categorizações na medida em que não contemplam a todos. Por isso, estou muito mais preocupado com as situações e as possibilidades desses indivíduos do que com o modo como iremos denominá-los.

Tenho percebido que, de algum modo, existem também muitas semelhanças entre pessoas com baixa visão e deficiência auditiva. A principal

delas é o modo como se constituem como sujeitos, não pertencendo totalmente nem ao grupo dos “normais” nem ao dos “anormais”. Na baixa visão não se é cego e tampouco se enxerga perfeitamente e, na deficiência auditiva, a imensa maioria não é considerada surda e, menos ainda, alguém que ouve como se espera. Esse fato causa uma série de desconfortos e de dificuldades na interação social desses sujeitos nos grupos sociais seja de surdos ou de pessoas com deficiência visual. Mas essas ainda são situações que precisam ser investigadas mais detidamente e com enfoque específico nesta temática.

Tive a oportunidade de conversar com algumas pessoas surdas com baixa visão, através do orkut, e aquelas com quem contatei relatavam possuir a chamada Síndrome de Usher – sobre a qual nem pretendo me alongar nos critérios clínicos – e que nasceram surdas e adquiriram baixa visão ao longo dos anos. Algumas declararam que, por terem nascido surdas, se consideravam como sujeitos surdos que adquiriram a baixa visão. Outras não se consideravam surdas pelo fato de ainda possuírem “resíduo auditivo”, mas com deficiência auditiva e visual, preocupadas muito mais com a “perda” visual do que com a surdez:

Comunidade: Baixa visão/visão subnormal (06/06/2010)

Tópico: Apresentação (24/08/2009)

Rosinha: Sou portadora e Usher (retinose pigmentar associada a perda auditiva), tive perda auditiva na infância mas consegui levar uma vida quase normal [...] confesso que não foi fácil aceitar que perderia totalmente a visão, mas ainda tenho visão residual, e por isso posso compartilhar minhas experiências com vcs.

Mas aqueles que se consideravam surdos e com baixa visão, afirmaram estarem acolhidos nas comunidades surdas mesmo com todas as dificuldades geradas pelas limitações visuais na comunicação com sujeitos que usam uma língua predominantemente gestual-visual. Diante disso, é perceptível a possibilidade de avanços substanciais no que tange à interação de pessoas com baixa visão e sujeitos surdos, ou também de pessoas surdas com baixa visão, ou mesmo deficientes auditivos com baixa visão. Não pretendo aqui criar mais e mais categorizações, apenas demonstrar a pluralidade dos sujeitos com os quais lidamos.

No que diz respeito à surdocegueira, esta é considerada conforme os padrões classificatórios clínico-médicos, como sendo um dos diversos tipos de múltiplas deficiências. São conceituadas como múltiplas pelo fato de terem duas ou mais deficiências associadas, ainda que seu tratamento seja realizado como uma única condição; no caso da surdocegueira, por exemplo, não possui surdez mais cegueira, e sim ambas como uma forma específica de deficiência na qual se perde parcial ou completamente a capacidade de enxergar e de ouvir. (BRASIL, 2007, p. 11).

Ainda assim, no que tange às políticas públicas em educação, utiliza-se o termo Múltipla Deficiência para definir uma série de situações muito heterogêneas, o que de certa forma uniformiza as maneiras de se pensar diferentes singularidades que tenham cada uma das “categorias” que a englobam, como se todos fossem da mesma forma, tivessem as mesmas necessidades e possibilidades.

Tive certa dificuldade em encontrar obras sobre surdocegueira que não fossem relatos de experiências de pessoas surdo-cegas ou mesmo que tratassem de outros assuntos além dos recursos pedagógicos e lingüísticos para as mesmas. Em sua maioria, as obras não debatiam muito sobre o conceito, mas as implicações sociais e comunicacionais. São consideradas surdo-cega as pessoas que:

apresentam graves dificuldades visuais e auditivas que resultam em problemas de comunicação, informação e mobilidade. O grupo deverá incluir dificuldades severas visuais e auditivas de nascença ou adquiridas na tenra infância e as que desenvolveram a deficiência na vida adulta [...] não importa o tipo ou a intensidade, mas a funcionalidade (CADER-NASCIMENTO; COSTA, 2010, p. 31).

É preciso ressaltar que as discussões sobre a surdocegueira estão ainda muito voltadas para as questões clínico-médicas e para os processos lingüísticos e comunicacionais. As principais causas da surdocegueira são os fatores genéticos e hereditários, bem como doenças das mães durante a gravidez, além de doenças adquiridas principalmente na infância como

meningites e toxoplasmose (HONORA; FRIZANCO, 2008, p. 149-150)¹⁹. São classificadas pelas mesmas autoras da seguinte forma:

1. Cegueira e surdez congênitas.
2. Cegueira congênita e surdez adquirida.
3. Surdez congênita e cegueira adquirida
4. Cegueira e surdez adquiridas
5. Baixa visão e surdez congênitas
6. Baixa visão e surdez adquiridas.

São classificadas também como pré-linguísticas e pós-linguísticas de acordo com o estágio de desenvolvimento comunicativo-cognitivo em que se encontravam quando do acometimento da surdocegueira. Cada uma delas exige uma forma diferente de abordagem e tratamento, assim como na educação escolar é de suma importância para sua aprendizagem e sua interação com o meio social (HONORA; FRIZANCO, 2008, p. 151).

Creio que classificar as pessoas que possuem surdez e baixa visão na categoria de surdos-cegos é um equívoco conceitual que torna simplificados estes enquadramentos, pois é quase como afirmar que todos os sujeitos com deficiência visual sejam cegos a partir do momento em que têm a surdez associada, quando na verdade são situações diferentes, de pessoas com percepções diferentes, com modos de interação e de comunicação diversos. A questão não é a tentativa de separação por hierarquização de valor entre cegueira e baixa visão, mas sim de constituição de marcas identitárias e de diferenciação contrapostas a essa espécie de homogeneização de certas deficiências.

Por isso, optei por delimitar metodologicamente a diferenciação entre surdos-cegos e surdos com baixa visão, sabendo que de alguma maneira estou também generalizando alguma especificidade tal qual critiquei acima.

¹⁹ É uma espécie de manual para que os professores principiem seus estudos e pesquisas sobre alunos com deficiência e surdez, e como trabalhar em sala de aula com os mesmos. Embora não tenha alcançado sua pretensão de “esclarecer” as deficiências como está no título da obra, optei por citar esta por trazer alguns conceitos mais clara e concisamente, para que possa no decorrer da pesquisa ampliar o universo bibliográfico a ser investigado.

Porém, decidi por este enfoque para uma melhor delimitação temática e por entender ser mais condizente com os objetivos da investigação.

Além do que, não efetuei uma categorização e, sim, a delimitação de um enfoque sob os quais estes sujeitos podem ser entendidos, traçando outra perspectiva identitária, a partir do contato que tive com esses sujeitos.

Não pretendo também definir a questão sob o ponto de vista clínico-médico ou dos diferentes estudos psicopedagógicos em que estão inseridas a maioria das pesquisas sobre surdocegueira. Tais abordagens tratam, na maioria dos casos, apenas dos processos de comunicação e reabilitação de funções psicossociais e fisiológicas das pessoas.

Nas pesquisas que realizei no Orkut e em sites que tivessem presente a temática da surdocegueira, foi possível encontrar mais ou menos as mesmas situações encontradas na produção bibliográfica. Ou seja, há muitas informações de caráter clínico-terapêutico, depoimentos de surdo-cegos relatando suas vivências e os processos lingüísticos que envolvem a questão.

Notei também que pelo fato de a surdocegueira estar em uma subcategoria das múltiplas deficiências, muitos desses sujeitos não se consideram nem surdos nem com deficiência visual associadas, mas com um tipo de deficiência diferente, cuja característica é não possuírem os sentidos da visão e da audição. Por um lado, é interessante perceber que começam a ter uma identificação entre suas próprias marcas identitárias e culturais que contemplem sua diferença. Por outro lado, estas construções estão ainda calcadas na falta da visão e da audição, e não nas suas possibilidades e potencialidades.

Embora a surdocegueira abarque os sujeitos surdos com baixa visão, é preciso fazer uma diferenciação. Muitos desses sujeitos participam da comunidade surda de uma forma ou outra, e se constituíram como sujeitos surdos, aprendendo LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e compartilhando os demais aspectos culturais e de convívio com outros surdos. Para essas pessoas há peculiaridades e vivências que muitas vezes estão dissociadas em muitos aspectos do que se considera surdocegueira.

É fundamental que se problematizem os processos de aprendizagens de uma língua gestual-visual para indivíduos com baixa visão. No que tange ao ensino, as novas tecnologias tem contribuído muito com uma série de recursos

que permitem minimizar as dificuldades e aumentar as possibilidades que se tem para que tal aprendizagem ocorra. No contato interpessoal, as dificuldades ainda existem e são evidentes, mas cada vez mais encontram-se alternativas para que os surdos com baixa visão participem ativamente das comunidades surdas e sejam acolhidos pelas mesmas.

Outra possibilidade muito interessante é o processo de aprendizagem de LIBRAS por pessoas com baixa visão. Estas situações têm aumentado à medida que seu ensino se tornou obrigatório nos cursos de graduação para as licenciaturas, por exemplo. Com isso, é necessário refletir sobre a imensa gama de possibilidades dessa relação entre ambos os grupos e que pode ser salutar a ambos.

Como poderia acontecer o processo de aprendizagem de LIBRAS por alguém com baixa visão? Como forma de responder a essa questão e de vivenciá-la na prática, cursei em 2008, na UFRGS, a disciplina de LIBRAS I, ministrada por um professor surdo. Objetivei com isso, também, iniciar uma inserção no conhecimento da cultura surda, para experimentar possibilidades de convergências entre surdez e deficiência visual.

Para mim, dois desafios complexos: aprender uma língua com a qual nunca tive contato e, principalmente, tendo baixa visão, como enxergar os sinais ensinados e ter um aprendizado satisfatório em que a questão visual seja talvez a mais importante. As dificuldades foram e são grandes, mas não intransponíveis, como inicialmente imaginei.

Pude observar que um dos maiores desafios não reside em aprender o sinal em si, mas em desenvolver diálogos a partir de determinadas estratégias, tais como: uma distância adequada entre os interlocutores, que permita identificar com exatidão os sinais utilizados, conforme as possibilidades visuais de cada indivíduo. Além disso, é necessário que a pessoa com baixa visão possa permanecer próxima daquela que sinaliza, possibilitando a focalização no espaço de enunciação dos sinais, melhorando assim a acuidade visual e a nitidez na percepção dos sinais. É importante considerar também o local com ampla luminosidade e/ou contraste, facilitando a visualização dos sinais, minimizando obstáculos dialógicos entre os interlocutores.

Para as pessoas com baixa visão, a utilização de alguns dos instrumentos tecnológicos de acessibilidade, tais como a ampliação da tela do

computador e a utilização de programas de leitura textual, facilitam o aprendizado de alguns sinais, já que em determinados sites que “ensinam” sinais²⁰, através de vídeos, a visualização fica mais nítida e acessível. Talvez esta possa ser uma das alternativas no ensino e na aprendizagem das línguas de sinais para quem tem baixa visão, e também para surdos com baixa visão, ainda que seja preciso encontrar alternativas para aqueles que tem restrição em seu campo visual, para os quais a ampliação de tela talvez não seja a melhor alternativa, por isso é importante a continuidade das pesquisas sobre estas questões.

Não se pode afirmar que todos os surdos com baixa visão aprendem as línguas de sinais do mesmo modo e com os mesmos recursos, já que cada um tem suas particularidades, mas as pesquisas sobre os mesmos são fundamentais para lhes dar a visibilidade necessária, pois vivem em uma espécie de zona de fronteira já que não são considerados somente deficientes visuais, nem só surdos, nem surdos-cegos.

Além disso, as novas tecnologias têm contribuído muito para a comunicação entre surdos e deficientes visuais, visto que tem surgido uma série de programas de acessibilidade como softwares leitores de tela para cegos, por exemplo, o Dosvox, programa sintetizador de tela utilizado para a leitura dos textos e os ampliadores de tela para pessoas com baixa visão que proporcionam uma facilidade maior para lidar com os sistemas informatizados, bem como acessar a internet, instância onde acontecem essas interações, principalmente nos dispositivos de mensagens instantâneas como chats, twitter e MSN, ou nos sites de relacionamentos Orkut e facebook²¹. Existe, de fato, grande interesse e satisfação quando as interações acontecem, já que se pode perceber em uma manifestação de uma pessoa cega que conversou através do chat do site Saci²²:

²⁰ Como é o caso do site Acesso Brasil cujo conteúdo está disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

²¹ Chats e twitter são sistemas de conversação realizados em um site específico da internet, enquanto o MSN, é um programa no qual se pode conversar com uma rede de amigos criada pelo próprio usuário, em que são realizadas conversas virtuais. Já Orkut e Facebook são sites de relacionamentos, em que cada usuário constrói uma página de internet para si, por meio da qual se relaciona com seus “amigos” e participa das comunidades, ou seja, grupos de discussão sobre determinados assuntos.

²² A rede Saci é uma ONG que presta serviços de atendimento a pessoas com deficiência bem como consultorias sobre este assunto a diversas instituições. Em seu portal na internet: <http://www.saci.org.br> é possível encontrar diversas ferramentas de acessibilidade e

Um dia estava eu, no chat, quando comecei a conversar com uma outra menina que não conhecia muito bem, só tinha ouvido falar e sabia que entrava ali de vez em quando... A conversa ia muito bem, falávamos de nossas coisas (eu sem saber que ela era deficiente auditiva e ela também não sabendo que eu era cega) quando eu pedi a ela para conversar via microfone... Aí ela me disse que não poderia conversar por microfone [...] Aí que ela me disse que era surda e eu falei que era cega... Foi uma coisa interessante porque a partir desse dia conversamos toda vez que nos encontramos... Achei isso uma coisa aparentemente tão simples mas maravilhosa... Uma barreira de comunicação que se quebrou com a ajuda do computador... (chat.saci.org.br:1965/; acessado em 24/10/2009)

Ao acessar esse chat para pesquisar a informação e também para participar de algumas conversas com a finalidade de verificar seu funcionamento, pude perceber que, para alguns participantes com deficiência visual, que necessitam de programas para leitura de tela, é muitas vezes mais fácil conversar com um surdo pelo fato de facilitar e dinamizar a fluência do diálogo, através do programa que lê textos em ordem direta, afinal, boa parte destes programas disponíveis ainda carecem de uma “tradução” que permita às pessoas com deficiência visual um melhor entendimento de certas palavras e expressões. Os softwares leitores têm sido frequentemente atualizados e melhoram a qualidade da leitura e da compreensão do que está escrito na tela, mesmo assim há uma certa dificuldade quando se trata dos bate-papos e sites de mensagens instantâneas como o MSN, por exemplo.

O primeiro ponto de convergência é o fato de tanto a surdez como a deficiência visual serem tratadas como “anormalidades”, de serem entendidas como algo a ser combatido, incluído para que possa ser capturado e controlado. O acesso aos bens culturais é para ambos ainda uma questão importante a ser resolvida. Assim como o surdo necessita de intérpretes em algumas ocasiões, quem tem baixa visão muitas vezes precisa de alguém que os auxilie, por exemplo, na leitura de legendas nos cinemas, já que essas estão com letras e cores que cada vez mais dificultam a acessibilidade visual.

Os parâmetros culturais da “normalidade” consideram a medicalização e a reabilitação clínica desses indivíduos como a única solução possível para superar sua “anormalidade” e aquele que não optar por isto acaba sendo entendido como “estranho”. Aqui há um ponto de distanciamento, já que os surdos conseguiram consolidar sua cultura e sua língua, promovendo a demarcação de suas identidades e afastando muitos estigmas clínico/curativos, reafirmando o surdo como minoria lingüística e não somente como alguém com deficiência.

No entanto, acredito que historicamente as pessoas com deficiência visual sempre foram entendidas com sentimentos de benevolência. Acima de tudo, estão as reivindicações por respeito ao direito à diferença e às singularidades destes grupos, não em sua aceitação como simples “deixar existir”, mas como aceitação e respeito a suas singularidades. Diferentes sim, antagônicos não!

PRODUÇÕES IDENTITÁRIAS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ORKUT

- Por que foi que cegamos? não sei, talvez um dia chegaremos a conhecer a razão... Queres que te diga o que penso? penso que não cegamos, penso que estamos cegos. Cegos que vêem. Cegos que vendo, não vêem.
José Saramago.

Neste capítulo, analiso os modos como as identidades foram compreendidas historicamente, bem como seus movimentos de flexibilização e pluralidade que ainda estão em curso. Principalmente no que diz respeito a identidade como resistência e reivindicação da diferença. Assim, procuro demonstrar como acontecem as produções identitárias das pessoas com deficiência visual.

Para tanto, na seção: *Navegando pelo Ciberespaço: Pessoas com deficiência visual e o Orkut*, debato a consolidação da internet e do Orkut como uma das instâncias que possibilitam as produções de identidade, bem como as dificuldades ainda enfrentadas, como as retóricas compensatórias e de superação. Além disso, discuto possibilidades vindouras como as produções culturais de, sobre e para pessoas com deficiência visual, que semeiam novas formas de identificação, vinculadas a processos culturais.

Durante toda nossa História os processos de representação tiveram um papel fundamental na constituição das mais diversas culturas, assim como em suas modificações que estão se tornando cada vez mais constantes. Em grande parte da Idade Moderna, as identidades possuíam fronteiras rígidas, ou ao menos não lançavam um olhar sobre elas que permitisse uma pluralidade maior no que tange aos processos de identificação. Isso pois, era fundamental a um Estado que reconfigurava a constituição de identidades nacionais fortemente marcadas.

Os Estados Nacionais se formaram por volta dos séculos XV e XVI, e com a derrocada do período feudal as monarquias se fortaleceram proporcionando a centralização do poder político e administrativo. Ao mesmo tempo era necessário criar na população uma forte identificação, para que fosse re-construída a ideia de uma nação composta por indivíduos patriotas, tomando os valores nacionais acima de seus interesses pessoais. Durante

longo tempo, os Estados promoveram uma série de medidas para reforçar a identidade nacional, considerada até os anos 1950, como a mais importante e fundamental identidade para o indivíduo e para o desenvolvimento de sua nação; exemplo mais radical disso podemos considerar a Alemanha hitlerista e seus ideais nazistas “legitimados” por uma identidade nacional.

No Brasil este processo é iniciado quando da proclamação da República, no final do século XIX, período no qual muitos historiadores afirmam ser o verdadeiro nascimento da pátria brasileira. Tal processo foi intensificado ainda mais nos anos 1930 a 1950 com o presidente Getúlio Vargas, que levou a cabo um grande programa de fomento à constituição de uma forte identidade nacional, que se estendia dos materiais escolares, passando pelas manifestações artísticas até a utilização do rádio como um instrumento de identificação e de representação da nação brasileira. Exemplo disso, foi a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que através das rádio-novelas, dos concursos musicais e da “voz do Brasil” (programa diário ainda exibido atualmente). Embora seja preciso ressaltar que tais processos são mais complexos do modo como aqui foi brevemente relatado.

Até os anos 1950, quando as sociedades ocidentais sofriam ainda com os efeitos das duas guerras mundiais, as identidades nacionais eram também representações que se radicalizaram a tal ponto que não foi mais possível evitar a ruptura – tal qual um barbante quando esticado em demasia. A grande questão era: fragilizados os laços nacionais, o que tomaria seu lugar? Em verdade não houve um só poder a tomar seu lugar, e essa é uma das mais fundamentais modificações sociais que tornaram possível o contexto cultural contemporâneo.

As identidades não ficaram de fora desses processos de incertezas e fragmentações; afinal, o sujeito de hoje não é o mesmo dos séculos passados, ele é agora profunda e indelevelmente mais complexo. A identidade está em crise porque perdeu "o referencial que dava aos indivíduos uma ancoragem estável" (HALL, 1998, p. 7).

A globalização, além de subverter as noções de tempo e espaço, objetiva conferir às mais diversas culturas um caráter homogêneo. Por outro lado, as representações proliferam em progressões geométricas, ao ponto de serem tantas que, por vezes, é difícil distinguir onde uma começa e a outra se

encerra. É então que os processos de consolidação das diferenças se fazem necessários, não como separação absoluta e sim como uma marca de “não captura”. Logo, os pontos de convergências entre elas são cada vez mais comuns.

3.1 Concepções de Identidade

A temática das identidades é uma das mais estudadas atualmente pelos Estudos Culturais, pois está diretamente relacionada com os processos de constituição dos sujeitos pós-modernos. Os indivíduos já não são mais compreendidos como portadores de uma essência inata, mas de construções sociais que os formam a partir de determinadas relações discursivas e de poderes que os subjetivam das mais diversas formas.

É uma tomada de posição que, por mais que pareça autônoma, está sempre vinculada às relações de poder. É muito mais uma questão de “tornar-se” do que de “ser”, já que somos nós que reivindicamos nossas identidades, através das quais exercemos nosso pertencimento e acolhimento naqueles grupos e situações pelas quais optamos (WOODWARD, 2000, p. 28). Escolhas essas sempre reguladas e controladas inclusive por nós mesmos:

Ninguém impede ninguém de ser o que é, e ninguém parece impedir ninguém de ser diferente do que é. A identidade parece uma questão de escolha e resolução, e as escolhas devem ser respeitadas e a resolução merece ser recompensada. [...] A construção da identidade é um processo sem fim, e para sempre incompleto (BAUMAN, 2003, p. 58-9).

Atualmente, escolher suas identidades se tornou um processo em que há opções de acordo com nossas necessidades ou possibilidades. Isso acontece também porque a globalização tem permitido que um leque cada vez maior esteja à nossa disposição, cada qual com sua dose de peculiaridades, tendo uma série de alternativas promovidas pelos mercados cada vez mais globais e ampliados. A globalização da cultura proporciona a profusão das escolhas identitárias por um lado e, por outro, tenta capturar a cada uma delas com suas redes e tramas nas quais nos vemos envolvidos. Na obra de Gordon Mathews chamada: *Cultura global e identidade individual: à procura de um lar*

no supermercado cultural (2002), o autor analisa um paralelo sobre as concepções anteriores de identidade e as atualmente propostas pelo mercado globalizado. Achei muito interessante a ideia de relacionar as identidades com os supermercados e permito-me fazer dois desdobramentos dessa analogia.

O primeiro é relativo ao supermercado no sentido de termos hoje um local onde podemos circular por espaços e optar “comprar” tudo aquilo que precisamos – ou que acreditamos precisar – e o de que não precisamos, mas desejamos. Assim como no estabelecimento comercial, podemos escolher as marcas, tamanhos e formas daquilo que desejamos consumir e com aquilo que nos identificamos.

Em segundo lugar, as identidades estão diretamente ligadas ao *supermercado*, ou seja, a mercados que agem com cada vez mais força sobre todos, que estão em todos os lugares regulando e aferindo nossas possibilidades de identificação. Assim, ao mesmo tempo em que temos opções de compra, elas são determinadas por um mercado, que utilizam as identidades como instâncias para o consumo.

Ou seja, criamos identidades para que os demais membros da sociedade as consumam, sendo o Orkut, por exemplo, uma seara importante para essa demonstração. Quanto mais plurais nos mostramos, mais consumidos e consumidores nos tornamos (CAMPBELL, 2003, p. 53). Por outro lado, este *supermercado* tem tentado cada vez mais fazer dos grupos minoritários tão consumidores quanto a “maioria”, criando uma série de estratégias para que esses grupos participem social e culturalmente, promovendo ações no sentido de reivindicações políticas e de posicionamentos identitários desses sujeitos. A inclusão é ao mesmo tempo, tanto um cenário político de lutas para a inserção social das pessoas com deficiência, quanto está a serviço de um mercado que necessita desses sujeitos para sua “diversidade”.

Os Estudos Culturais são um campo de conhecimento que desde seu princípio teve um viés político e de reivindicações, já que a maioria de seus precursores advinha dos movimentos operários, tais como Richard Hoggart e Raymond Willians. Porém, acreditavam que as lutas não se dariam apenas no cenário econômico, mas também na esfera cultural, em que ocorrem as lutas pelos significados e pelas representações que se fazem destes. Não tardou

para que Stuart Hall investigasse os processos identitários a partir destas perspectivas. A identidade, além de discursiva e relacional, é também muito fortemente marcada pelos seus traços políticos e de históricas reivindicações sociais por parte de determinados grupos.

As marcas identitárias têm um grande potencial de congregar sujeitos em torno de certos assuntos que lhes são comuns. As pessoas com deficiência têm se articulado na busca de espaços políticos e de acesso aos bens culturais, resistindo a uma ideia de submissão ou mesmo de restrição de suas condutas. O fato de romper com muitos estereótipos e normalizações acaba provocando a formação de comunidades que se unificam em torno de algumas lutas, como os direitos de acessibilidade, de empregabilidade e acesso aos bens culturais, por exemplo. É o que Manuel Castells chama de *comunidades identitárias*:

As pessoas resistem aos processos de individualização e atomização tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença, em última análise em muitos casos uma identidade cultural comunal [...] para que isso aconteça é necessário uma mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários) pelos quais são revelados e defendidos os interesses em comum, e a vida é de algum modo compartilhada [...] (CASTELLS, 2008, p. 79).

Sobre as questões de comunidade tratarei mais adiante, porém o que acredito ser interessante também é que as pessoas com deficiência têm se utilizado dessas formas de aglutinação social por meio das identidades em comum. Tornam-se cada vez mais resilientes à fixação de papéis sociais que lhes são impostos, bem como às constantes estereotipações e representações sobre si, como o desejo de normalizá-las por exemplo.

Essa resiliência ao processo de normalização tem permitido que sejam dados passos importantes em direção a constituições identitárias desvinculadas de procedimentos clínicos, e mais conectadas a aspectos culturais que estes sujeitos comungam e compartilham entre seus grupos.

Exemplo disso é o aumento considerável no número de postagens no Orkut sobre a produção cultural de e para pessoas com deficiência visual, que de aproximadamente 30% das postagens, em menos de um ano aumentou

para 45%. Enquanto as manifestações em torno das questões médicas somavam quase 50%, decresceram para cerca de 30% das postagens, de acordo com dados coletados até o momento. Isso indica – ao menos inicialmente – que estão construindo seus traços identitários mais de acordo com suas potencialidades do que por suas limitações.

Por outro lado, as identidades são sempre narrativas históricas por estarem delimitadas em um tempo e espaço específico. Caracterizam-se pela utilização da linguagem e dos sistemas simbólicos que a representam, meio pelo qual conferimos sentido às práticas e relações sociais. Como construção lingüística, precisa ser nomeada, não é algo que sempre tenha existido, é representada por aqueles que dominam os discursos, pelos quais significamos e classificamos nossa cultura e seus diferentes grupos (HALL, 1997, p. 18).

Nesse sentido recorro a uma metáfora associada a uma de minhas lembranças infantis. Vejo esse conflito parecido com o conhecido jogo de varetas em que juntamos as varetas nas mãos e as largamos no chão e, a partir disso, ficará formado um emaranhado de varetas em que será preciso retirar uma a uma sem mover as demais, o que no princípio é tarefa fácil, porém, na medida em que se aprofunda é cada vez mais difícil mexer as varetas sem que as demais fiquem intactas. Ou seja, as identidades mais “superficiais” de cada sujeito são movidas com facilidade, no entanto, aquelas que se encontram mais entremeadas são mais complicadas de se mexer sem interferir nas demais.

Entendo que a deficiência visual é uma dessas identidades que são difíceis de serem abandonadas, dadas as circunstâncias culturais e corporais em que está inserida. Mesmo que cada pessoa com deficiência visual se identifique com ela de forma diferente, ainda assim estará subjetivada a fazê-lo de algum modo, já que, além de internamente assumida, é externamente outorgada pelos outros.

Segundo Hall (1998, p. 7) a identidade é o que “*costura o sujeito à sociedade*” que por sua vez dita as regras do padrão a ser seguido, a partir do qual regula os atributos que fazem de alguém normal ou anormal, pertencente ou não a um grupo social (GOFFMAN, 1988, p. 12). A pedagogia tem um papel muito importante, pois é preciso aprender a lidar com o outro, a se identificar e

a se diferenciar deste quando lhe for conveniente, é preciso aprender a viver e a seguir as diretrizes da cultura em que se está inserido (SILVA, 2000, p. 97).

Não pode ser considerada fixa por estar em constante construção e por ser um processo eminentemente relacional, que precisa do Outro para se concretizar. Ao mesmo tempo, a identidade é o que nos aproxima e nos diferencia da alteridade, uma fissura entre nós e os outros (BHABHA, 1998, p. 77). Divisão que não pode ser considerada definitiva na medida em que não existem identidades puras, estão sempre relacionadas com a diferença do Outro, não as incorporando ou negando totalmente (SILVA, 2003, p. 24).

Se esta alteridade trazer consigo alguma “diferença significativa” esta relação tende a ser utilizada como uma espécie de perpetuação da normalidade e de sua diferença para o anormal, o que reforça ainda mais sua condição de superioridade da normalidade:

O louco confirma nossa razão; a criança, nossa maturidade; o selvagem, nossa civilização; o marginalizado, nossa integração; o estrangeiro, nosso país; o deficiente, nossa normalidade.

O outro diferente funciona como depositário de todos os males e portador de todas as falhas sociais, esse pensamento supõe que [...] a deficiência é do deficiente; que a exclusão é do excluído. (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p. 129).

Nesse caso, o corpo tem suma importância nas formações identitárias, pois há sempre alguma questão corporal pela qual se é marcado, como a etnia e a deficiência. É possível perceber que os marcadores identitários, seja de quem narra ou seja de quem é narrado, estão quase sempre voltados para o corpo (NOVAES, 2007), já que de certa forma, estabelecem quem somos e que tipo de relações temos com o meio (WOODWARD; 2000, p. 15).

As pessoas com deficiência trazem consigo essa marca corporal, uma identidade com a qual muitas vezes consideram difícil de conviver, porque lhes outorga um valor de inferioridade:

[...] Barreiras e mais barreiras interpondo-se em cada gesto, em cada situação. Barreiras de uma concretude de cimento e aço, barreiras de uma concretude de atitudes e preconceitos. As experiências acumuladas pelo estar no mundo, balizando

um lugar à margem, um lugar de cidadão de segunda classe. (AMARAL; 1995, p. 67).

Uma identidade muitas vezes não assumida, ou que se deseja abandonar tanto quanto possível. Creio que há um equívoco nas percepções de inferioridade corporal das pessoas com deficiência visual, pois reforça ainda mais o pensamento de incessante tentativa de normalização, ao invés de fazer deste fator um meio de aglutinação, que proporcione novas formas de identidades para estas pessoas com deficiência, nesse caso, a visual, a partir do qual se possa lutar pelo respeito à diferença e consolidação enquanto grupo social presente e atuante, em busca de seus lugares no mundo.

Existem muitas instâncias nas quais se podem analisar as produções identitárias, ainda mais com a proliferação de novos artefatos culturais como os proporcionados pelas novas tecnologias e utilização dos meios eletrônicos. Os sites de relacionamentos têm grande importância, já que muitos usuários debatem sobre diversos temas, como a deficiência visual, por exemplo, e esse contato entre os membros da mesma “comunidade” permite a interação, a troca de ideias e até mesmo um sentimento de pertencimento. Vivemos na época da sociedade em rede (CASTELLS, 2008, p. 41), em que as identidades estão interligadas de uma forma ou outra, assim como os sujeitos estão conectados mesmo a milhares de quilômetros de distância. Certos grupos e comunidades se consolidam e se rearticulam formando um caleidoscópio identitário. Possibilitam também a estruturação de traços identitários capazes de lhes atribuir muitas marcas culturais outrora não evidentes.

Portanto, convido-os a navegar por esse “infomar”²³ de identidades possíveis, sem jamais perder as conexões com terra firme. Lanço-me então, a mares nunca d’antes navegados, tal qual as viagens relatadas por Camões há mais de cinco séculos.

3.2 Navegando pelo Ciberespaço: pessoas com deficiência visual e o orkut.

²³ Expressão utilizada na música *Pela Internet*, de Gilberto Gil que significa a imensidão oceânica de informações que se pode obter nos meios virtuais

Ao findar do século XX e ao alvorecer do século XXI, as novas tecnologias e recursos eletrônicos evoluem em progressão geométrica. Há três décadas os computadores pessoais davam seus primeiros passos, porém, hoje em dia é muito comum vermos nas ruas as pessoas enclausuradas em seus *Iphones* e *Ipods*. Criou-se um espaço “virtual”, dito, por muitos, à parte da realidade. Talvez há uma década isso se aplicasse, mas hoje em dia não é mais possível dividir com tanta facilidade tais espaços, afinal, quem cria essas máquinas virtuais o faz a partir de uma cultura, que é diretamente influenciada pelo que se desenvolve a partir dos ambientes virtuais.

O ciberespaço é uma nova forma de comunicação criada no final dos anos 1970 por jovens da cidade de Chicago interessados em compartilhar conteúdos que se restringiam a grupos ainda muito específicos pertencentes a universidades ou com finalidades militares. Acreditavam que tais compartilhamentos formariam redes de contatos por meio da internet, com o objetivo de ampliar a comunicação e troca de informações com um formato diferente das mídias clássicas. Trata-se da interconexão mundial de uma rede de computadores, hoje em dia conhecida como internet (LEVY, 1999, p. 18).

No final da década de 1960, o governo dos Estados Unidos desenvolveu um sistema de rede entre computadores chamada ARPANET, na qual algumas universidades do país como as de Utah e da Califórnia trocavam informações e projetos militares de defesa nacional. Em pouco tempo tornou-se também um meio de comunicação pessoal para pesquisadores dessas universidades, ampliando as redes existentes e as universidades atendidas. Em 1983, a rede dividiu-se em MILNET (fins militares) e ARPANET (finalidades científicas), sendo que esta última passou a ter cada vez mais adeptos e novas redes foram criadas para que atendessem as universidades e usuários pessoais que desejavam aderir ao sistema. Mas foi em 1995 que todas essas redes deixaram de ser controladas pelo Estado e foram todas privatizadas, originando o que conhecemos como internet em escala pessoal e de rede mundial de computadores (CASTELLS, 2008, p. 83).

Durante esses anos as tecnologias se desenvolveram e a história da sociedade ocidental teve profundas mudanças sociais, da derrocada dos Estados comunistas passando pelas lutas pelas liberdades individuais e direitos das chamadas minorias, até o desenvolvimento de condutas que

contrapunham as ideias de homogeneização e controle dos meios de comunicação, principalmente por parte dos jovens daquele período que vislumbravam uma sociedade em rede livre, sem as amarras estatais ou limitações das corporações privadas.

O movimento de contraconduta chamado “the hackers” foi formado por jovens estudantes de Chicago em 1979, com o objetivo de trocar informações e programas de computador por eles desenvolvidos através de linhas telefônicas, já que não tinham acesso ao ARPANET. Qualquer pessoa poderia obter estes programas se tivesse uma linha telefônica e um microcomputador em que pudesse conectá-la, mas como muitos ainda não tinham conhecimento de como usá-los, foram criados muitos fóruns de trocas de informações através dos e-mails para expandir esse conhecimento, assim surgiram as primeiras comunidades virtuais (CASTELLS, 2008, p. 87). Assim, em 1995 as redes independentes eram tão grandes que passaram a ter o nome de rede mundial de computadores (World Wide Web).

A grande “revolução” está no fato que, por um lado, essas redes permitiram aos mercados e ao neoliberalismo um acesso e divulgação maior de suas marcas, bem como da massificação das informações e de seus produtos, tornando-se cada vez mais instantâneas e tão rápidas que não conseguimos processar todas elas. Por outro lado, de certa forma os conteúdos que circulam na internet são de alguma maneira mais democráticos no sentido de permitir a qualquer pessoa que poste suas manifestações e suas opiniões sobre tudo aquilo que desejar. É preciso ter um cuidado especial com isso para que tal não se banalize, mas muitos movimentos sociais cresceram e expandiram suas atuações e reivindicações através da internet. Estão em curso muitos debates sobre as possibilidades de controle dos conteúdos postados na internet, mas além de uma dificuldade técnica de rastrear determinadas postagens, há uma discussão polêmica em torno dos direitos de liberdade de expressão, entendendo que a internet deve ser gerenciada apenas pelos usuários que acessam ou não os conteúdos, sem a necessidade de interferência do Estado.

Ao mesmo tempo em que a globalização objetiva homogeneizar a sociedade utilizando-se da internet para tal, este recurso tem permitido que muitas minorias se apropriem dessas formas de comunicação para expor suas ideias e formar comunidades que possibilitem o fortalecimento de certos traços

identitários, o que se torna possível com certo empoderamento – ainda que parcial - dos meios de comunicação, especialmente da internet.

Esse ciberespaço cresce de forma intensa e ininterrupta com transparências técnicas constantes que abarcam tudo e todos (LEVY, 1999; p. 111). Não fazer parte deste mundo virtual²⁴ é estar fora de moda, é não participar da “nova ordem mundial” em que surge uma inovadora forma de cultura, a cibercultura, e sobre ela Levy afirma:

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesse comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. (LEVY, 1999, p. 130)

De certa maneira, Levy parece um tanto otimista quanto à democratização dos ciberespaços, afinal, uma tribo indígena isolada na Amazônia não tem acesso ao ciberespaço, ou mesmo muitos dos habitantes das grandes e médias cidades brasileiras jamais acessaram a internet. Ainda que a cibercultura esteja disseminada em quase todos os lugares, existem aqueles que não se integram a ela – por falta de vontade ou de condições de acesso – e por isso suas bases ainda continuam consolidadas em relações institucionais e de poder fora do ciberespaço, não havendo ainda a possibilidade de falarmos em dois espaços distintos, o real e o virtual.

Isso não significa que a internet sirva apenas como troca de informações, mas como fonte de produção de conhecimento e condições de possibilidades para que certos discursos outrora apagados possam circular, fortalecendo laços identitários.

Dentro dessas novas formas de comunicação encontramos *chats, blogs, e-mail, MSN, Twitter* e tantas outras formas de comunicação que surgem a cada instante. O próprio Levy (idem, p. 113) reconhece que, de certa forma, a cibercultura em algum momento pode gerar exclusão de alguns grupos, mas seria esse o preço a pagar por tudo isso.

²⁴ Utilizo o termo virtual conforme Levy (1999, p 50): “virtual é tudo que é desterritorializado, que gera manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados sem estar preso a um espaço-tempo”.

Optei por utilizar o Orkut como objeto de pesquisa por ter, de uma forma ou outra, duas instâncias: a primeira é relativa à constante interação dos indivíduos com a coletividade dos seus “amigos” virtuais; a segunda é relativa ao modo como as pessoas sentem a necessidade de se “expor”, ainda que não haja tanta segurança sobre a veracidade dos dados disponibilizados pelos indivíduos em suas páginas. As comunidades do Orkut são fontes inesgotáveis de discursos e conteúdos a serem investigados.

O Orkut foi criado em 2004 por um ex-funcionário do site Google com o objetivo de criar uma interatividade mais constante com seus colegas de trabalho e colaboradores da empresa. Todavia, a idéia se espalhou muito rapidamente, mesmo que inicialmente fosse necessário um convite de um membro pertencente a uma comunidade, para que outro pudesse ingressar.

Atualmente já é possível se cadastrar no site sem o recebimento do convite, já que as portas estão abertas a todos os que desejarem ou tiverem a oportunidade de participar, semelhante à trajetória de surgimento da internet.

No Orkut é possível tanto conversar quanto trocar mensagens com os “amigos”. Como diz no texto de abertura do site: *“conecte-se aos seus amigos e familiares usando recados e mensagens, conheça novas pessoas através de amigos de seus amigos e comunidades, compartilhe seus vídeos, fotos e paixões em um só lugar”* (<http://www.orkut.com>). Quando o Orkut chegou ao Brasil, logo tornou-se um sucesso absoluto, tanto que atualmente é o país com o maior número de usuários e de comunidades, superando com uma distância considerável os Estados Unidos, segundo colocado. (SILVEIRA, 2006, p. 139)

Existem pouquíssimos estudos sobre as razões que fazem do Brasil o país com o maior número de usuários do Orkut, mas de acordo com Fischer (2006, p. 75) citando Eisemberg e Lyra:

O passado ao menos para boa parte dos brasileiros que tomaram o orkut de assalto, é o principal elemento de aglutinação, representados por lugares vividos, pessoas lembradas, lugares freqüentados e outras lembranças que impõem um imaginário vigoroso padrão de sociedade [...] No caso brasileiro significa uma socialização simultaneamente vigorosa, porque intensa, e cotidiana e saudosa, porque ligada a lembrança de um passado em comum que reforça tradições compartilhadas por uma comunidade ancorada no real.

Cada usuário²⁵ tem sua página na qual preenche determinados dados através dos quais constrói seu perfil a partir do qual as pessoas podem obter mais informações sobre quem é esse indivíduo, quais seus hábitos e de que forma vê a si mesmo. Nesses itens para preenchimento, o primeiro é destinado a uma manifestação inicial do usuário no qual pode escrever o que desejar sobre si, seus interesses e opiniões. Também existem campos que questionam sobre a idade, a cidade natal e de residência, bem como seus gostos pessoais relativos a música, livros, programas de televisão e os interesses nos relacionamentos interpessoais. Existem outros pontos para responder em relação a interesses profissionais, formação educacional e um muito interessante no qual o usuário descreve seus atributos corporais, nos quais há uma dezena de itens, mas nenhum remete a deficiência.

Feito o perfil a ser exibido para os demais membros do site, é possível a cada pessoa convidar outros usuários para fazerem parte de sua rede de “amigos”, em que muitas das amizades ocorrem diretamente no ambiente virtual, por encontros que acontecem na própria rede ou mesmo de pessoas que sequer se conhecem, mas desejam aumentar sua popularidade, já que neste site, quanto mais amigos o usuário tiver, mais popular ele será (SILVEIRA, 2006, p. 142).

Cada pessoa pode adicionar suas comunidades conforme seu desejo. Essas comunidades são grupos de discussão sobre temas específicos, os quais os usuários se reúnem para debater diversos temas e emitir suas opiniões sobre seus interesses. Cada um destes debates propostos recebe o nome de tópico, os quais todos podem criar e opinar sobre os mesmos. Atualmente o moderador²⁶ pode também inserir notícias, enquetes e outras formas de discussão.

Algumas características sequer são citadas como possíveis a alguém que queira frequentar a página. Não há nenhum item que faça referência a questões sobre deficiência, como ao perguntar sobre a característica de cada pessoa, não lhe é perguntado se tem deficiência ou não. Talvez por se tentar

²⁵ Me refiro como usuários àqueles que utilizam o Orkut, pois cada sujeito pode ter quantos perfis desejar, por isso creio que este seja o termo mais adequado a essa situação.

²⁶ Nome dado a todo aquele que cria e/ou coordena as comunidades do Orkut.

torná-la o mais invisível possível como um espaço em que mesmo aqueles que têm deficiência possam experimentar viver “sem” ela.

Há um aplicativo chamado Buddypoke utilizado para que o usuário faça uma espécie de caricatura sua, um boneco animado com o qual pode se vestir interagir com seus amigos e demonstrar seu humor e estilo de vestimenta. Quando aderi a este aplicativo, ao tentar fazer um desses bonecos com minhas características, percebi que dentre os vários tipos de olhos, não havia nenhum que fizesse menção a cegueira ou a baixa visão em seu formato. Depois de muito procurar percebi que existia uma opção na qual a pessoa poderia se “fantasiar” de pirata, havendo a oportunidade de se usar um tapa-olho, no meu caso foi o mais perto que tal animação alcançou de minha identidade, ainda que eu não use um tapa-olho, pude deixar clara e marcada minha deficiência a partir dessa simbologia, no intuito de subverter a “ordem normalizadora”.

Os indivíduos se agrupam através das comunidades, aliás, termo muito bem aplicado para descrever este tipo de relação entre grupos, já que a comunidade é algo que proporciona o sentimento de aconchego e segurança, um sentir-se “em casa”, nesses tempos de individualização e distanciamento (BAUMAN, 2003, p. 7). Bauman afirma ainda que nesses locais nunca somos surpreendidos e estamos em harmonia, afinal, na comunidade nosso processo de identidade acontece de forma natural, caso contrário se tornaria inviável pertencer a ela. Não há conflitos muito evidentes, embora a liberdade individual seja o preço pago para termos a segurança da comunidade e mantermos nossa identidade - já não somos mais os únicos donos de nossos destinos, pois os fluxos das comunidades nos fazem seguir conforme a coletividade determina. Porém, nem mesmo este alto preço é o bastante para uma mudança de rota (BAUMAN, 2003, p. 17). Caso os indivíduos não estejam de acordo com estas normas determinadas são excluídos, colocados à margem destes grupos e tratados novamente como seres estranhos.

O ambiente virtual tornou-se um espaço propício à reconfiguração dessas comunidades, já que permitiu a convergência de grupos de pessoas em um mesmo lugar com intenções e desejos semelhantes, criando laços comunitários mesmo sem uma presença efetivamente física de seus membros. As comunidades virtuais proporcionam uma interação entre membros dos grupos sociais de “fora” do Orkut, muitos dos quais, pareciam um tanto

dispersos pela sociedade, como é o caso das pessoas com deficiência visual. Conforme Castells (2008, p. 443):

De acordo com as primeiras pesquisas sobre usuários de internet, estes criaram papéis e identidades on-line, que gerava uma sensação de comunidade ainda que efêmera em muitos que tinham dificuldades de comunicação interpessoal e auto-expressão.

De fato, as comunidades do Orkut são formadas por aqueles que compartilham determinadas características ou gostos. E, ainda que vivam em realidades completamente diferentes, compartilham algumas de suas identidades. Mas deve-se lembrar que outros fatores podem fazer com que determinado usuário pertença a uma comunidade sem que se sinta ligado diretamente a ela. Segundo Levy (1999), as comunidades são construídas por meio das afinidades, dos projetos mútuos, através de um processo de cooperação e trocas sem fronteiras geográficas ou institucionais.

Ter popularidade é considerado muito importante para os usuários do Orkut. Por isso, em todas as comunidades é possível encontrar um grande número de tópicos solicitando amizades e contatos virtuais, mesmo que na grande maioria das vezes essas amizades sejam apenas para demonstrar popularidade, sem que haja de fato laços afetivos.

Usuários com páginas repletas de amigos, de recados e depoimentos é sinal de popularidade, de interação com os demais membros. Isso de algum modo exerce influência na disseminação de amizades entre as pessoas com deficiência visual que, em algum momento, acabam conhecendo-se e interagindo de forma mais direta.

Mas não seria nem um pouco categórico em me filiar aos que crêem que as identidades virtuais podem de fato ser comparadas às existentes fora dos ambientes virtuais, pois reivindicar uma identidade através do pertencimento a uma comunidade é ainda um vínculo frágil, mesmo porque nos ciberespaços sempre é preciso levar em conta que a confiabilidade dos perfis ainda precisa ser colocada à prova.

O que acontece é que muitas vezes alguém cria um falso perfil para dizer aquilo que, se revelasse em outra face, lhe causaria cobrança e rejeição por parte da sociedade. Porém, não são em todas as comunidades que

acontecem trocas e projetos mútuos; existem diferentes tipos de usuários, cada um buscando encontrar o que é de seu interesse pessoal que pode ou não coincidir com os objetivos propostos nas comunidades. Logo, até mesmo nas comunidades a que pertencemos, em determinados momentos, podemos nos sentir como estranhos dentro do grupo. Prova disso é que nem sempre me sinto totalmente ligado às comunidades das quais faço parte no Orkut, estranhezas essas inclusive, geradoras deste trabalho.

Atualmente, utilizo o Orkut quase diariamente, ainda que com algumas restrições, pois faço uso para conversar com meus amigos ou trocando experiências nas comunidades que percebo ter certa credibilidade. Muitas das comunidades de que participo dizem respeito à deficiência visual.

Em verdade, participo muito mais como leitor e observador do que escrevendo mensagens, embora faça parte da maioria das comunidades analisadas nesta dissertação, desejei me aprofundar no conhecimento das dinâmicas das mesmas.

Freqüentando-as, suscitaram-me três questões: quantas são e como se constituem as comunidades sobre deficientes visuais? Os participantes dessas comunidades são em sua maioria deficientes visuais ou pessoas próximas? Quem narra a quem?

Inicialmente, percebo não só no Orkut, que as narrativas sobre a deficiência visual dão-se muito mais por parte daqueles que convivem com as pessoas com deficiência visual que, de certa forma, detêm mais meios de expressar suas formas de pensar sobre o tema, do que por parte das pessoas com deficiência visual. Há apenas uma década, com o advento das políticas inclusivas, começaram a ser proporcionados alguns espaços para que os próprios indivíduos com deficiência visual manifestassem suas experiências e sua visão sobre determinados acontecimentos, bem como ocupassem posições sociais como nas pesquisas acadêmicas, as quais permitem novas perspectivas e formas de narrar que não são melhores ou piores, mas que certamente são diferentes das demais experiências. Para Larrosa (2002, p. 21) *“é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca, e não o que se passa, o que acontece ou o que toca”*.

Dentre tantos artefatos possíveis de serem pesquisados nos meios eletrônicos, o Orkut é um daqueles que têm servido mais diretamente como

troca de idéias e experiências entre as pessoas com deficiência visual. Se é verdade que, em sua maioria, as comunidades são comandadas e têm um maior número de manifestações das pessoas “sem” deficiência, também é verdade que está aumentando fortemente a participação dos sujeitos cegos e com baixa visão, bem como o desejo de falar sobre si, de contarem suas histórias e o modo como vivem. Exemplo disso são os tópicos de discussão em que é proposto que os membros da comunidade se apresentem: esses são, na imensa maioria das comunidades, as postagens com o maior número de manifestações dos usuários.

É possível perceber que, tal qual no mundo fora do Orkut, os marcadores identitários, sejam de quem narra ou de quem é narrado, estão, na maioria das vezes, voltados para o corpo (NOVAES, 2007). No que tange às pessoas com deficiência visual, as representações as identificam – pelos outros e às vezes por si mesmas – como aqueles que têm olhos defeituosos que não enxergam.

Na maioria das vezes, nas comunidades para pessoas com deficiência visual, as narrativas partem daqueles que não apresentam essa condição: são mães, irmãos, amigos, professores e “admiradores”. Raramente a alteridade deficiente está relacionada a cidadãos atuantes e sujeitos políticos capazes de produzir suas próprias narrativas (SKLIAR, 1999). Mesmo assim, tem acontecido gradativamente um maior número de postagens de pessoas com deficiência visual – ao menos elas se autodeclaram assim.

Talvez pareça contraditório, mas nas comunidades com maior número de membros e de mensagens há um flagrante distanciamento entre aqueles “com” e “sem” deficiência. Por exemplo, quando um indivíduo “sem” deficiência posta uma mensagem e ela é respondida por uma pessoa com deficiência visual, a terceira mensagem é enviada por alguém também “sem” deficiência. Na maioria das vezes, o terceiro responde ao primeiro e não à mensagem do segundo: é como se essa mensagem não existisse. Com isso se verifica uma “invisibilidade” do sujeito com deficiência visual, em comunidades onde exatamente ele deveria ser o foco da discussão, tendo suas opiniões debatidas. Portanto, em razão disso me sinto muitas vezes estranho, um tanto deslocado nessas comunidades que deveriam justamente contemplar a identidade de pessoas com deficiência.

Tais posturas não eliminam os preconceitos, as visões clínicas e outros fatores considerados como prejudiciais a algumas discussões que deveriam ser feitas prioritariamente. Muitas vezes, nós mesmos ajudamos a perpetuar alguns desses preconceitos e afirmações equivocadas. Mas, ainda assim, creio que, ao prover visibilidade às nossas manifestações, estaremos iniciando a formação de uma rede identitária que, queiramos ou não, ainda necessitam de um trabalho mais específico e contínuo.

Uma das sensações mais agradáveis que tive, no sentido de acolhimento e identificação, foi quando entrei no Orkut e comecei a participar de uma comunidade sobre deficiência visual na qual pude conhecer pessoas na mesma condição que eu.

Naqueles momentos em que trocava idéias e empreendia os primeiros diálogos diretos com pessoas que eram “como eu”, pude sentir uma quase inédita sensação de pertencimento, de acolhimento e não de estranheza. Jamais havia conhecido cegos ou alguém com baixa visão, mesmo sendo um deles. Ainda que isso às vezes possa representar pouco para alguns, para aqueles que se vêem como minoria, encontrar um dos seus é motivo de entusiasmo, uma forma de identificação praticamente instantânea.

Sendo assim, efetuei a escolha das comunidades a serem analisadas por terem ligação direta com o tema em questão. De acordo com este primeiro critério, encontrei quase uma centena de comunidades relacionadas à questão da deficiência visual com as mais diferentes temáticas.

Além daquelas de que participo e das relacionadas a ela, fiz uma busca no site utilizando termos como: deficiente visual, deficiência visual, cego, cegueira, ceguinho, baixa visão e visão subnormal.

Com o objetivo de delimitar as análises a um número menor de comunidades, optei então por descartar aquelas que tivessem menos de 50 membros, quantidade que creio ser o mínimo suficiente para se garantir uma diversidade maior de opiniões, bem como de variedade de assuntos tratados. Assim como não selecionei aquelas com tópicos criados há mais de três meses e que não receberam nenhuma postagem, com a finalidade de garantir uma certa “atualidade” das discussões.

Ao final, restaram 43 comunidades que preencheram estes requisitos, sobre as quais realizei a pesquisa. Também não analisei discussões que não

tivessem mais do que cinco postagens, pelos mesmos critérios descritos acima, além do que a maioria destas se tratava de debates já repetidamente tratados nestes ambientes.

É interessante registrar que em nenhuma busca encontrei comunidades que remetam ao ódio, repulsa, insatisfação, medo e outras descrições que mostrem explicitamente a questão do preconceito, muito comum quando se trata dos estereótipos relativos a mulheres, idosos, homossexuais e outros mais que tenham no corpo sua diferença considerada mais marcante.

Sabemos que isso não significa um arrefecimento do preconceito, mas sua mutação, devido à vigilância do politicamente correto, mesmo que no Orkut seja comum a existência de perfis falsos, de pessoas que desejam valer-se deste artifício para expressar suas opiniões – ainda assim não encontrei qualquer manifestação ofensiva às pessoas com deficiência visual.

O que percebo com muita força são os discursos clínicos presentes em quase todas as manifestações, e os sentimentos de piedade e compadecimento, que entendo serem tão prejudiciais quanto as discriminações explícitas. Embora tais discursos sejam resultado de processos históricos do modo como a sociedade brasileira compreende a deficiência visual, é necessário propor uma outra forma de entendimento sobre essas pessoas.

De certa forma, o que me preocupou mais é que esses discursos de estigmatização, preconceito e estereotipação acontecem de modo implícito e nas comunidades que se propõem a justamente defender os direitos dessas pessoas, há uma espécie de “fogo amigo”. Em absoluto, esse é um fenômeno apenas do virtual, faz parte também do “mundo real”, pois é raríssimo se ver ofensas diretas às pessoas com deficiência, mas os olhares sempre “oblíquos” denunciam a descrença em nossa capacidade, marcam ferozmente os estereótipos, agindo de modo simulado. É possível observar em algumas manifestações:

Comunidade: Eu admiro os cegos (31/10/2009)

Tópico: Porque você admira os cegos? (02/10/2006)

Lizandra: Bem eu tenho maior orgulho de conviver com pessoas cegas... como professora e amiga de alunos com cegueira e baixa visão, eu aprendo mt com eles... com a garra que eles tem de viver, de conquistar seu espaço, de querer aprender e de querer descobrir as coisas pelos demais

sentidos... é fantástico! "cada um vê com os olhos que tem, inclusive pela visão tátil..."

Fabiane: E quanto mais eu conheço mais eu admiro a coragem que eles tem de enfrentar a vida no escuro, são mesmo especiais

Renata: Admiro porque todos que conheço tem muita garra e força de vontade, além de serem pessoas incríveis e sensíveis que enxergam com o coração

Comunidade: integração deficiência visual (21/03/2009)

Tópico: educação e dificuldades? (01;07/2007)

Sandro: Tenho observado como profissional de informática trabalhando com deficientes visuais com o desinteresse de jovens sobre ler, escrever e se informar sobre temas importantes [...] vejo que muitos tem potencial para desenvolver. Se contentarem com o tal dinheiro do benefício² fato que provoca comodismo [...] diversos lares para cegos que somente os abrigam não cobrando certas responsabilidades como adquirir uma profissão²⁷.

Dentre centenas de mensagens, essas duas são as que retratam, de modo mais claro, as narrativas que são feitas sobre as pessoas com deficiência visual. Manifestações bem diferentes uma da outra, cada qual com seu ponto de vista demonstrando uma série de estereótipos que podem parecer até antagônicos, mas seguem no mesmo sentido de se apropriar destes Outros seja pela admiração ou pela rejeição.

Mesmo assim existe um sentimento forte de comunidade, de pertencimento, pelo simples fato da convivência e da interação entre os indivíduos que pertencem a um mesmo grupo, uma espécie de finalmente "sentir-se em casa", conforme a manifestação da usuária Camila, que afirma: "*confesso estar feliz por ter encontrado uma comunidade sobre visão subnormal, assim não me sinto tão sozinha*". Também de acordo com outra mensagem:

Comunidade: Baixa Visão/visão subnormal (04/06/2010)

Tópico: apresentação (01/12/2009)

Cristina: Que bom se sentir em casa! Fiquei feliz quando achei essa comunidade, gostaria de entrar em contato com vcs pra

² O Benefício de Prestação continuada à Assistência Social (BPC) garante às pessoas com deficiência e idosos com renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo por pessoa, o pagamento de um salário mínimo mensal pago pelo Instituto Nacional de Serviço Social (INSS)

²⁷ Nessa transcrição e nas demais, mantive a escrita do modo como o usuário a realizou, sem correções ortográficas e com os eventuais erros de digitação para preservar com exatidão o teor de suas manifestações.

conversarmos melhor [...] para compartilharmos nossas alegrias e tristezas tbem, certo?

Um dos aspectos que recebem maior atenção e concentram o maior número de mensagens é quando os sujeitos com deficiência visual relatam suas experiências de vida e o modo como lidam com a deficiência:

Comunidade: Integração Deficientes Visuais (acesso em 04/06/2010)

Tópico: Relatório da sua vida (06/02/2006)

Ângela: “Existem coisas muito mais importantes do que passar os dias tentando enxergar novamente, eu preciso viver, estudar, trabalhar, divertir-me [...] não é questão de otimismo ou pessimismo, é viver o que a vida oferece no momento, não é fácil, mas eu prefiro viver na dificuldade do que o desespero da impotência ao querer mudar uma situação que poderá ser irreversível [...] podemos viver uma vida digna e muito mais prazerosa.”

Todos ficam ávidos a contar suas histórias e como percebem o mundo a partir de suas “visões” diferentes. Um pouco pelo desejo represado de ter o direito de falar de si e por si, o qual durante muito tempo esteve presente entre cegos e pessoas com baixa visão, que objetivam contar suas vivências, dividi-las com aqueles com quem se identificam. Buscam uma identificação em cada uma daquelas histórias relatadas como meio de criar laços de compartilhamento, ao mesmo tempo em que conseguem se sentir à vontade quando escrevem, lêem ou comentam estas situações.

Comunidade: Baixa visão/visão subnormal (12/09/2009)

Tópico: apresentação (07/09/2006)

Ana Carolina: olah tenho 17 anos e nasci com atrofia parcial do nervo optico, [...] naturalmente fui a escola e toda vez que tinha que fazer uma copia no caderno levantava debrussava-me embaixo do quadro de forma a não atrapalhar meus colegas, depois de varias tentativas de oculos e lentes,... usar um binóculo na sala para enxergar a distancia, regular justamente a nitidez e a aproximação. [...]foi um dos dias mais felizes da minha vida, [...] hoje poderia muito bem ser alguém comum, e fazer parte da mesmice em que as pessoas de hoje em dia vivem, mais pra mim isso é o que me torna especial, esse "problema" me fez ver não um corpo mais uma alma e é com a alma que agente ama, que agente é feliz, nunca soube o que é enxergar perfeitamente isso não significa que não possa viver normalmente

Existem, apenas neste tópico, mais de uma dezena de relatos, bem como em tantas outras comunidades registram várias histórias de vida, todas elas claramente resumidas e tendo sempre a deficiência visual como figura principal, cada qual com sua visão particular sobre a mesma. Continuarei trazendo estes relatos ao longo da pesquisa conforme sua pertinência para as discussões empreendidas. Especificamente sobre o relato acima, é possível perceber que a educação e, especialmente a escola, têm importância fundamental como forma de também servir como constituidora de identidades, seja por seus currículos, avaliações e/ou processos de relacionamento existentes nos ambientes escolares.

Tudo isso para que sejam cada vez menos comuns os casos de discriminação e/ou segregação que acontecem também dentro da esfera escolar, como o relatado por um dos usuários do Orkut que representa algumas dessas situações:

Comunidade: Deficientes visuais (05/09/2009)
Tópico: Reinserção no mercado de trabalho (12/07/2007)
Haroldo: sou baixa visão, cerca de 10% em ambos os olhos. Assim, sofri mto, e passei diversos constrangimentos diários ateh hj, principalmente pra estudar, já fui ateh expulso de colégios declarado incapaz de acompanhar alunos normais

Conforme a *Política Nacional de Educação Especial: Na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008) é fundamental o desenvolvimento de programas que promovam a acessibilidade dos alunos com deficiência nas escolas do modo mais adequado possível, inclusive a partir de uma contínua formação de professores para estes fins. O que se percebe é que no Ensino Básico ainda existe um longo caminho a percorrer, já que as iniciativas são incipientes e carecem ainda de uma expansão que atenda a todos aqueles que necessitam de recursos diferenciados, como impressoras braile, softwares leitores de tela para acessibilidade digital, bem como uma estrutura curricular e logística para que se possa atender as particularidades de cada aluno.

Essas são alternativas possíveis que podem ser pensadas caso a caso, na particularidade de cada aluno. Isso não significa que o professor deva conhecer todas as técnicas ou estratégias de ensino; afinal, o docente é também um pesquisador que constrói seu conhecimento a todo momento de

sua prática. Com isso, não quero dizer que os professores devem ser pessoas sempre preparadas para lidar com todas as situações e conhecer a todas as especificidades dos alunos. Esses são processos que acontecem com o convívio e com a percepção de quais são as necessidades de alguém com deficiência visual.

Por exemplo, quando cursava o Ensino Médio eram muitas leituras de livros de literatura, e ampliá-los levaria um tempo muito grande. O que fazer se eu não enxergava perfeitamente, nem mesmo com óculos, as pequeníssimas letras dos livros? Dentre muitas soluções complexas que demandariam tempo demasiado e estrutura que a escola não possuía, certa vez utilizei uma lupa para um trabalho em outra disciplina. Percebi que aquele objeto supria as minhas necessidades para leitura. Logo, adquiri uma dessas lupas – que até hoje utilizo – e o problema foi solucionado de forma simples, com uma alternativa criativa e que não demandou estudos aprofundados, apenas a percepção e criatividade.

Talvez isso ajude a refletir que muitas possibilidades são encontradas no contato e no diálogo direto com os sujeitos, não apenas em cartilhas que digam como, para quem e onde determinados recursos disponibilizados devem ser usados. Assim, conforme excerto retirado do Orkut sobre a inclusão escolar:

Comunidade: Alunos com deficiência visual (acessado em 04/06/2010)

Tópico: Sala de aula (28/10/2009)

Fernanda: è boa pq a gente não é separada dos demais membros da sociedade, mas é complicado pq nem todas as escolas estão preparadas para lidar com crianças com deficiência [...] no meu caso tive sorte que os professores souberam respeitar meu tempo de aprendizagem.

Maria Ivanilde: Mas que tal a gente começar a pensar na inclusão dos professores? Como seria bom que eles tivessem que se incluir aos seus alunos, como seria bom se houvesse um trabalho todo envolvido em nosso desenvolvimento [...] hoje vejo mais uma vez esse retrato [de exclusão] em meus alunos.

Estas análises relativas à escola e pessoas com deficiência visual correspondem ao que encontrei no orkut e reflexões próprias. A maioria das medidas são paliativas e tomadas mediante a necessidade momentânea dos alunos, como a leitura de uma prova, a ampliação de uma atividade de aula - isso quando existe estrutura que possibilite estas situações, o que não é o caso

da imensa maioria das instituições de ensino no Brasil. A estrutura física e os ambientes carecem de uma adaptação que contemple a necessidade destes alunos, pois se não for assim, de nada adiantará que estes estejam presentes na escola se permanecerem continuamente excluídos do processo educacional dentro da própria escola.

Percebe-se a intensa preocupação de familiares, amigos e professores em incluir estes sujeitos em escolas regulares mesmo que não estejam devidamente preparadas a recebê-los. Os membros das comunidades estão preocupados com o fato de a escola e os professores não estarem preparados e abertos a aceitar estes alunos e suas diferenças.

Os usuários das comunidades debatem principalmente sobre as dificuldades recorrentes dos processos inclusivos, trocam experiências, indicam escolas que aceitam deficientes visuais em suas turmas regulares, dividem idéias sobre os materiais e as técnicas empregadas para um melhor ensino e aprendizagem desses alunos, bem como os modos de inserção dos mesmos nos meios virtuais. Discutem sobre o uso dos programas DOSVOX, lupas eletrônicas, impressoras em braile, que tem circulação um tanto restrita devido ao custo ou a compatibilidade desses programas com os softwares, bem como as relatadas dificuldades encontradas em seu uso, como na leitura de palavras que o computador não reconhece e vários outros obstáculos.

Durante todo meu período de escolarização e em minha graduação em História, jamais tive material ampliado, não por ter deixado de procurar as escolas, mas por alegadas “inviabilidades técnicas”. Nem me lembro a última vez em que copiei algo do quadro, muito menos de alguma vez em que algum professor me tenha perguntado ou cogitado a hipótese de ampliar meus materiais. Sempre percebi o quanto a escola sentia-se confusa diante das atitudes que tomava com relação à minha aprendizagem.

Em certos momentos era tratado como o anormal a ser corrigido; em outros, como o exemplo de real inclusão; e em outros, como já fazendo parte da normalidade. Havia sempre um certo receio de que modo minha diferença pudesse ser tratada, se eu deveria receber a mesma educação dos demais ou um trabalho especial... pairava a dúvida – inclusive em mim mesmo. Em nenhum momento de minha escolarização tomei conhecimento de material

didático, projeto curricular e atitudes da comunidade escolar que me fizessem sentir acolhido em minha diferença.

Uma das minhas maiores alegrias relativas à educação foi quando tive acesso a material ampliado para estudar e ler tudo que era necessário, sem ter que ler com a lente da lupa que utilizo para leitura, muitas vezes incômoda para leituras mais extensas e em locais menos iluminados. Pois bem, isto não aconteceu no Ensino Básico, nem em minha graduação, mas sim apenas após ingressar no Mestrado do Programa de Pós-Graduação da UFRGS, onde passei a ser atendido pelo Programa Incluir²⁸ com a ampliação de materiais e outras formas de auxílio e acessibilidade. A primeira vez em que entrei na sala do Programa Incluir e saí de lá com meu material ampliado, tive uma alegria imensa por ter sido aquela a primeira vez em que de fato eu me sentia incluído, acolhido, pertencente e contemplado em minha diferença dentro de um espaço educacional.

Algumas alternativas têm surgido no sentido de qualificar o ensino e a inserção cultural das pessoas com deficiência visual. É possível verificar no Orkut que pessoas dos mais diversos lugares do país, das mais distintas áreas de conhecimento e de diferentes instituições de Ensino Superior têm se proposto a desenvolver pesquisas para proporcionar uma melhor acessibilidade e adaptação para que se possa oportunizar um acesso mais facilitado aos meios culturais e educacionais, tendo como uma das principais vantagens a exposição para que os próprios indivíduos com deficiência visual possam se manifestar e sugerir alterações nos projetos a partir de suas próprias vivências.

Creio que mais importante do que o desenvolvimento destas pesquisas seja o fato de se “permitir” a nós, que somos o objetivo final das mesmas, opinarmos e participarmos como protagonistas, até mesmo como os pesquisadores e desenvolvedores de tais atividades sobre elas, abrindo um canal de interação fora de um eixo marcadamente clínico, mas agora, voltando-se para outras necessidades sobre as quais não se pensava e a possibilidade de atuar como agente direto destas pesquisas, que tratam dos assuntos mais

²⁸ O Programa Incluir foi criado pelo Governo Federal em 2005 com o objetivo de proporcionar acessibilidade universal e auxiliar os acadêmicos com deficiência das Instituições federais de Ensino Superior (<http://www.mec.gov.br>, acessado em 18/11/2009). Na UFRGS, atualmente é coordenado pela Prof Dra Adriana da Silva Thoma.

diversos, desde a acessibilidade do transporte coletivo até a audiodescrição²⁹ em teatros.

Ainda assim, estas propostas não contemplam os processos de escolarização e suas eventuais necessidades no Ensino Básico. Cria-se então um hiato, um “ponto cego” com relação a isso, já que os resultados obtidos dificilmente serão satisfatórios se não houver uma atenção mais detida na formação inicial destes alunos, de uma base educacional que lhes permitam usufruir mais adequadamente destas situações.

Sempre procurei mensagens direcionadas a esse tipo de recurso, que enfatizassem as produções culturais de, sobre e para pessoas com deficiência visual. Pude notar que está ocorrendo um crescimento de manifestações no Orkut sobre os temas que envolvem a cultura.

Comunidade: Integração deficiência visual (11/08/2009)

Tópico: Cultura (03/05/2006)

Rodrigo: Penso que a cultura envolve diversas artes. Assim, os deficientes visuais têm a capacidade de exercitar seus talentos e dons de várias maneiras, seja na música, seja na dança, no esporte, na literatura, enfim, formas que possibilitam uma melhor inclusão social do deficiente

Durante muito tempo pensou-se que as pessoas com deficiência não precisariam ter acesso ou participar da cultura, e que as produções culturais não precisariam se preocupar com esses sujeitos, nem mesmo mencioná-los. Como se a deficiência retirasse o direito e a possibilidade da inserção cultural. Ao longo da história, a grande maioria dos assuntos relacionados a essas pessoas se resumia a temáticas clínicas. Além disso, de acordo com a história das pessoas com deficiência, estas estiveram, por longo tempo, afastadas da vida social, e da convivência entre seus pares, dificultando a constituição de traços culturais em comum.

São notórios os casos de pessoas com deficiência visual que tem grande visibilidade, de José Alvarez de Azevedo passando por Ray Charles à poetisa brasileira Virginia Vendramini.

Isso significa que, de um modo ou outro tais produções culturais existiam, apenas não tínhamos conhecimento por ter uma circulação limitada.

²⁹ Sistema em que um narrador descreve detalhes das cenas além dos diálogos, por exemplos: letreiros, cenários, gestos e etc.

O mesmo acontece no que se refere aos materiais produzidos sobre e para este público específico, que até algum tempo era escasso, porém não se pode dizer que não existia.

Mas na última década tem surgido uma série de iniciativas que possibilitam essa inserção cultural, bem como o aumento da produção cultural específica para este público, que passou a ser considerado um mercado a ser explorado – afinal 10% da população é um contingente significativo – e sobre os quais se passou a lançar um olhar mais detido.

Creio que haja nisso a atuação do imperativo de inclusão como condição de possibilidade para que essas produções aconteçam e, mais que isso, que elas possam circular com muito mais efetividade do que outrora. Sob os holofotes da mídia temos contato cada vez maior com um grande número de iniciativas nesse sentido, seja na produção cultural sobre e por pessoas com deficiência visual. Exemplo disso, o filme: *Uma vela para Deus outra para Beto*, dirigido por João Júlio Antunes, que é cego, ou ainda a cantora Carina Rodrigues – também cega – que ficou conhecida no país por ter destacada participação no Programa *Ídolos*, um reality show musical.

A inclusão tem permitido que este mercado se amplie com as políticas educacionais que proporcionam que essas pessoas tenham mais acesso aos bens culturais. Tais propostas são articuladas em um montante cada vez maior de editais para produção cultural que contemplem – e as vezes exigem – que sejam direcionadas a pessoas com deficiência, ou que incentivem até mesmo com verba governamental as empresas privadas ou a sociedade civil para que se engajem e levem adiante projetos que contemplem as características e a acessibilidade desses indivíduos.

As novas tecnologias têm papel importante nesse processo, facilitando a acessibilidade desses sujeitos aos bens culturais, seja através das audiodescrições, nos audiolivros e nos materiais em braille, que tem circulado cada vez mais.

Tais produtos têm sido consumidos em larga escala, e a divulgação dessas produções acontece de forma constante nos meios virtuais, o que permite um acesso mais rápido e disseminado a essas informações, possibilitando a constituição de traços culturais comuns, compartilhados nessas produções de pessoas com deficiência visual. Por exemplo, o software

desenvolvido pela Escola de Música de São Paulo, chamado Musibraile, em que as partituras são impressas em Braile e permitem uma série de possibilidades para o ensino de música a pessoas com deficiência visual.

Por outro lado, é preciso ter cuidado para que a inclusão não se torne a única ou principal razão para a divulgação da arte dessas pessoas, já que isso retiraria o enfoque da produção artístico-cultural para a exibição da tolerância ao diferente:

Comunidade: Amigo dos deficientes visuais (04/06/2010)

Tópico: O que nós dvs não suportamos (16/07/2009)

Marjorie: Tenho baixa visão, sou cantora profissional, e sinceramente odeio quando as pessoas acham que minha deficiência está acima do meu trabalho, ou quando me contratam simplesmente porque sentem-se penalizados

Um dos meios mais populares de acesso à arte atualmente são os cinemas, com uma grande variedade de filmes e documentários com as mais diferentes temáticas, bem como um número cada vez maior de salas de exibição nas grandes cidades brasileiras. Porém, com a mesma velocidade com que crescem as produções cinematográficas, estas se tornam cada dia menos acessíveis às pessoas com deficiência visual. Isto porque, para aqueles que têm baixa visão torna-se cada vez mais inviável assistir a filmes legendados, já que as legendas estão com letras menores e com a cor branca, o que dificulta o contraste e uma melhor visualização das mesmas ainda que sentemos na primeira fila, algo muito incômodo para alguém que, como eu, gosta de assistir a muitos filmes. Mas, até o presente momento, não existe qualquer discussão no Orkut relatando estas dificuldades ou que apontem soluções para as mesmas.

Também são poucas as mensagens e trocas de informações sobre as sessões de cinema que contam com audiodescrição³⁰, que facilitariam muito o acesso, principalmente, de indivíduos cegos aos cinemas. Não há, de fato, pelo menos no Orkut, manifestações de apoio ou reivindicação de um maior número de filmes e de locais que as disponibilizem. O que é possível perceber é que este recurso começa a ser utilizado por algumas poucas empresas que

³⁰ Sistema no qual um narrador descreve com detalhes as cenas que aparecem nas imagens de televisão e/ou cinema.

realizam divulgação midiática, colocando audiodescrição em seus comerciais de televisão, vinculadas a uma ideia de responsabilidade social, não apenas de altruísmo para com as pessoas com deficiência visual, embora cada vez mais a mídia e a internet disponibilizem espaços de divulgação dessas iniciativas.

Em São Paulo, existem algumas iniciativas muito interessantes de sessões especiais de peças de teatro, concertos musicais e museus que contam com a audiodescrição. No Teatro Municipal de São Paulo as óperas têm em quase todas as apresentações um audiodescritor para aqueles que desejam ou necessitem do recurso.

Embora a audiodescrição seja entendida como um recurso, particularmente creio que seja também uma produção cultural, afinal, necessita de um roteiro bem construído e de um narrador que tenha qualidade artística de audição para realizar a leitura das cenas. É muito importante ressaltar que muitas pessoas com deficiência visual participam ativamente na construção desses roteiros, pois auxiliam naquilo que pode ser melhor descrito, com ritmo e entonação de voz adequada à narração. A audiodescrição está se tornando tão importante que já há inclusive um site chamado Blindtube (<http://www.blindtube.com.br>), em que se concentram produções de audiodescrição no mesmo formato que o Youtube. Cada um pode postar o conteúdo e suas próprias descrições, pedidos daquilo que desejam ser descrito ou ainda, material encontrado na internet.

Em Porto Alegre, no ano de 2010, foi criada a primeira produtora especificamente para audiodescrição, denominada Habanero Áudio, cuja idealizadora é a audiodescritora e atriz Letícia Schwartz. Uma de suas primeiras parcerias é com a Casa de Cinema (produtora de Porto Alegre) em que o filme lançado em 2010, *Antes que o Mundo Acabe*³¹, foi exibido em algumas sessões com audiodescrição, bem como no DVD é totalmente audiodescrito. Este foi o primeiro, mas de acordo com a parceria firmada, todos os filmes produzidos pela Casa de Cinema contarão com essa ferramenta inclusive na distribuição nacional dos exemplares para as salas de cinema.

³¹ Dirigido por Ana Luiza Azevedo, é uma adaptação de um livro homônimo escrito por Marcelo Carneiro da Cunha, narrando a história de um adolescente e seus conflitos no interior do Rio Grande do Sul.

Outro instrumento muito produtivo de acesso à cultura para pessoas com deficiência visual são os audiolivros. Durante muitos anos, as pessoas com deficiência visual, principalmente os cegos, tinham muita dificuldade para realizar leituras, sendo necessária a ajuda de alguém que se disponibilizasse a ler para eles.

Alguns anos atrás, pessoas e associações começaram a realizar essa atividade mais continuamente e até institucionalizando programas de leituras de livros, mas foi nessa década que as produções passaram a ser gravadas sistematicamente com produtoras especializadas na questão, bem como contratando atores e/ou dubladores profissionais para fazerem a leitura dos textos, o que confere uma qualidade maior ao produto.

Quando tiveram início essas produções, as editoras focavam especificamente o público das pessoas com deficiência visual, que passou a consumir consideravelmente. Mas aos poucos, muitas pessoas que não possuem deficiência visual começaram a adquirir muitos desses audiolivros, pois conjuntamente ao desenvolvimento tecnológico, é possível ouvi-los dentro dos carros – e nos congestionamentos das grandes cidades é uma excelente alternativa de distração - ou pode-se ouvi-los nos aparelhos que executam arquivos de áudio mp3³², possibilitando que se ouça caminhando, nas filas de banco e em outras tantas situações do cotidiano. Afinal, o tempo que se tem para leitura é cada vez menor e esse recurso permite que, mesmo em deslocamentos, as pessoas ouçam os livros e otimizem este tempo.

Logo, este mercado tem crescido em proporções cada vez maiores, fazendo com que o número de produções também aumente muito e a variedade dos produtos também cresça. É possível comprá-los em cd ou mesmo pela internet em arquivos MP3, havendo inclusive sites especializados na venda desses livros lidos, e cujos preços tem sido cada vez mais acessíveis, proporcionando uma maior circulação desses materiais.

É interessante notar que a maior parte das produções (sendo esta uma percepção particular), em sites que disponibilizam audiolivros gratuitamente, tem um acervo limitado de obras, que se constituem nos clássicos de literatura

³² Mp3 (*MPEG-1/2 Audio Layer 3*) é um sistema que arquivos de áudio executáveis em aparelhos eletrônicos e em microcomputadores. Este formato permite que estes arquivos sejam transmitidos, transportados executados com facilidade nos rádios de automóveis, telefones celulares e aparelhos de MP# Players.

brasileira como obras de domínio público e de autores como Machado de Assis e José de Alencar.

Ainda, é possível encontrar livros do estilo denominado auto-ajuda – que muito ajuda a quem os vende – que são motivacionais e se definem como manuais para o sucesso de todos aqueles que seguirem totalmente suas instruções. Se aliarmos isso a uma ideia de superação e desejo de cura que trataremos adiante, podemos dizer que estes livros servem para motivar os sujeitos a buscarem a superação de seus limites físicos, a tomarem a cura como meta de suas vidas. Mas será que é apenas de motivação, de superação e cura que precisamos?

Não quero, com isso, dizer que existem estilos literários superiores ou que tipo de leitura as pessoas com deficiência visual devem ou não fazer. Muito pelo contrário, o que pretendo afirmar é que poderíamos ter uma variedade maior de obras, que o acervo também fosse composto por livros contemporâneos e de uma gama maior de gêneros e estilos.

Diante disso, ainda existe um longo caminho a percorrer e a analisar sobre essas produções culturais de/sobre/para pessoas com deficiência visual, investigando o modo como circulam, quem e como são consumidas, dentro de uma lógica de inclusão que atua como condição de possibilidade para que tudo isso possa emergir.

É a partir de sua visibilidade e de uma nova forma de entendimento que se poderão constituir modos diferentes de identificação e modificação de determinados estereótipos fortemente arraigados em nossa cultura, como é o caso da medicalização/cura e das retóricas compensatórias.

3.3 No mundo de Poliana: da medicalização/cura às retóricas compensatórias

As pessoas com deficiência visual historicamente são entendidas sobre o ponto de vista clínico, como já se afirmou. Praticamente tudo que as perpassa de alguma forma é atravessado por algum aspecto que remeta aos paradigmas médicos. É exatamente essa “fuga” o que estou problematizando, ou seja, um modo diferente de perceber a deficiência visual enquanto construção cultural, como uma diferença que não precisa ser explicada ou

normalizada, mas sim respeitada e compartilhada. Ver a deficiência visual não como incapacidade ou heroísmo, mas sim como uma forma diferente de estar no mundo, de se relacionar com ele, de modo a que paulatinamente nos apropriemos de nossa condição, sem ter o objetivo de curá-la como o principal mote de nossas vidas. Enfim, ter a possibilidade de fazer dela uma característica com a qual determinados indivíduos possam identificar-se, fomentando a articulação e consolidação de um grupo social, e não mais como forma de escapar através dos procedimentos de medicalização/cura.

Assim, pouco adianta também transformar a pessoa com deficiência visual em alguém cuja condição deve ser compensada a todo instante, seja por qual artifício for. Uma pseudonormalização quando estes “superam seus limites e dificuldades”. A satisfação em parecer incluído, quando na verdade não é exatamente assim que acontece, sem que se problematizem outras questões que creio serem de maior relevância, como um melhor acesso aos bens culturais, as lutas pela aceitação da deficiência visual enquanto diferença e não como anomalia e, principalmente, da formação de uma cultura das pessoas com deficiência visual.

Uma das primeiras questões a serem analisadas é a forma como esses sujeitos são nomeados ou os termos que desejam que sejam utilizados para mencioná-los. Discussões sobre se o mais correto seria chamar de cego, deficiente visual, portador de deficiência, necessidade especial ou outro. Na comunidade “*Amigos dos deficientes visuais*” é possível encontrar:

Comunidade: Amigos dos deficientes visuais (acessado em 05/06/2010)

Tópico: cego ou deficiente visual (03/09/2008)

Eduarda: Cada pessoa tem sua opinião e preferencia, claro que não conhecendo o individuo fica mais complicado. Como já falei, não suporto ceguinha, da a ideia de coitadinha e defeituosa. Mas cego eu particularmente não me incomodo, afinal, sou cega!

Ana Gouvea: Eu detesto o termo deficiente visual, portador, pior ainda. Parece que eu acordo e pego a deficiência no criado mudo. Tenho baixa visão, normalmente falo que sou quase cega e não preciso dizer mais nada.

Fabricia: Antes me incomodava pra caramba ser chamada de cega, hoje percebo que é isso que sou e aceito numa boa esse termo. Sou cega mesmo, enxergo muito pouco

em cada olho, então é melhor resumir tudo em uma palavra.

Outro fator a que me refiro são as constantes categorizações existentes no que tange a deficiência visual em seus mais diferentes aspectos – e isso ocorre na grande maioria dos grupos sociais. No Orkut – assim como em grande parte do meio social - é perceptível que estas formas de classificação são balizadas por um caráter eminentemente clínico. Por isso, muitas vezes me sinto um estranho em algumas das comunidades que, em verdade, deveriam despertar um sentimento de pertencimento e identificação.

A principal delas é a divisão entre pessoas cegas e com baixa visão, fruto da categorização médica das “doenças” e “níveis” de visão de cada indivíduo. Isso gera uma série de conflitos políticos, sociais e econômicos que até praticamente inviabiliza a união desses indivíduos em torno de causas comuns. Nesse sentido, nenhuma postagem faz referência a movimentos sociais constituídos pelos mesmos que tenham como objetivo atuar em favor de políticas públicas para as pessoas com deficiência visual.

Quem tem baixa visão, que é o meu caso, fica numa espécie de “limbo” em que os cegos dizem não termos direito e legitimidade para participar das discussões por enxergarmos o suficiente, considerando-nos como videntes. Ao mesmo tempo, muitas pessoas com baixa visão fazem questão de deixar claro que não querem de modo algum ser tratadas como cegas, fazem questão de deixar clara sua diferença em relação aos cegos e, sendo assim, estão bem mais próximos da “norma”. Ambigualmente, entendem que os “videntes” priorizam muito mais os cegos do que quem tem baixa visão, ainda que nos considerem pessoas com deficiência e nos tratem como tal. Por exemplo, quando um cego utiliza a agência bancária, logo é conduzido à fila preferencial, ao passo que quando faço o mesmo procedimento e me posiciono na mesma fila, logo surgem os olhares desconfiados e as perguntas sobre “o que ele tem para estar naquela fila?”

Essa é uma das discussões mais recorrentes nessas comunidades do Orkut atingindo muitas vezes um nível de debate que ultrapassa a esfera pessoal. Porém, percebo que, aos poucos, as ideias estão se tornando menos radicais, permitindo uma compreensão e um entendimento mais adequado,

com argumentos mais profundos, viabilizando um certo consenso. Eis alguns depoimentos de quem tem baixa visão sobre o tema:

Comunidade: Deficientes visuais (21/03/2009)

Tópico: Quais dificuldades vocês tem? (10/10/2008)

Pat cachinhos: tem que ter em mente que a pessoa com deficiência visual não é somente a cega, existe o deficiente visual não cego.

Ritinha: Eu mesma sou deficiente visual de baixa visão. Isto é muito difícil para o sujeito compreender, a sociedade só visa o cego, portanto desconhecem a baixa visão como deficiência. A inclusão do deficiente visual com baixa visão é um pouco complicada, passando por várias situações embaraçosas, como pedir a uma pessoa de visão normal para ver, atravessar ou trabalhar e conviver com esse tipo de deficiência.

Camila: Muitas pessoas com visão subnormal passam por situações vexatórias pois parecem “normais”, isso gera constrangimento, não é mesmo. A maioria das pessoas conhece o cego e o vidente, que são os extremos.... mas existe o meio termo (com vários níveis de gradação) que somos nós ai no meio desse calvário.

A ideia de medicalização/cura é, sem dúvida, a que compreende o maior número de discussões. O maior número de comunidades e de participantes estão relacionados a doenças, tratamentos e cura das “doenças” da visão. São 43 comunidades sobre a deficiência visual, enquanto que somadas aquelas comunidades que relacionam deficiência visual e doenças⁴, o número chega a 165. A soma dos membros das últimas é de 21.087, enquanto das que tratam de deficiência visual são de 5.813. Creio que essa diferença numérica demonstra o desejo pela “cura” ou pela “diminuição dos danos”.

A forma de comunicação no Orkut está disponível a um grande número de pessoas e faz circular sugestões, novos tratamentos e remédios específicos, que magicamente resolvem os “problemas” dessas pessoas. Os assuntos que estão sempre em pauta são as pesquisas com células tronco e novas formas de tratamento cirúrgico e de implantes de *chips* ou outros equipamentos eletrônicos que permitam aos cegos enxergarem – mesmo que com baixa visão – e a quem tem baixa visão permitir uma “qualidade de vida melhor”, termo utilizado constantemente nessas mensagens.

⁴ Procurei as doenças baseado nos próprios depoimentos dos usuários, encontrando, portanto, as seguintes doenças citadas: Miopia, hipermetropia, astigmatismo, estrabismo, glaucoma, catarata, degeneração macular e retinose pigmentar.

Geralmente quem busca estratégias para a cura não é somente a pessoa com deficiência visual, mas principalmente, os familiares, professores e amigos destes, que muitas vezes vêm nessa tentativa de tratar essa pessoa, a solução para as dificuldades que enfrenta: é o Outro tentando a todo o momento interpelar, normalizar a alteridade deficiente, a tal modo que a cura se torna a única alternativa possível e o objetivo principal na vida das pessoas com deficiência visual.

Isso não significa que a busca por informações seja apenas um desejo de cura, pode também ser uma forma de afirmação identitária, o que de modo algum desqualifica o sujeito que a tem como meta.

Recordo-me que até algum tempo atrás percorri milhares de quilômetros nos mais insólitos cantos deste país em busca de uma cura para o meu “mal”. Foram tratamentos das mais diferentes formas, de gema de ovos de galinhas alimentadas com milho orgânico até sessões e “cirurgias” espirituais. Cada uma delas com uma esperança renovada de me livrar deste “problema”, de poder enxergar como todo mundo, de não ser mais o estranho. E ao final de tantas tentativas, o que na verdade eu consegui foi um mar de frustrações por não obter a tão esperada e desejada cura redentora. Mas será mesmo que precisamos tanto assim dessa cura? Penso que não, o que precisamos é a cura da não-aceitação, seja dos demais para conosco, ou internamente.

Comunidade baixa visão/visão subnormal (12/09/2009)

Tópico: apresentação 19/02/2007)

Jairo: [...] Tenho dificuldade para pegar onibus, enxergar a o quadro negro na aula e etc. Poucas pessoas (amigos) sabem dessa minha condição pois, eu me assumi assim a pouco tempo e antes disso eu vivia "normalmente". Fingia ler legendas de filmes com os amigos - eu sempre dormia nos filmes - não copio o quadro pq não enxergo, mas digo que não gosto de copiar a matéria. Por causa disso passei por vários constrangimentos,

Pat cachinhos: me esforcei tanto para ser como todo mundo que hj ninguem acredita que eu tenho algum problema até a hora de eu perguntar algo obvio pro outro.

Muitos sujeitos com baixa visão criam alguns artifícios para parecerem os mais normais possíveis, uma forma de negar ou até tornar invisível sua deficiência visual. Esse é um efeito colateral e um preço alto a ser pago pela subjetivação para que se tenha um corpo sadio. Mas é preciso registrar que

existem raras manifestações no sentido de promover uma aceitação da condição de deficiência visual, fazendo das dificuldades existentes uma forma de agrupar estas pessoas:

Comunidade Deficiência visual no Brasil (24/09/2009)

Tópico: dificuldades. (09/03/2008)

Ana Paula: não tenho vergonha, isso facilita muito! eu não tenho culpa, é o primeiro passo pra levar uma vida melhor, em certos momentos, não é a deficiência que atrapalha, é a nossa cabeça que fica pensando nos outros, uma das formas de mudar é encarar as dificuldades de frente! as nossas dificuldades são muito parecidas, ler placas, ônibus, entre tantas outras, eu não peço desculpas por não ver direito

Talvez por isso muitos desses indivíduos com deficiência visual crêem “ser” as próprias doenças que “trazem” consigo. Antes de darem qualquer outra informação sobre si ou sobre o que desejam manifestar, falam sempre de seu tipo de doença e o que as deixou nessa condição, justificando uma situação que, ao meu entender, não é para ser justificada. Confesso que tive muita dificuldade em escolher um entre tantos exemplos disso:

Comunidade: Integração deficiência visual (716 membros)

Tópico: alguém tem deficiência visual?

Prof Fabiana: sou dv e tenho catarata congênita, estrabismo, miopia, hipermetropia, astigmatismo, e os médicos dizem que enxergo 15% do olho direito e 5% do esquerdo, mas graças a deus consegui superar as dificuldades e me tornei professora de crianças comuns.

Comunidade Baixa visão/visão subnormal

Tópico: que tipo de problema vcs tem?

Camila: catarata congênita, tenho nistagmo, descolamento de retina nos dois olhos e glaucoma, perda de campo visual em ambos os olhos. Fora a miopia, hipermetropia e astigmatismo.

Marcia Rossiter: Alta miopia, estrabismo convergente, mancha de fuchs, descolamento do vítreo, visão subnormal, astigmatismo, etc...

Marcia Raquel: Síndrome de Usher, alta miopia, retinose pigmentar, alto astigmatismo, baixa audição, hum pra qu mais, não é???

Na maioria das ocasiões em que trocam mensagens, quando não se conhecem, uma das primeiras perguntas é o quanto a pessoa enxerga, por que ela “ficou assim”, e a que tratamentos se submete. Quando as pessoas são convidadas a se apresentar e comentar sobre suas vidas, o principal foco é a causa da suas doenças, um breve histórico do desenvolvimento dessas

doenças. Em alguns casos, isso me parece de algum modo uma tentativa de demonstrar que apenas a partir de um determinado momento de suas vidas passaram a ser “anormais”, já que muitos reforçam que adquiriram a deficiência depois de algum tempo, e, portanto, já foram “normais”, o que de certa forma acreditam poder “atenuar” a sua diferença.

Como reconhecimento por todo este esforço em buscar incessantemente a normalidade, a maioria das pessoas com deficiência visual conta com a admiração e a compaixão de grande parte dos sujeitos. É sempre uma admiração não pelo diferente, mas pela tentativa de se tornar igual aos demais.

Penso que isso ajuda a sedimentar os estereótipos já existentes. Medicalização/cura e mecanismos compensatórios caminham sempre juntos nos discursos, um legitimando o outro. Sendo assim, comunidades como: “admiro os cegos”, “eu ajudo os cegos”, “amigos dos deficientes visuais”, se encarregam de expandir esses discursos:

Comunidade: eu admiro os cegos (24/09/2009)

Tópico Porque você admira os cegos? (21/02/2006)

Fabiane: Faço trabalho voluntário na biblioteca pública do Paraná, na seção de Braille. E tive a oportunidade de fazer muitos amigos. E quanto mais eu conheço, mais eu admiro a coragem que eles tem de enfrentar a vida no **escuro**, são mesmo especiais!

Lizandra: Bem, eu tenho o maior orgulho de conviver com pessoas cegas... Como professora e amiga de alunos com cegueira e baixa visão eu aprendo mt com eles... Com a garra que eles tem de viver, de conquistar seu espaço e de querer aprender de querer descobrir as coisas pelos demais sentidos... É fantástico! Cada um vê com os olhos que tem, inclusive com a visão tátil. [...] [grifo *meu*]

Fica evidente o estereótipo da “escuridão” em que vive o cego, bem como a profunda admiração por aqueles que “superam seus limites”, compensando as dificuldades com muita garra e determinação em busca de uma nova forma de ver o mundo, pois “cada um vê com os olhos que tem”. Fica evidente a necessidade de colocar essa pessoa na condição de vidente, seja vendo com as mãos, seja vendo com o “coração”, como muitas vezes aparece nas mensagens, mas sempre relacionam algo que lhe devolva a visão de outra forma que não a convencional.

É muito comum a tentativa de compensar-se a deficiência visual de alguma forma, a principal delas é afirmar que estas pessoas possuem uma audição elevada e acima da média. Mas se assim for, que se pode dizer daqueles que têm deficiência visual e auditiva ou surdez? Diz-se também que seu tato é tão apurado que o cego é capaz de enxergar com as mãos, devido a sua alta habilidade no desenvolvimento deste sentido, e que por isso o tato deve ser estimulado desde a infância (GIL, 2000, p. 24).

Talvez para as pessoas que se consideram normais, deve ser algo tão desesperador não enxergar de acordo com aquilo que se convencionou como usual, que mesmo aqueles que não enxergam precisam ter sua visão recuperada de alguma maneira, seja pelo ouvido, pelos dedos ou pelo “coração”. Embora pareça surpreendente, para mim e muitas outras pessoas com deficiência visual, ter uma visão perfeita não faz nenhuma falta. Muitos de nós se constituíram como sujeito tendo deficiência visual, amando com ela, sofrendo com ela, vivendo com ela. Também não faz falta porque para quem nunca soube o que é enxergar “bem”, nem sabemos como é ter uma visão “normal”, seria como ir atrás do pote de ouro que há no final do arco-íris.

Muitos ainda acreditam que a deficiência visual faz com que a pessoa adquira múltiplas incapacidades, que além de não enxergar como a maioria, é também surdo, tem deficiência física e/ou intelectual, um pouco por desconhecimento, e outra parte pelas representações criadas sobre a deficiência:

Comunidade Amigos dos deficientes visuais (24/09/2009)

Tópico: o q vcs não suportam? (30/11/2007)

José: porque quando alguém percebe que sou baixa visão pensa que não penso? Sempre perguntam a outras pessoas as perguntas que deveriam ser feitas a mim [,,,] bom, o q n suporte quando faze comentários do tipo:, tadinha, tão linda mas não enxerga.

Rodrigo: quando alguém chega e diz, Meu deus, como sua mãe deixa você sair sozinho de casa, meu deus, mas é muito longe, ai jesus será que você vai direitinho? [...] ver uma cega grávida e perguntar: 'nóssa, coitada da ceguinha, que q fizeram pra éla??"

Algumas das retóricas de compensação também já fazem parte da constituição discursiva sobre essas pessoas, inclusive por parte dos próprios

sujeitos com deficiência visual. São muito sofisticadas as formas de efetuar essas compensações, que conforme Amaral (1998, p. 20) constituem a atenuação, simulação e compensação em si, que representariam um processo de negação da deficiência, às quais acrescento ainda a "síndrome da superação".

A atenuação acontece quando alguém diz a uma pessoa com deficiência visual – embora muitas vezes nós mesmos as utilizemos muito – que esta deve se conformar, afinal, "poderia ser pior"; no caso da baixa visão dizem: "deve dar graças a Deus por ainda enxergar um pouquinho".

A simulação é quando se afirma que, apesar de tudo, a pessoa ainda consegue parecer normal, como que tentando apagar sua diferença, fazendo dela algo quase imperceptível: "é cego, mas é como se não fosse". Isso denota também a visão de que a deficiência visual incapacita para toda e qualquer atividade que pareça um tanto mais complexa.

Já que a compensação é quando se diz que, "apesar" da deficiência, a pessoa ainda tem a possibilidade de ter alguma qualidade que a torna valorizada, como: "é cego, mas é tão inteligente". Pode parecer uma frase elogiosa, mas estamos diante da inferiorização da cegueira, já que, "apesar" do "defeito", a pessoa tem determinadas qualidades.

São situações que vivemos diariamente e que, muitas vezes, são utilizadas por pessoas bem próximas a nós, a maioria delas sem uma intenção predeterminada de nos afetar – muito pelo contrário – mas o problema é que estas atitudes fazem parte do modo como a sociedade foi estereotipando as pessoas com deficiência visual com tanto vigor que se introjetou tão fortemente na subjetividade e no senso coletivo, que ainda são poucos aqueles que ultrapassam essas barreiras e percebem que tais manifestações apenas reforçam os estigmas e preconceitos já existentes. Portanto, não estou criando um juízo de valor sobre aqueles que as fazem, mas sim, problematizando a questão e procurando compreender seus significados e implicações.

O que denomino como "síndrome da superação" talvez seja uma soma dos três itens anteriores e que está se tornando cada vez mais comum com os discursos sobre inclusão. Até pouco tempo atrás, as pessoas com deficiência visual em sua maioria ficavam isoladas e sem participar da vida social. Mas à medida que as políticas inclusivas foram implementadas, estes sujeitos

deveriam ter um lugar – mesmo que pequeno e bem periférico - na sociedade; sendo assim, aumentou-se seu espaço na mídia, no mercado de trabalho, na educação e em tantas outras instâncias sociais.

Com isso, todos aqueles que conseguem exercer algumas atividades com relativo êxito são sempre tidos como pessoas que superam suas dificuldades e limitações. Se alguém com deficiência visual consegue uma colocação no mercado de trabalho e realiza sua atividade adequadamente, conforme os parâmetros da normalidade, este é tido quase como um herói que supera todos os problemas.

Seus exemplos são utilizados por aqueles que exaltam os processos de inclusão, de modo a demonstrar que é um sucesso e que tal é possível, dependendo apenas de cada sujeito. Mas trata-se de exemplos isolados, cada um com suas peculiaridades – às vezes se esquecem de perceber, apesar do êxito de um sujeito, existem dezenas que não o obtêm. Aquele que conclui um curso superior é tratado também como um fenômeno, quase um “gênio”, quando na verdade isso deveria ser algo de certa forma comum.

A “síndrome da superação” faz com que todas as pessoas com deficiência, que se entenda terem relativo sucesso, se tornem os exemplos a serem seguidos, histórias de vida nas quais todos deveriam se espelhar, afinal, se “até **eles** conseguem, **nós** também podemos!” É o que afirmam:

Comunidade: Admiro os cegos (07/06/2010)

Tópico: Exemplos (08/09/2008)

Amandinha: Sua força de vontade de determinação, de lutar apesar de todas as limitações, apesar de u a das piores discriminações, o preconceito, mas a maioria tenta e vai a luta sempre com alegria de viver, são especiais.

Comunidade: Baixa visão/visão subnormal (acessado em 05/06/2010)

Tópico: o que é ser deficiente visual (10/10/2009)

Carlos: É ser mais do que vc acredita que pode ser. Ser deficiência visual é conviver na sociedade e ter determinação, O ser humano pode ser muito mais e as vezes alguém com baixa visão ou nenhuma visão mostra para alguém que se diz perfeito que podemos nos superar a cada dia.

Assim, o grande problema não reside no fato de superar as próprias expectativas ou a das outras pessoas, mas sim, que nossa diferença é considerada quase como um atestado de incapacidade. É muito comum

encontrarmos manifestações no orkut que tratem sobre esses temas. Como a maioria delas reforça as retóricas compensatórias, decidi ir na contramão e expor algumas que vão de encontro a tais posições:

Comunidade deficientes visuais (2752 membros)

Tópico: como as pessoas veem os deficientes visuais

Luana: Para reverter este quadro, a coisa q tem q ser feita, é os deficientes visuais se unirem, e numa luta incessante mostrar a sociedade q nós somos capazes.

Só podemos exigir respeito da sociedade, a partir do momento q nós mesmos nos respeitamos

Duda: Bato na mesma tecla: nós nunca devemos deixar de mostrar a todos que somos capazes! Porque alguns se aproveitam da situação para se acomodar. ! Não podemos nos isolar num canto, num mundo único, temos que mudar os olhos dessa sociedade.

Contudo, é preciso dizer que as pessoas com deficiência também se apropriam dos discursos compensatórios por várias razões, desde um sentimento de auto-afirmação e satisfação pessoal, até um sentimento de que este seria um caminho mais fácil para sua inclusão e aceitação social, ainda que sejam situações construídas em terrenos instáveis e artificiais.

Muitos encaram as dificuldades dos deficientes visuais e sua afirmação como grupo social como pequenas pedras no meio do caminho. Ao mesmo tempo, percebemos que os discursos da medicalização/cura e da retórica da compensação almejam transmitir uma idéia de aconchego e pertencimento, deixando-nos com uma incontida alegria por nos aproximarmos cada vez mais da normalidade.

Muitos sentem-se extremamente felizes por efetuar a inclusão do modo como hoje é feita, pelas retóricas da superação e da compensação, ainda que não tragam resultados que contemplem a diferença. Tal é o caso do chamado “Dia da experimentação”³³ em que pessoas “normais” são convidadas a experimentar como é ter uma deficiência sensorial, usando vendas nos olhos e cadeiras de rodas, por exemplo.

³³ Atividade realizada anualmente no mês de Agosto pela FADERS (Fundação de articulação e desenvolvimento de políticas públicas para PPDs e PPAHs do Rio Grande do Sul), cujas atividades consistem em convidar a população transeunte a andar de cadeira de rodas, utilizar bengala e ler texto em braile com uma venda nos olhos e comunicar-se em LIBRAS, e assim, verificar como é “ter deficiência”. Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br>, acessado em 20/11/2009

O que se apresenta é uma situação que parece inclusiva quando de fato não o é. Jamais alguém sem deficiência conseguirá, de fato, sentir o que alguém que a possui sente, e isso ocasiona a tentativa de se apropriar da alteridade deficiente, além de perpetuar piedade e o “coitadismo”. O que acontece é que vivenciam a tal experimentação por meia dúzia de minutos e sentem-se compadecidas com quem as tem “sempre”, tornando-se satisfeitas e felizes por participarem da inclusão, sem que em momento algum problematizem as questões que são importantes para caminhar em direção à diversidade e à aceitação do diferente.

As análises das narrativas que circulam nessas comunidades fizeram-me lembrar uma das diversas histórias que conheci na infância: história de Poliana. Uma menina órfã que, de tantos sofrimentos que passou, resolve criar um mundo paralelo, onde não há tristezas, conflitos ou desconfortos, e sim, aconchego, alegria, harmonia.

Sendo assim, entendo que o Orkut é um dos eficazes instrumentos para o que chamo de *polianização da deficiência* - nesse caso, a visual. Cria-se no Orkut um mundo onde se dissemina a idéia de que através da medicalização, da reabilitação, da superação das dificuldades da compensação da deficiência por meio de “força de vontade”, do herói com deficiência, é possível sentir-se mais e mais incluído, feliz por estar em mundo repleto de contentamento em que a deficiência visual pode ser escondida embaixo do tapete, ou até mesmo esquecida. Mas será que viver no reino de Poliana é a solução? Afirmo que não, pois a norma leva ao controle das pessoas com deficiência visual, ao discurso do politicamente correto e à invisibilidade das diferenças.

Todavia, é preciso deixar claro que a polianização não é um fenômeno do ciberespaço ou dos sites de relacionamentos, mas sim, dos meios sociais que as constroem. O que acontece no Orkut, especificamente, é que tais idéias ficam mais evidenciadas e concentradas e se percebe inclusive que os próprios sujeitos com deficiência visual são também artífices deste processo.

O Orkut é um dos instrumentos – mas não o único – que podem tornar possível a articulação e as produções identitárias e culturais das pessoas com deficiência visual, nas mais diferentes esferas, seja a educacional, a de produção cultural, de acessibilidade. Além disso, o Orkut proporciona que narrativas sobre estas pessoas sejam produzidas por si ou pelos Outros, em

uma série de situações que promovem a identificação das pessoas com deficiência visual em relação aos demais indivíduos e às comunidades ou grupos.

Por outro lado, já há um caminho sendo trilhado, que permite um vasto campo de investigação, que é o substancial aumento no número de produções culturais das pessoas com deficiência visual, que juntamente com uma maior circulação dessas produções tem permitido que as pessoas com deficiência visual formem seus traços identitários a partir de marcas culturais próprias que tem se constituído nessas novas formas de tratar do tema. Talvez essas recorrências permitam até que falemos em Cultura(s) das pessoas com deficiência visual, não como um bloco único, mas encontrado em muitos lugares, tal qual podemos falar nas culturas juvenis, nas culturas infantis e tantas outras, sem que se tratem de categorizações rígidas, e sim marcadores de certos grupos culturais.

É possível perceber o desejo dos indivíduos com deficiência visual em se agrupar, em se manifestar sobre os mais variados assuntos, opinar e dividir experiências, o que outrora não era possível. Consolidar marcas identitárias balizadas em aspectos culturais, não mais apenas em princípios clínicos. Para que possamos mudar a perspectiva vigente e entendermos a deficiência visual como característica e não mais como perda, falta ou defeito, e assim, ultrapassar a “escuridão” e ir muito mais além...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorri um longo caminho até chegar ao – pretendo – final da pesquisa. Não pretendi ser definitivo em encerrar quaisquer debates ou mesmo pôr um ponto final nos assuntos aqui tratados, isso porque procurei não essencializar determinados debates, como forma não de construir verdades acima das anteriores, mas, de acordo com os Estudos Culturais, explorar uma perspectiva diferente sobre o tema. Analisar as possibilidades de novos entendimentos, e dos movimentos que acontecem nos processos de representação e identidade das pessoas com deficiência visual.

Dessa forma, apresentei os conceitos clínicos e culturais que produzem as representações, relativas às pessoas com deficiência visual. O não enxergar quase completamente atrelado ao “defeito” corporal é mais um olho lesado do que um enxergar diferente, ou mesmo um não enxergar.

Trata-se de um entendimento construído pouco a pouco ao longo da história, tanto que raras vezes se percebe que a deficiência visual é um conceito culturalmente formado e, portanto, passível talvez de uma inversão epistemológica, como propus em determinada passagem do primeiro capítulo. Afinal, o não enxergar surgiu muito antes do que a medicina definiu como “enxergar bem”.

Iniciei a pesquisa expondo a trajetória histórica e os princípios clínicos pelo fato de que a grande maioria das questões relativas à deficiência visual partem destes pontos. Mesmo assim, creio ter dado um primeiro passo em direção a essa difícil ruptura, apresentando um outro porvir.

Discutir daqui para adiante representações sobre a deficiência visual erigidas em fundamentos culturalmente fomentados – eis aqui o maior desafio a ser enfrentado: criar as condições necessárias para se empreender novas pesquisas nesse sentido e, mais do que resistência a essa situação, discutir a(s) cultura(s) das pessoas com deficiência visual para além do viés clínico-médico.

Há uma série de produções culturais de/sobre/para pessoas com deficiência visual, que nos permitem discutir a questão com outras lentes,

produções estas, que precisam ser muito melhor investigadas, que constroem bases para essas cultura(s) das pessoas com deficiência, não como categorização, mas como interculturalidade. Como reivindicação da diferença e seu compartilhamento, e não apenas de sua aceitação.

Há um longo e venturoso caminho a percorrer nesse sentido. Parafraseando Camões, desejo me lançar a esses mares nunca antes navegados, afinal, pesquisar é preciso!

Como forma de estruturar essa mudança de perspectiva, ampliei ao longo da pesquisa as discussões sobre as diferenças e o modo de lidar com as mesmas, rumo a uma sociedade que não privilegie a diversidade, mas sim a diferença.

Entendo que analisar alguns aspectos pontuais de certas diferenças não significa capturá-las, mas significa criar laços relacionais horizontalizados entre elas. Identidades e diferenças que se entrecruzam, como pontos de convergência, por exemplo, surdez e deficiência visual, em que é possível encontrar diferenças, mas também semelhanças.

Considero que as pessoas com deficiência visual viviam de certa forma “isoladas” umas das outras, devido às circunstâncias que as cercavam, haja vista o processo de desinstitucionalização das deficiências no século XX e as constantes e até sedutoras subjetivações à normalização. Concluo que os meios eletrônicos como chats e sites de relacionamentos como o Orkut, proporcionam uma nova oportunidade de encontro, facilitando os processos de produções e marcas identitárias e culturais que abrem caminhos para a fundamentação dessas perspectivas diferenciadas de entendimentos sobre os sujeitos com deficiência visual.

Ultrapassar dificuldades representa fomentar outras posições com relação à sociedade, enfrentamentos e diálogos com o objetivo de formar um grupo que reivindique o direito à diferença. Para tanto, é preciso que surjam diversas investigações sobre o tema que abram um canal de debate e interação.

Portanto, é a partir dessas considerações sobre os resultados e as pretensões para possibilidades de continuidade da pesquisa, que acredito ser possível a problematização das representações estereotipadas e clínicas que atualmente constituem os sujeitos com deficiência visual.

Proponho, aqui, novas formas de se pensar os processos de representação e de produção de identidades vinculadas a perspectivas culturais das pessoas com deficiência visual. Construir pontes entre os que enxergam e os que não enxergam, agora com vias de mão dupla, e não mais apenas em um sentido, de apagamento daqueles com deficiência visual, mas uma alegria por seu florescimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lúcia Assumpção. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio Grappa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

_____. **Resgatando o passado: deficiência como figura e vida como fundo**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004.

_____. **Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules**. São Paulo: Robe; 1995.

BANKS-LEITE, Luci; SOUZA, Maria Regina de. O des(encontro) entre Itard e Victor: fundamentos de uma Educação Especial. In: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Izabel. **A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard**. São Paulo: Cortez; 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar; 2003.

_____. **O mal-estar na pós-modernidade** Janeiro: Zahar; 1998.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação; 2005.

BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG; 1998.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRUMER, Anita; PAVEL, Katiuci; MOCELIN Daniel Gustavo. Saindo da "escuridão": perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, p. 300-327, 2004.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Avaliação educacional de alunos com baixa visão e múltipla deficiência em educação infantil**. Dourados: Editora da UFGD; 2009.

CADER-NASCIMENTO, Fátima Ali Abdalah Abdel; COSTA, Maria da Piedade Resende da. **Descobrimo a surdocegueira: educação e comunicação**. São Carlos: Editora da UFSCAR; 2010.

CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra; 2008.

COUTO, Edvaldo Souza. Uma estética para corpos mutantes. In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpos mutantes: ensaios sobre novas (d)eficiências corporais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

DELEUZE, Gilles. Imanência: uma vida. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, 2002.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: política e poética da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica; 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Técnicas de si e tecnologias digitais. In: SOMMER, Luis Henrique; BUJES, Mária Isabel Edelweiss. **Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em paisagens**. Canoas: Editora da ULBRA; 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

FREIRE, Ida Mara. A experiência sobre a cegueira. **Revista Benjamim Constant**, Rio de Janeiro. n. 31, 2005.

GIL, Marta (org). **Deficiência visual (cadernos da TV Escola)**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação à Distância, 2000.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUARESCHI, Neuza Mária de Fátima; BRUSCHI, Michel Euclides. **Psicologia social nos estudos culturais**: perspectivas para uma nova psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, maio/ago. 1997a.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A; 1998.

_____. The spectacle of the “other”. In: HALL, Stuart. **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage/Open University, 1997b.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as e deficiências**: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? In SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34; 1999.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 29, jan./abr. 2002.

LOBO, Lilia. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOCKMANN Kamila. **Inclusão escolar**: saberes que operam para governar a população. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MATHEWS, Gordon. **Cultura global e identidade individual**: à procura de um lar no supermercado cultural. Bauru: Edusc, 2002.

NOVAES, Varlei de Souza. A performance do híbrido: corpo, deficiência e potencialização. In: COUTO, Edvaldo Souza GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpos mutantes**: ensaios sobre novas (d)eficiências corporais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.

SILVEIRA, Rosa Hessel. Identidades para serem exibidas: breve ensaio sobre o Orkut. In: SOMMER, Luis Henrique; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). **Educação e cultura contemporânea**: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens. Canoas: Editora da ULBRA, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo e identidade social**: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes2000

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, jul./dez. 1999.

_____. A pergunta pelos outros: diferença, alteridade e diversidade e os outros “outros”. **Ponto de Vista**: Revista de Educação e Processos Inclusivos, Florianópolis, n. 5, 2003.

_____. **Abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

THOMA, Adriana da Silva. Entre normais e anormais: intenções que tecem inclusões e exclusões da alteridade deficiente. In: PELLANDA, Nize Maria Campos; SCHULUZEN, Eliza Tomoe Marya; SCHULUZEN JÚNIOR, Klaus (Orgs.). **Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. São Paulo: DP&A, 2005.

SOUZA, Andréa Poletto. **Acessibilidade de deficientes visuais aos ambientes digitais/virtuais**. 2004. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

WOODWARD, Kathrin. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes; 2000b.

SITES CONSULTADOS

<http://www.deficienciavisual3.com.sapo.pt/x-classificOMS.html>. Acesso em: 22 set. 2009.

<http://www.saci.com.br>. Acesso em: 21 set. 2009.

<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=1682>. Acesso em: 21 set. 2009.

<http://www.sac.com.br>. Acesso em: 23 out. 2009.

<http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2009.

www.ibc.gov.br. Acesso em: 02 set. 2010.

<http://www.blindtube.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2010.